

Universidade Federal de Juiz de Fora  
Programa de Pós-Graduação em História (PPGH)  
Mestrado em História, Cultura e Poder

Pedro Paulo Aiello Mesquita

***A FORMAÇÃO INDUSTRIAL DE PETRÓPOLIS:  
TRABALHO, SOCIEDADE E CULTURA OPERÁRIA  
(1870-1937)***

Juiz de Fora/ MG  
2012

Pedro Paulo Aiello Mesquita

***A FORMAÇÃO INDUSTRIAL DE PETRÓPOLIS:  
TRABALHO, SOCIEDADE E CULTURA OPERÁRIA  
(1870-1937)***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração: Poder, Mercado e Trabalho, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em História.

Orientadora: Professora Dra. Valéria Marques Lobo

Juiz de Fora/MG  
2012

Mesquita, Pedro Paulo Aiello.

A formação industrial de Petrópolis : trabalho, sociedade e cultura operária (1870-1937) / Pedro Paulo Aiello Mesquita. – 2012.  
150 f. : il.

Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

1. Indústria – História. 2. Petrópolis (RJ). 3. Trabalhadores.  
I. Título.

CDU 658.5(091)

*Dedico este trabalho a:  
Deus por ter iluminado meu caminho até aqui,  
tendo Ele feito realidade um sonho: estudar na  
Universidade Federal de Juiz de Fora.  
Professora Valéria Lobo pelo acolhimento que deu  
a esta pesquisa desde seu início, tornando possível  
a realização da mesma nesta universidade.*

## AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação representa algo de enorme orgulho em minha vida acadêmica e pessoal e não teria sido possível sem a ajuda de pessoas que foram decisivas para que pudéssemos chegar até aqui. Pessoas de conhecimento passageiro que nos deram valiosas orientações em encontros de História e pessoas de contato rotineiro que sempre foram de grande ajuda em momentos de dúvida e no incentivo pessoal.

Agradeço primeiramente a Deus por ter me ajudado a realizar este estudo sobre a minha cidade de Petrópolis na Universidade Federal de Juiz de Fora; era um sonho poder estudar neste campus e eu pude realizá-lo.

Entre aqueles que estiveram comigo nesta trajetória, são grandes os agradecimentos:

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora que possibilitou o desenvolvimento da minha proposta de estudo nesta universidade, conferindo-me os subsídios materiais e pessoais de grande valia, sem os quais jamais chegaríamos aqui.

À minha orientadora, a professora doutora Valéria Lobo, que me acolheu desde quando eu sequer estava no seio desta universidade, tendo acreditado em um jovem historiador vindo de Petrópolis que se propunha a estudar a vida industrial daquela cidade. Sua ajuda foi além do desenvolvimento enorme que contribuiu para esta pesquisa, foi também na minha formação como pesquisador e historiador.

Ao professor doutor Ignácio José Godinho Delgado, cuja contribuição foi de enorme estima durante o tópico que lecionou e, sobretudo, pelas valiosíssimas observações que fez quando esteve na banca desta dissertação.

Ao professor doutor Luis Eduardo de Oliveira, tendo sido de grande auxílio as ricas observações que fez na banca de qualificação deste trabalho e tendo seu livro, *Os Trabalhadores e a Cidade* - o qual me dedicou um exemplar - servido como um belo exemplo de estudo que em muitos casos serviu de auxílio para esta pesquisa.

À professora doutora Mônica Ribeiro de Oliveira e aos demais professores com quem estudei no Programa de Pós-Graduação em História que, por meio das disciplinas, contribuíram com diversas indicações de leituras e caminhos metodológicos para a realização desta pesquisa.

À nossa querida secretária do Programa de Pós-Graduação em História Ana Lúcia Mendes, que sempre foi extremamente solícita em nos ajudar naquilo que foi preciso, sua

contribuição competente e valiosa foi uma garantia no percurso do Mestrado e sua simpatia e atenciosidade em nos ajudar foi por todo momento verificada.

À minha colega, Priscila Musquim Alcântara e seu marido Alexandre Luis de Oliveira, ambos mais do que colegas, amigos com quem pude contar em inúmeros momentos. Para sempre ficará em nossas lembranças as vezes que rasgamos a fronteira entre os Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais no percurso Petrópolis – Juiz de Fora naquele inesquecível Ford Fiesta prateado. Amigos com quem conto na continuidade de nossas jornadas acadêmicas.

À minha colega, e também grande amiga de Petrópolis, Alessandra Bittencourt, historiadora que trabalha no Arquivo Histórico do Museu Imperial e que sempre foi extremamente solícita em me ajudar na busca da documentação pertinente a esta pesquisa naquele arquivo.

Ao historiador e colecionador Sr. Eduardo Runte que tão gentilmente abriu as portas de sua casa e de sua preciosíssima coleção pessoal de documentos concernentes à indústria de Petrópolis, chegando mesmo a digitalizar aqueles que solicitei e me mandar por e-mail, sua generosidade será sempre lembrada.

À Sra Vilma Borsato, que sempre esteve disposta a ajudar nas dependências do Centro Cultural de Cascatinha, o qual ela coordena e no qual pude acessar fontes importantíssimas para a realização desta pesquisa.

Ao pesquisador Paulo Martins, sempre generoso em nossas conversas sobre a Companhia Petropolitana e disposto a contribuir com seus estudos feitos a respeito da mesma.

Aos meus colegas de mestrado da turma de 2010, sobretudo Renato João de Souza, Bruno Novelino Vittoreto, Luiz Fernando Rodrigues Lopes, Rabib Floriano Antônio, Nittina Anna Araújo Bianchi Botaro e Fernando Marcus Nascimento Vianini, colegas que estiveram comigo e que estarão sempre nas minhas lembranças.

Fica o meu mais sincero agradecimento a todos os mencionados. Ficando desde já registradas as minhas desculpas àqueles que eu possa ter deixado de mencionar.

Muito Obrigado.

*Nós fomos de fumo embriagados  
Paz entre nós, guerra aos senhores  
Façamos greve de soldados  
Somos irmãos, trabalhadores.*

( Trecho do Hino da Internacional Comunista)

## RESUMO

A dissertação trata do processo de formação industrial da cidade de Petrópolis. Situada na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, a cerca de 860 metros de altitude e a 65 quilômetros de distância da cidade do Rio de Janeiro, Petrópolis possuiu no século XX expressiva produção têxtil, sendo referência nacional naquele ramo de produção industrial. O mundo do trabalho concernente à vida proletária de Petrópolis é o foco de análise desta pesquisa.

O tempo histórico aqui adotado vai do ano de 1872 – formação das primeiras companhias têxteis – até o ano de 1937 - momento em que as companhias estão em larga produção e as relações de trabalho são intensamente vividas no interior dos estabelecimentos produtivos e também no ambiente social. Adota-se assim o período de nascimento e crescimento das companhias têxteis.

O primeiro objetivo desta dissertação é discorrer sobre as companhias têxteis e suas vivências produtivas tendo como pano de fundo os diferentes momentos políticos e econômicos que o Brasil viveu no tempo histórico em questão. O segundo objetivo é complementar ao primeiro; busca verificar a vida dos trabalhadores que atuavam nas companhias têxteis no que tange às suas movimentações políticas, suas estratégias e o cotidiano como operários mas também como agentes sociais que viviam para além dos muros das fábricas.

Assim, considera-se este estudo uma proposta de leitura de um passado pouco estudado em Petrópolis; o passado industrial, que é tão negligenciado frente à predominância de um passado aristocrático que se busca reforçar naquela que foi, no passado, a cidade de veraneio do imperador Dom Pedro II.

Palavras-Chave: Petrópolis, Indústrias, Trabalhadores.

## **ABSTRACT**

The dissertation deals with the formation process of the industrial city of Petrópolis. Located in the mountainous region of Rio de Janeiro state, about 860 meters altitude and 65 km away from the city of Rio de Janeiro, Petrópolis possessed significant textile production in the twentieth century, being a reference in that branch of national industrial production. The world of work concerning the proletarian life of Petrópolis is the focus of this research analysis.

Historical time adopted here is from the year 1872 - formation of the first textile companies - by the year 1937 - a time when companies had large production and labor relations were highly experienced within the production plants and also in the social environment. We've been adopted so the period of birth and growth of the textile companies. The first objective of this paper is to discuss the textile companies and their experiences with productive backdrop of the different political and economic times that Brazil lived in historical time in question. The second goal is to complement the first, aiming to check the workers who worked in the textile companies in regard to their political movements, their strategies and daily life as workers but also as social agents who lived beyond the walls of the factories.

Thus, this study considers a proposal for a reading of the past little studied in Petrópolis, the industrial past that is so neglected front of dominance of an aristocratic past that seeks to reinforce in what was once the city's vacation emperor Dom Pedro II.

Keywords: Petrópolis, Industries, Workers

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
1 – ASPECTOS GERAIS DA FORMAÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL PETROPOLITANA .....	16
1.1 Considerações sobre a origem dos capitais, força de trabalho e ambiente urbano na Petrópolis industrial. ....	17
1.2 Trabalhadores de uma cidade em expansão .....	23
2 COMPANHIAS TÊXTEIS DE PETRÓPOLIS E O MUNDO DO TRABALHO .....	41
2.1 Companhias têxteis de Petrópolis .....	42
2.2 Relações de trabalho na Companhia Petropolitana .....	63
3 COTIDIANO E LUTAS OPERÁRIAS NA CIDADE IMPERIAL .....	81
3.1 Sociabilidade operária antes de 1930 .....	83
3.2 Operários petropolitanos no contexto político do final da República Velha.....	106
3.3 Sociabilidade operária pós-1930.....	118
CONCLUSÃO .....	140
ANEXOS .....	144
BIBLIOGRAFIA .....	153

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é verificar a realidade industrial e proletária vivida na cidade de Petrópolis dentre os anos de 1872 a 1937. Para tanto, daremos ênfase ao principal setor industrial que se verificou naquela cidade; as companhias têxteis. Além da análise das companhias em si, salientando seus processos de formação e suas dinâmicas administrativas, pretende-se contemplar a vida do operariado que trabalhava naquelas companhias, a rotina de trabalho e a vida para além dos muros das fábricas. Este é, em suma, um trabalho que contempla a Petrópolis Proletária do século XX.

O primeiro contato que tive com o tema da industrialização em Petrópolis foi durante o curso de graduação. A bem da verdade, desde os mais tenros anos da minha vida, passo pelas vizinhas do gigante prédio em estilo de castelo medieval inglês no qual funcionou a Companhia Petropolitana de Tecidos no bairro Cascatinha. Cheguei mesmo a morar em casas da antiga vila operária daquela companhia quando era criança, em uma rua que traz até hoje o nome de um dos dirigentes daquela antiga companhia têxtil.

A partir daí surgiu meu interesse em estudar a “Petropolitana”, que resultou no meu trabalho de monografia na graduação. Naturalmente que não havia esgotado ali as possibilidades do tema e agora, nesta dissertação de mestrado, pretendo explorá-lo de forma mais abrangente, estudando mais a fundo a Companhia Petropolitana e contemplando outras companhias têxteis, ainda que, sem sombra de dúvida, não tenha ainda a pretensão de ter esgotado o tema desta vez. Fui mais além em uma história da qual me vejo envolvido como sujeito.

Ainda nos dias de hoje, vemos que há naquelas imediações uma grande quantidade de pessoas com sobrenomes italianos – tal como eu tenho – ilustrando a herança deixada por inúmeros italianos que trabalharam nas indústrias petropolitanas, o nome das ruas no bairro Cascatinha e nas imediações aludem a antigos dirigentes e agentes envolvidos nas relações de trabalho estabelecidas na Companhia Petropolitana de Tecidos. Nessa realidade nasci e cresci.

Talvez Petrópolis seja para muitos a “Cidade Imperial”, pouso de descanso da Aristocracia do II Reinado durante o Século XIX e local de refúgio da elite econômica e política fluminense no Século XX. Mas essa realidade não abarca a totalidade dos agentes históricos daquela cidade, dou minha existência como exemplo, pois antes de me ver como morador de uma cidade imperial, me vi como morador de um antigo distrito operário... a fábrica, os nomes dos operários italianos que ficaram nos descendentes, o nome das ruas de

Cascatinha e suas imediações me são mais familiares e identificáveis do que o Palácio Imperial (hoje Museu Imperial) e os nomes alemães dos antigos colonos germânicos que foram levados para Petrópolis como parte do projeto monárquico de ocupar e construir a cidade de verão do imperador.

O petropolitano como sujeito histórico traz a miscigenação própria do brasileiro; somos descendentes de europeus (principalmente portugueses, italianos e alemães, ), africanos e indígenas. Como se pretende demonstrar neste trabalho, os mineiros também tiveram enorme participação na formação social daquela cidade, haja vista que muitos foram para lá trabalhar nas companhias têxteis, misturando-se a italianos e demais pessoas oriundas do caminho entre Rio de Janeiro e Minas Gerais e também da Baixada Fluminense. Isso, pois Petrópolis, embora não faça fronteira com Minas Gerais, é o meio do caminho entre os dois Estados em questão, o petropolitano fala em certos distritos com sotaque mais aproximado do mineiro, em outros distritos o sotaque é mais carioca. Talvez eu seja um petropolitano mais identificado com a herança mineira do que com a carioca, pois tal como tive ascendentes italianos, os tive também de Minas Gerais e desenvolver esta dissertação numa universidade mineira foi sempre meu objetivo, uma meta subjetiva, de “gostar mais” daqui do que da cidade do Rio de Janeiro em si. Evidentemente, que por não haver um curso de mestrado em História em Petrópolis, escolher entre vir para Juiz de Fora ou ir para a capital fluminense era uma necessidade premente, a qual fiz conforme minha vontade direcionava.

É dessa forma que o estudo que se desenvolve nesta dissertação traz como temática a formação industrial de Petrópolis abrangendo os anos de 1872 a 1937. Ao escrever de uma universidade mineira, seria interessante perceber a dinâmica histórica aqui estudada não como algo alheio a Minas Gerais, mas sim, como uma dinâmica histórica que é também produto da sociedade mineira, de uma cidade que foi, por que não dizer, colonizada também por mineiros. Por isso, por correr lá muito sangue mineiro em veias fluminenses, deve haver naqueles que estão na Zona da Mata Mineira um sentimento de proximidade com o petropolitano.

Mas como Petrópolis começou? De onde surgiu essa encruzilhada donde vários povos se encontraram?

Sua existência remonta à abertura da Variante do Caminho Novo, no século XVIII, pelo bandeirante Bernardo Proença para fazer a ligação o Rio de Janeiro e Minas Gerais no ciclo do ouro de forma mais rápida e segura. O percurso daquela Variante do Caminho Novo é a cidade de Petrópolis hoje em dia.

O Caminho foi dividido em lotes de terras denominados “sesmarias”, tendo Bernardo Soares Proença ficado com uma dessas sesmarias, chamada Sesmaria do Itamarati, abrangendo o futuro bairro de Cascatinha, havendo por isso, uma rua naquele bairro com o nome daquele bandeirante.

Com o tempo, as sesmarias foram divididas em fazendas. A sesmaria de Bernardo Proença foi desmembrada, surgindo a Fazenda do Córrego Seco onde hoje é o centro de Petrópolis. Tal fazenda foi comprada pelo imperador Dom Pedro I em 1824, após ter tentado sem sucesso comprar a Fazenda do Padre Corrêa, onde hoje localiza-se o bairro Corrêas. A partir da compra da Fazenda do Córrego Seco pelo imperador, pode-se entender a localização do centro de Petrópolis atualmente, tendo ali seu ponto de partida para a formação de uma estrutura política e econômica que seria fundamental para a implantação das indústrias. Dom Pedro I buscava fundar uma cidade de verão de onde pudesse fugir dos tórridos verões cariocas e dos tumultos políticos da capital. Tal projeto foi abortado quando o imperador renunciou ao poder em 1831, ficando a Fazenda do Córrego Seco como herança para Dom Pedro II, que a retomaria quando chegasse ao poder, em 1840<sup>1</sup>.

A existência do nome Petrópolis se inicia quando a povoação com esse nome foi fundada por decreto do imperador dom Pedro II em 16 de março de 1843, concluindo um projeto iniciado pelo imperador d. Pedro I nas terras serranas da Fazenda do Córrego Seco.

Assim que dom Pedro II assumiu o poder no Golpe da Maioridade de 1840, com apenas 14 anos de idade, assumiu a posse da antiga Fazenda do Córrego Seco. O então jovem imperador dom Pedro II tratou de fundar o povoado de Petrópolis nas terras daquela fazenda, tendo sido o nome do povoado ideia de seu mordomo e conselheiro Paulo Barbosa da Silva.

Uma vez arrendada pelo imperador ao germânico e major de Engenheiros Júlio Frederico Koeler, Petrópolis passou por um amplo processo de estruturação, tendo sido sua planta original projetada por Koeler, bem como organizada sua povoação com inúmeros imigrantes de origem germânica, que foram decisivos como mão-de-obra e ocupação inicial das serranias do imperador, ainda que não tenham sido os únicos, pois outros povos possibilitaram o crescimento inicial de Petrópolis, tal como italianos, brasileiros vindos de outras regiões e escravos.

O destaque de Petrópolis como pouso de veraneio do imperador Dom Pedro II acompanhado da Corte, fez com que em 1857 Petrópolis fosse elevada à categoria de cidade,

---

<sup>1</sup> RABAÇO, J. H. **História de Petrópolis**. IHP. Petrópolis; 1965. Ver a primeira parte.

chegando até mesmo a ser a capital do Estado do Rio de Janeiro dentre os anos de 1894 e 1902.

Ao mesmo tempo em que Petrópolis vinha sendo um refúgio luxuoso para a elite econômica, vinha sendo também palco de investimentos em companhias têxteis. A esse respeito, na década de 1870 foram formadas duas companhias têxteis em Petrópolis; a Companhia São Pedro de Alcântara (inicialmente chamada Renânia) e a Companhia Petropolitana de Tecidos. Em ambas as companhias, o imperador dom Pedro II esteve presente na inauguração dos estabelecimentos. A realidade aristocrática passava a conviver com a realidade operária na formação industrial que a cidade verificou a partir de daqueles últimos anos do II Reinado. Conforme afirma Júlio Ambrózio: “Petrópolis, então, arranjou-se como um território no qual o subúrbio elegante da vilegiatura criaria inibições, mas não proibiria a existência de subúrbio industrial proletário em um mesmo espaço montês e urbano.”<sup>2</sup> Resultou desse processo a formação da vida industrial da cidade de Petrópolis em meio à realidade aristocrática que formou a cidade.

O estabelecimento das companhias têxteis representou um negócio lucrativo para investidores vindos da cidade do Rio de Janeiro. Segundo a historiadora Ismênia Martins, alguns fatores contribuíram para tornar Petrópolis um centro de atração de investimentos em companhias têxteis, tais como os salários mais baixos do que os que eram pagos na capital e as quedas d’água dos rios da cidade que forneciam energia e cuja umidade evitava que houvesse a formação dos “nós no tecido”, que estragavam a produção<sup>3</sup>. A autora ainda faz alusão ao fato de as primeiras companhias têxteis terem sido fundadas com os investimentos de capitalistas vindos da cidade do Rio de Janeiro, tal como a sociedade de investidores Azevedo Rocher e Cia que fundou a Companhia São Pedro de Alcântara e o cubano Bernardo Caymari, que em 1873, fundou a Companhia Petropolitana de Tecidos. Dessas companhias, a autora destaca como exceção a Companhia Dona Isabel, fundada em 1889 com capitais de petropolitanos descendentes de colonos alemães.

---

<sup>2</sup> AMBROZIO, J. C. G. **O Presente e o Passado no Processo Urbano da Cidade de Petrópolis (uma história territorial)** Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo: 2008 p 21

<sup>3</sup> MARTINS, Ismênia. **Subsídios para a História da Industrialização em Petrópolis**. 1850/1930. Petrópolis: Gráfica da Universidade Católica de Petrópolis. 1978

A construção desses estabelecimentos têxteis não se limitou a um só local, não houve o que seria a formação de uma zona industrial de Petrópolis. As companhias ficaram relativamente isoladas umas das outras; enquanto a Companhia São Pedro de Alcântara foi fundada na Rua Renânia (atual Rua Washington Luiz) a alguns poucos metros da Vila Imperial, ou seja, bem no centro da cidade, a Companhia Petropolitana foi fundada no bairro Cascatinha, distante cerca de oito quilômetros do centro aristocrático.

As companhias têxteis representaram um grande impulso para a formação econômica e, sobretudo, demográfica de Petrópolis, que foi um importante produtor têxtil, tendo atingido no início do século XX a formação de uma realidade operária complexa, baseada em movimentos políticos e ações de patrões e empregados em busca de seus interesses na rede de relações que se estabeleciam no mundo do trabalho. Em virtude disso, adota-se nesta pesquisa como tempo histórico o período de 1872 – momento em que há o estabelecimento das primeiras companhias têxteis de Petrópolis – até o ano de 1937 – momento em que as companhias estão estabelecidas e a imposição do Estado Novo de Getúlio Vargas vem criar uma nova lógica nas relações de trabalho que seriam por demais extensas para serem contempladas nesta pesquisa, encerrando-se neste ano o estudo a respeito das relações estabelecidas no mundo do trabalho das companhias têxteis petropolitanas, ficando para pesquisas vindouras os anos seguintes.

O estudo do passado em Petrópolis, pode-se dizer, pouco contempla a vida e o trabalho nas indústrias, quem dirá as greves, as movimentações operárias e demais lutas que ocorreram no campo de trabalho. Talvez isso possa se explicar pela presença da família real em Petrópolis que conferiu àquela cidade uma tradição voltada ao elitismo e ao veraneio. A todos os contemporâneos da família real, bem como no período republicano, possuir residência em Petrópolis era algo cobiçado e signo de poder. A elite política e econômica da cidade do Rio de Janeiro invariavelmente procura possuir casas de veraneio e os presidentes dispõem do Palácio Rio Negro, sede oficial de hospedagem do presidente da República em Petrópolis.

Assim que se formou essa tradição veranista em Petrópolis, houve em parte da historiografia local e no mercado turístico da cidade a preocupação de enfatizar o passado aristocrático, sugerindo uma perene paz petropolitana, ao se dotar a cidade de um passado majestoso e sem problemas. No interior dessa perspectiva, cita-se o historiador local Francisco Vasconcelos:

Não falo de utopias e sim de realidades. Os chãos petropolitanos têm compromisso com a paz, porque aqui jamais houve guerras, batalhas, refregas, diatribes. E essa paz permanente é a responsável pelo contínuo clima de construção que sempre viveram estas serras, já que nenhum bombardeio, nenhum ato terrorista, interrompeu ou fez retrogradar esse processo<sup>4</sup>.

O historiador Paulo Henrique Machado critica essa visão pacifista de Petrópolis no seu trabalho *Pão, Terra e Liberdade na Cidade Imperial*:

Quando iniciamos nossa pesquisa tínhamos clareza da necessidade de iniciar um longo trabalho de recuperação das lutas populares na cidade de Petrópolis. Esperamos que este livro possa incentivar o surgimento de novas pesquisas sobre a história das lutas populares e da república na cidade de Petrópolis. Ao analisarmos as formas como a memória da cidade foi construída, verificamos que sempre houve a preocupação das elites locais em consolidar a imagem de uma cidade tranquila e pacata, habitada por uma população ordeira e trabalhadora, incapaz de subverter a ordem estabelecida.<sup>5</sup>

Esse imaginário criado – e sustentado – pela elite da cidade não só reforça o pacifismo como também não salienta o passado operário de Petrópolis. O estudo do passado industrial de Petrópolis é tão negligenciado como são as construções das antigas companhias têxteis que nada mais são do que ruínas nos dias de hoje, sem contar aquelas que foram demolidas para a construção de prédios novos para outros fins após o encerramento de suas atividades. Não houve a preocupação da historiografia local em romper campos de pesquisa positivistas lançados sobre a vida de indivíduos ilustres na cidade, da aristocracia, de políticos e de um propenso passado bucólico nas terras imperiais.

O estudo do operariado pode ser percebido por alguns historiadores atuais, como na obra de Paulo Henrique Machado, citado acima. Ávido por novas visões e métodos por parte da Historiografia em Petrópolis, Paulo Henrique Machado faleceu prematuramente, mas deixou como legado seu livro *Pão, Terra e Liberdade na Cidade Imperial*.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> VASCONCELOS, Francisco de. **Petrópolis do Embrião ao Aborto**. Petrópolis: Park Gráfica. 2008 p.41

<sup>5</sup> MACHADO, Paulo Henrique. **Pão, Terra e Liberdade na Cidade Imperial**. A luta antifascista em Petrópolis no ano de 1935. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS. 2005 p. 96

<sup>6</sup> MACHADO, Paulo Henrique. Op. Cit.

Nesse livro, fruto da dissertação de mestrado que o autor defendeu na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2005, há o contexto de luta e combatividade do operariado petropolitano em ocasião do fechamento da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em 1935 pelo presidente Getúlio Vargas e a greve consequente deste ato, visto a grande adesão de operários à ANL.

Nesse sentido, em nossa dissertação de mestrado, procuramos fazer um estudo sobre a formação industrial de Petrópolis, estabelecendo uma conexão entre o contexto da cidade, a formação dos estabelecimentos têxteis e, sobretudo, a vida e a movimentação dos operários em seu cotidiano em sociedade e no ambiente produtivo, suas lutas e suas rotinas de trabalho, tanto no que tange à organização em si dos trabalhadores, quanto no que diz respeito ao contexto nacional mais amplo e que interferiu na realidade local dos operários petropolitanos. O foco se dá na existência das companhias têxteis como instituições e na ação dos trabalhadores como agentes históricos em diferentes momentos do tempo histórico abordado<sup>7</sup>.

Dessa forma, este estudo começa por analisar o contexto em que houve o nascimento das companhias têxteis. A esse respeito, procura-se mostrar as relações políticas, econômicas e sociais em Petrópolis nas últimas décadas do século XIX e no início do século XX, que possibilitaram a formação do trabalho industrial naquela cidade serrana. No capítulo dois procura-se estudar o surgimento das principais companhias têxteis como resultado do processo de formação industrial. Para efeitos deste estudo foram contempladas a Companhia Petropolitana de Tecidos, a Companhia São Pedro de Alcântara, Companhia Cometa e Companhia Dona Isabel. Finalmente, no terceiro capítulo, busca-se analisar o cotidiano social e político dos operários que atuavam naqueles estabelecimentos de trabalho, suas relações entre si, o cotidiano, a vida na vila operária e as oscilações na combatividade dos trabalhadores.

Enfim, procura-se problematizar a vida proletária em Petrópolis, situando no passado da Cidade Imperial a lógica e a vida dos operários têxteis.

## **CAPÍTULO 1: ASPECTOS GERAIS DA FORMAÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL PETROPOLITANA**

Neste capítulo busca-se perceber o contexto da cidade de Petrópolis nas últimas décadas do século XIX, tendo como pano de fundo a formação das companhias têxteis que se

---

<sup>7</sup> MACHADO, Paulo Henrique. Op. Cit.

verificou a partir deste período. Busca-se, ainda, perceber o contexto da cidade de Petrópolis como arena na qual se processou o investimento em indústrias têxteis, dando início à vida operária concomitantemente à vida aristocrática que se presencia na cidade serrana naquele momento. Para compreender a formação industrial de Petrópolis, faz-se necessário perceber em que *contexto* tal dinâmica se desenvolveu, em que medida aquela cidade serrana teve condições de atrair capital e trabalhadores de outras cidades e até de outros países para instalar suas indústrias, dentre elas as têxteis, mais expressivas e objeto central deste trabalho.

Nesse sentido, busca-se compreender o processo de formação das quatro indústrias têxteis em estudo - Companhia São Pedro de Alcântara, Companhia Petropolitana, Companhia Dona Isabel e Companhia Cometa - neste quadro da cidade de Petrópolis como palco de atração de capital e trabalho que acompanhou a formação da cidade.

Dessa forma, busca-se verificar a formação da cidade de Petrópolis e das companhias têxteis que passaram a existir naquela cidade a partir dos anos 70 do século XIX.

### **1.1 – Considerações sobre a origem dos capitais, força de trabalho e ambiente urbano na Petrópolis industrial**

A tendência turística de Petrópolis talvez seja aquela que mais se destaca, até mesmo em função de seu passado como vilegiatura imperial, que desde seus primórdios criou uma vocação de veraneio, de cidade jardim, palco europeu nos trópicos onde se viveria na amenidade do clima tropical trazida pela altura das montanhas<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> A respeito da ideia de vilegiatura Júlio César G. Ambrósio argumenta que vilegiatura pode ser conceituada de forma diferente em relação à ideia de turismo. Para o autor, vilegiatura é uma velha contraparte do turismo, é uma prática renascentista para a permanência no campo ou lugar mais sossegado que as cidades, nessas vilegiaturas a aristocracia passava então as estações calmosas. Já o turismo significa uma prática mais moderna, advinda do Estado Burguês quando os Estados altamente industrializados no século XIX incorporaram os trabalhadores como sócios menores nos benefícios do mundo da produtividade do trabalho, gerando salários maiores e menos tempo de trabalho, o que leva aos trabalhadores ao turismo, variante do vocábulo inglês *tour* onde a ida para outras regiões é feita por pouco tempo, de maneira não freqüente e, evidentemente, por um público não aristocrático. AMBROZIO, J. C. G. Op. Cit.



Vista do Palácio Imperial ao fundo e a Praça Dom Pedro II à frente com seu lago inexistente nos dias atuais. Álbum de fotografias de Petrópolis e do Rio de Janeiro. Foto: KLUMB, Revert Henry<sup>9</sup>

Para além dessa tendência historicamente construída - ilustrada pela visão idílica da Praça Dom Pedro II na imagem acima, numa época em que havia um lago em seu centro e uma ampla visão do Palácio Imperial - há uma história industrial, um passado em larga medida voltado para muito além das tendências de cidade veraneio, um passado mal registrado e que teve nessa mesma praça o ponto de partida de um grande protesto operário no ano de 1935. Repousa nessa outra margem da História a vestimenta petropolitana de cidade industrial, um importante ponto para o entendimento do crescimento econômico e da dinâmica populacional do município. Conforme afirma o francês Philippe Arbos:

(...) certas vantagens fazem Petrópolis uma colônia do Rio, fazem-na igualmente, uma colônia industrial. Como cidade de veraneio não teria passado de proporções modestas e continuaria limitada a atividade essencialmente periódica que tornava outrora o inverno um período de “pavor para o comércio”. Como cidade industrial, ela fixou uma população permanente e fortemente acrescida que a mantém durante o ano todo em movimento e em atividade.<sup>10</sup>

Arbos em seu estudo, feito em 1937, apresenta a modernização do trabalho industrial da cidade como fator de peso para o crescimento populacional, sem que, no entanto, tal crescimento entrasse em choque com a natureza exuberante de úmida mata atlântica na qual

<sup>9</sup> MUSEU IMPERIAL/ IBRAM/ MINISTÉRIO DA CULTURA

<sup>10</sup> ARBOS, P. **Petrópolis. Esboço de Geografia Urbana**. Trabalhos de Comissão. Volume VI. Petrópolis. Prefeitura Municipal de Petrópolis: 1943, PP 217.

vaga o ruço serrano levando o frio e a garoa presente com tanta frequência no cotidiano dos habitantes da região. O autor, que por sua época é marcado por certo tradicionalismo, não via os impactos ambientais e a apropriação de largos recursos naturais na consolidação dos empreendimentos fabris, mas é enfático em perceber a vocação industrial da cidade, em vê-la para além dos campos europeus fabricados pela vocação real em plena Serra do Mar.

Passados sete anos da publicação da obra de Arbos, em 1950, Alberto Ribeiro Lamego traz um novo estudo a respeito da vocação industrial de Petrópolis. Trata-se do livro “O Homem e a Serra”<sup>11</sup>. O autor trata de inúmeras cidades serranas do Estado do Rio de Janeiro, estabelecendo como condição a priori para o desenvolvimento destas a cultura do café no século XIX. O que chama a atenção no caso de Petrópolis é que aquela cidade serrana não foi formada diretamente a partir da plantação de café, ou como afirma o autor:

Toda a velha Província recebe direta ou indiretamente os benefícios do café. Há cidades como Petrópolis e Teresópolis que, embora não tenham tido origem da riqueza própria dos cafezais, deles recebem, pelo menos, luminosos reflexos culturais da aristocracia agrária do café ( página 29 do prefácio)

Não houve em Petrópolis grandes barões de café e estruturas rurais como em outros locais do Rio de Janeiro da época, tais como Resende ou Itaperuna, basicamente em função das escarpas íngremes e a estreiteza dos vales em petropolitanos. Lamego afirma ainda que Petrópolis não poderia ser um habitat adequado para a cultura do café, exceto em regiões mais distantes da cidade, em “zonas vizinhas ao Paraíba” (p.147) tal como o distrito rural de Pedro do Rio.

Vista o pouco potencial que havia na agricultura, a cidade serrana veio a desenvolver atividades fabris, conforme Lamego afirma:

Criada a povoação e a colônia, o pensamento da época e as medidas administrativas da província e do Império trabalharam no sentido de estabelecer em Petrópolis um centro especial de cultura agrícola cujo malogro obrigou o homem a respeitar as determinantes do meio físico, e assim Petrópolis se desenvolveu como estância de verão, cidade de meditação e recolhimento, propícia aos educandários e conventos, e parque industrial por excelência. (p150)

O capital para a formação do parque industrial era trazido em grande medida por investidores oriundos da cidade do Rio de Janeiro, o que causava profunda dependência frente àqueles agentes vindos da Baixada. Era como se o centro econômico estivesse na cidade do Rio de Janeiro. Formaram-se assim dois públicos; a nobreza citadina da vocação de

---

<sup>11</sup> LAMEGO, A. R. **O Homem e a Serra**. IBGE, setores da evolução fluminense. Rio de Janeiro:1950

vilegiatura e os trabalhadores, muitos dos quais vindos da Baixada Fluminense, mas também de Minas Gerais e São Paulo. Para Francisco de Vasconcelos essa atração de trabalhadores vindos de outros lugares para Petrópolis gerou problemas relacionados às habitações populares:

Portanto, há cento e onze anos [o autor escreve em 2008] Petrópolis já atraía mão de obra, qualificada ou não para a construção de prédios rústicos ou urbanos, o que vale dizer que o problema da habitação popular caminhava paralelamente ao fluxo migratório, sem que se buscasse uma solução plausível em prazo curto para minimizá-lo. O agravamento da crise seria inevitável, não só por causa do crescimento vegetativo da população de baixa renda, mas também em função dos chamarizes de mão de obra alóctone advindos do crescente parque industrial petropolitano.<sup>12</sup>

Fica evidente a relação entre a atração de empregos com o crescimento industrial e o aumento do proletariado, causando problemas relacionados às habitações populares.

Cezar de Magalhães, em seu artigo intitulado “A Função Industrial de Petrópolis”<sup>13</sup> trata com ênfase a questão industrial na cidade. O autor analisa os aspectos locais que proporcionaram a implantação do trabalho fabril tais como transportes, recursos hidráulicos, clima, mão-de-obra, entre outros. O clima serrano, úmido e frio, também é enfatizado pelo autor como contribuição à indústria têxtil ao deixar os fios menos quebradiços. O autor também considera a proximidade com o Rio de Janeiro fator de extrema importância para o crescimento industrial, situando naquela cidade o ponto principal dos investimentos.

A relação entre a colonização germânica de Petrópolis e o trabalho industrial é bem explicada no trabalho de Ismênia Martins. A partir do texto se percebe que os germânicos trabalhavam, sobretudo, em pequenas oficinas de fundo de quintal nas quais produziam manteiga, leite ou montavam carroças, entre outras atividades. O que acontece é que *não* está aí o início da industrialização petropolitana. O que se percebe em Martins é uma lógica na qual a industrialização da cidade foi possibilitada pela:

Facilidade de comunicações, além da proximidade com o Rio de Janeiro. Além da União e Indústria, é concluída, no final do século, em 1883 a Estrada de Ferro do príncipe do Grão Pará, ligando à capital em duas horas, dispensando o trecho marítimo. Em 1928, inaugurou-se a Rio-Petrópolis, a primeira rodovia pavimentada do Brasil, ampliando ainda mais as facilidades de comunicação<sup>14</sup>.

<sup>12</sup> VASCONCELOS, Francisco de. **Petrópolis do Embrião ao Aborto** Petrópolis: ParkGraf editora. 2008 p

<sup>13</sup> CEZAR DE MAGALHÃES. **A Função Industrial de Petrópolis**. Revista Brasileira de Geografia. IBGE. Ano XVIII. Janeiro-março. 1966. P. 20-55

<sup>14</sup> MARTINS, Ismênia de Lima. **Subsídios para a História da Industrialização em Petrópolis**. Petrópolis: Universidade Católica de Petrópolis: 1978. P. 14

Além dessa proximidade, cita-se a topografia petropolitana, que ainda na explicação de Martins, possui inúmeros rios que auxiliam na energia hidráulica e, portanto, na instalação dos empreendimentos fabris. Logo, o capital vindo da cidade do Rio de Janeiro é novamente apontado como o propulsor da industrialização em Petrópolis. Segundo a autora, apenas uma fábrica na cidade, a Fábrica Dona Isabel, fora formada com capitais petropolitanos, sendo as demais formadas por investimentos vindos do Rio de Janeiro. O anúncio a seguir<sup>15</sup> foi publicado em 1898 no “O Commercio”, jornal petropolitano, que mostra a integração comercial que também havia entre Petrópolis e Rio de Janeiro nessa época.



Neste anúncio da Sul América Seguros, com endereço na cidade do Rio de Janeiro, percebe-se que havia uma rede comercial bem comum entre Petrópolis e Rio de Janeiro, isso ilustraria uma das razões para a formação do parque industrial da cidade. É emblemático disso que não bastava simplesmente estar próximo da capital para obter crescimento. Era necessário, ainda segundo Martins, perceber que o “nexo econômico e social que iria operar entre o porto do Rio de Janeiro e aquela cidade serrana<sup>16</sup>” é que possibilitava o implemento do processo de trabalho industrial e crescimento. A esse respeito, as Vilas de Estrela e Magé estavam em franca decadência, a despeito de estarem bem mais próximas da capital do que Petrópolis.

Percebe-se assim a consolidação das indústrias em Petrópolis, região montesa, fundada em 1843 como vilegiatura imperial e que logo alcançou autonomia política ao atingir

<sup>15</sup> O Commercio. N.I. ano I 1898. Fundação Nacional Pró-Memória. Biblioteca Nacional. Plano Nacional de Microfilmagem de periódicos brasileiros. **Petrópolis – Rio de Janeiro**: jornais diversos – 1880 – 1898. Microfilmado em setembro de 1988.

<sup>16</sup> MARTINS, Ismênia de Lima. Op. Cit. p; 5

categoria de cidade em 1857. Contudo, nessa modalidade de trabalho, não obteve autonomia econômica, sendo extremamente dependente dos fluxos de capitais ligados ao Rio de Janeiro.

Petrópolis vilegiatura tinha o ar aristocrático necessário aos finos pulmões da Corte e dos elementos que gravitavam ao seu redor. Versalhes tropical de clima ameno e bom passadio para repouso da elite. Por trás desse cenário nascia a indústria de tecelagem e fiação do algodão num arremedo revestido de progresso; primeiro a Renânia, que mais tarde irá se chamar São Pedro de Alcântara, em 1873. No mesmo ano, a Companhia Petropolitana de Tecidos, que irá atingir ainda no século XIX enormes proporções, chegando mesmo a ser referência em âmbito nacional. Em 1889 é fundada a Fábrica Dona Isabel.<sup>17</sup>

Júlio Ambrósio<sup>18</sup> defende que se tem nessas primeiras fábricas a formação de uma periferia a poucos quilômetros do palácio imperial, o ambiente da nascitura classe operária que podia sentir também em seus pulmões os ares aristocráticos que a Corte criou. Eis dois públicos distintos em duas vocações distintas no nascimento da cidade. O que pode sem dificuldade ser classificado como colônia industrial em Petrópolis pode também ser considerado como absolutamente dependente do Rio de Janeiro, isso, pois não houve na cidade serrana uma acumulação primitiva de capitais, vindo grande parte do investimento da elite comercial do Rio de Janeiro do período, basicamente comerciantes e investidores que provinham da cidade do Rio de Janeiro e que contavam com alto poder financeiro, investindo seus capitais na formação de companhias têxteis na cidade de veraneio do imperador Dom Pedro II.

Ambrozio afirma que: “Petrópolis, então, arranjou-se como um território no qual o subúrbio elegante da vilegiatura criaria inibições, mas não proibiria a existência de subúrbio industrial proletário em um mesmo espaço montês e urbano.”<sup>19</sup> Talvez fosse o caso de perceber duas realidade destoantes; a vilegiatura e o campo industrial, mas não incompatíveis. O próprio imperador dom Pedro II parecia incentivar o crescimento das fábricas dando-lhes autorização para funcionar e explorar a energia hidráulica, bem como considerava o “progresso” que a formação industrial trazia:

FÁBRICA NOVA: Os alicerces da fábrica nova foram começados em maio de 1886 (...). O lançamento da pedra fundamental do novo edifício foi em 2 de junho de 1886, com a presença do Imperador do Brasil D. Pedro II, que externou sua grande

<sup>17</sup> AMBROZIO, J. C. G. Op. Cit. P.20

<sup>18</sup> AMBROZIO, J. C. G. Op. Cit. P.20

<sup>19</sup> AMBROZIO, J. C. G. Op. Cit. P.21

satisfação pela magnitude do empreendimento que classificou de “era do progresso”<sup>20</sup>

Esse trecho, constante nos relatórios anuais da diretoria da Companhia Petropolitana de Tecidos, mostra como as duas elites; a aristocrática e a industrial, coincidiam na formação industrial da cidade. Ilustra o que poderia ser a tendência de uma cidade imperial e também industrial.

## 1.2 – Trabalhadores de uma cidade em expansão

Neste tópico pretende-se analisar os aspectos relacionados à origem, ao recrutamento e às relações de trabalho no contexto do crescimento industrial verificado em Petrópolis entre os séculos XIX e XX. Pretende-se mostrar que a expansão política e econômica de Petrópolis em meio à formação industrial foi um grande atrativo para a imigração de inúmeros trabalhadores para aquela cidade, tendo forte papel no crescimento demográfico petropolitano.

A colonização germânica é largamente apontada na historiografia oficial como o principal fator histórico na formação demográfica de Petrópolis. Com efeito, em 29 de junho de 1845 chegaram 161 famílias alemãs que marcam a fundação da colônia de migrantes de Petrópolis, sendo até os dias de hoje tal data lembrada como dia do colono. Entretanto, é preciso ter claro que esse movimento migratório não foi previsto pelo decreto 155 de 16 de março de 1843 do imperador dom Pedro II que fundou Petrópolis. Tal colônia não passava pelo crivo de determinação do Estado Imperial como no caso da construção do palácio de verão e do povoado que se planejou juntamente à fundação. A vinda dos germânicos pode ser analisada como circunstancial a uma realidade típica do século XIX no qual foram costumeiros grandes fluxos humanos em virtude da massificação do trabalho industrial que carregava em si a força produtiva voltada ao trabalho livre<sup>21</sup>.

A contratação das famílias germânicas ocorreu em virtude do engenheiro militar de dom Pedro II, o major Júlio Frederico Koeler, natural da Mongúncia, ter empregado seus patrícios nos melhoramentos da Estrada da Serra da Estrela, que visava tornar carroçável o

---

<sup>20</sup> COMPANHIA PETROPOLITANA. **História da Companhia Petropolitana** Relatórios da Diretoria.  
<sup>21</sup> AMBROZIO, J. C. G. Op. Cit. P.251

caminho que ligava a baixada fluminense à vila de Paraíba do Sul. Nesse sentido, havia entre os primeiros colonos uma primeira cognominação do operariado em Petrópolis:

As obras permanentes da Estrada continuaram a ser desempenhadas de forma satisfatória pelos operários colonos alemães. [...] era sumamente desejável que V.Excia. tomando em consideração os bons resultados obtidos com os colonos alemães atuais e a conveniência da introdução de braços livres nesta Província e no Império, se resolvesse mandar vir da Alemanha por contrato uma porção maior de colonos operários.<sup>22</sup>

A chegada desses colonos ocorrera quase de forma acidental. Na verdade, os pioneiros estavam a caminho da Austrália no navio Justine. Como as condições de viagem eram sumamente precárias na alimentação e no tratamento que era dispensado aos germânicos, muitos deles ficaram no Rio de Janeiro se recusando a seguir viagem. Assim, abriu-se precedente para a já planejada introdução do trabalho livre na Província fluminense que ia tomando forma na colônia de Petrópolis. A vilegiatura imperial com todos os seus requintes vinha então a ser consolidada paralelamente à colonização agrícola de alemães aproveitando-se da disponibilidade de mão-de-obra livre para o intento.



Brigue era a embarcação na qual muitos germânicos chegaram ao Brasil. Entre 13 de junho e 8 de novembro de 1845 treze bigues como essas vieram de Dunquerque aportando no Rio de Janeiro com cerca de 2318 imigrantes germânicos.<sup>23</sup>

Era uma quantidade muito grande de imigrantes e que poderia incomodar aos grandes proprietários de escravos da Província. Assim, a serra do Imperador era um excelente destino para tal excesso de mão-de-obra livre que viria a ser empregada na formação de uma colônia agrícola que arranhasse as fronteiras com Minas Gerais e suprisse o Rio de Janeiro

<sup>22</sup> KOELER, J. Apud. RABAÇO, J. H. **História de Petrópolis**. IHP. Petrópolis, 1965, p.63

<sup>23</sup> Imagem em AMBROZIO, J. C. G. Op. Cit. P.257

com sua produção agrária. Na verdade, Petrópolis chegou a ter uma população escrava, mas pouco expressiva nas palavras de Vasconcelos:

É verdade que a Corte e os proprietários rurais não dispensavam a escravaria, que não foi muita, se comparada aos contingentes de escravos cadastrados em Valença, Vassouras, Paraíba do Sul, Sapucaia e nas zonas cafeeiras da mata mineira<sup>24</sup>.

Além do trabalho agrícola, tais alemães eram também associados a uma perspectiva industrializante:

S.M. o imperador tem mostrado o desejo de ver collocada, em Petrópolis, e nos arredores uma colônia agrícola e industriosa allemã; certamente que de semelhante estabelecimento mui grandes vantagens hão de resultar para a povoação e também para os habitantes da corte e da capital do Rio de Janeiro, augmentando-lhes os gozos e pondo a seu alcance, por preços mui módicos, os melhores productos dos climas temperados do mundo<sup>25</sup>

O projeto da colônia agrícola não daria certo em Petrópolis. O clima e a topografia serrana não permitiam o faustoso desenvolvimento agrícola e o destino industrial de Petrópolis parecia ser previsto por Frederico Damck em 1857: “Julgo, pois, que Petrópolis não é e nem será colônia agrícola, mas sim um núcleo de trabalhadores e talvez com o tempo industrial e comercial.”<sup>26</sup> Assim, parece haver uma coincidência entre a natureza não apta à agricultura em Petrópolis e o estabelecimento industrial:

O solo é estéril, limitado, escarpado. Cuida-se mais da indústria. Desenvolveram-se varias pequenas artes, oficinas e empresas. Por uma razão muito simples, e muito vantajosa a proximidade com a capital do país.<sup>27</sup>

L’allemant aponta como razões para a tendência industrializante de Petrópolis as dificuldades naturais para a agricultura e também a proximidade com a capital, o Rio de Janeiro. Assim, não se deve associar a uma propensa engenhosidade do colono alemão a formação industrial de Petrópolis. Embora tais colonos tivessem um perfil agrícola e artesanal, tais habilidades não podem ser vistas como propulsoras da industrialização, já que faziam parte da rotina agrária daqueles camponeses na Europa<sup>28</sup>. Em outros termos, as

<sup>24</sup> VASCONCELOS, Francisco de. **Petrópolis do Embrião ao Aborto** Petrópolis: ParkGraf editora. 2008 p.35

<sup>25</sup> KOELER, J. Petrópolis. In: **Jornal do Comércio**. 31 de janeiro de 1845.

<sup>26</sup> DAMCK, Frederico. O Mercantil. 1857. In: RAFFARD, H. Jubileu de Petrópolis. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro: volume 58. Nº 2 1896.

<sup>27</sup> AVE L’ALLEMENT. Três Fases de Petrópolis: em 1844, 1851 e 1858. Tribuna de Petrópolis. In: CEZAR de MAGALHÃES J. A Função Industrial de Petrópolis. **Revista Brasileira de Geografia**. IBGE, ano XXVII, janeiro-março, 1966, p. 26.

<sup>28</sup> AMBROZIO, J. C. G. Op. Cit. P.277

oficinas e o artesanato praticado por aqueles colonos eram antes extensões do trabalho agrícola e não uma forma inicial de trabalho industrial.

Dessa forma, houve um natural traslado do trabalho agrícola para o industrial basicamente em virtude da inviabilidade do primeiro. As pequenas parcelas de terra que eram disponibilizadas para o colono, a baixa produtividade do solo, a inclinação do relevo, as taxas que eram cobradas pelo governo, tudo contribuía para que a agricultura não fosse viável, despejando grande contingente populacional no trabalho industrial: “O migrante que subiu a serra para viver como foreiro agrícola, com efeito, ascendeu para se constituir como trabalhador livre da futura indústria têxtil de Petrópolis.”<sup>29</sup> Dessa forma, foi a partir da inviabilidade do trabalho agrícola que surgiu grande fluxo para o trabalho nas indústrias, principalmente as têxteis, cujos primeiros estabelecimentos se formaram cerca de 25 anos após a chegada dos colonos alemães. Esses colonos se dedicaram nesse tempo à agricultura e às atividades manufatureiras que eram em si complementares ao trabalho agrícola e eram, portanto, atividades pré-industriais.

Argumenta-se, desse modo, que o conjunto relacionado à intensificação do trabalho livre, a inviabilidade do trabalho agrícola e a atração de investimentos vindos da capital proporcionou as condições para que em 1872 fosse fundada a primeira indústria têxtil da cidade, a “Renânia”, que logo seria chamada de Imperial Fábrica São Pedro de Alcântara. Fundada por Azevedo, Rocher e Cia, essa fábrica se instalou no Quarteirão Renânia, bem próximo à Vila Imperial. A localização da fábrica era oportuna naquele local para que se valesse das águas do rio Quitandinha na produção de energia.

No ano de 1873, o cubano Bernardo Caymari, indivíduo que possuía inúmeros conhecimentos na vida política e econômica do Rio de Janeiro, onde chegou a ser diretor do jornal “O Globo”, fundou a Companhia Petropolitana de Tecidos. Diferentemente da São Pedro de Alcântara, a Petropolitana estava mais afastada da Vila Imperial, oito quilômetros, situando-se no Quarteirão Westifália, onde se valia das águas do rio Piabanha. Segundo Tinoco de Almeida<sup>30</sup>, em 1885 a companhia produzia 7000 metros de tecidos produzidos por 700 operários de ambos os sexos, inclusive crianças. Pelos números fica clara a predominância da Companhia Petropolitana na produção industrial de tecidos. A sede da Petropolitana situava-se na cidade do Rio de Janeiro. Tinoco de Almeida, vivendo na

---

<sup>29</sup> AMBROZIO, J. C. G. Op. Cit. P.276

<sup>30</sup> In: AMBROZIO, J. C. G. Op. Cit. P.277

contemporaneidade de 1885, informa que “A Companhia tem a sua sede à Rua 1º de Março nº 97, Corte.”<sup>31</sup>. Da mesma forma, De Cusatis trata da Fábrica de Tecido Santa Elena, primeira indústria de seda no Brasil, que foi fundada por italianos empreendedores, mas que “embora funcionando em Petrópolis, no Morin, em 1909, a sede da empresa era no Rio de Janeiro, na rua da Alfândega, 25.”<sup>32</sup>.

Nessas indústrias nascentes foi usada não somente a mão-de-obra local, como foram contratados inúmeros estrangeiros, sobretudo italianos, para formarem o operariado. Arbos<sup>33</sup> indica que em Cascatinha, local onde se situava a Companhia Petropolitana, 44% da população eram de estrangeiros, enquanto que no primeiro distrito, junto à Vila Imperial, havia somente 23,3% de imigrantes.



Companhia Petropolitana, prédio novo construído em 1886.<sup>34</sup> Esse segundo prédio de 15 mil metros quadrados foi construído em função da expansão da produção. Além desses prédios havia prédios complementares para oficina de forja, funilaria, carpintaria e escritório central de administração<sup>35</sup>.

Em 1889 foi fundada a terceira fábrica têxtil, Dona Isabel, situada às margens do antigo Córrego Seco, rio que dera nome à fazenda da qual Petrópolis se originou. Posteriormente foi rebatizado de rio Palatino<sup>36</sup>. Contrariamente à origem dos outros

<sup>31</sup> ALMEIDA, J. N. T. Petrópolis – Guia de Viagem. Typographia de L. Winter. Rio de Janeiro, 1885, in: **Cidade de Petrópolis**, reedição de quatro obras raras. MEC/Museu Imperial, Petrópolis: 1957, p. 132

<sup>32</sup> CUSATIS, José. **Os Italianos em Petrópolis**. Petrópolis. Edição da Câmara Municipal. 1993. P. 33

<sup>33</sup> ARBOS, Op.cit. P. 215

<sup>34</sup> MUSEU IMPERIAL/ IBRAM/ MINISTÉRIO DA CULTURA

<sup>35</sup> ALMEIDA, J. N. T. Petrópolis – Guia de Viagem. Typographia de L. Winter. Rio de Janeiro, 1885, in: **Cidade de Petrópolis**, reedição de quatro obras raras. MEC/Museu Imperial, Petrópolis: 1957, p. 132.

<sup>36</sup> AMBROZIO, J. C. G. Op. Cit. P.285

estabelecimentos fabris, a Dona Isabel foi constituída por capitais petropolitanos, tendo mesmo migrantes alemães de Petrópolis como acionistas até a década de 1930.<sup>37</sup>

Assim, pode-se dizer que a partir de 1870 tem-se, de fato, o início da instalação dos estabelecimentos industriais de Petrópolis basicamente em virtude da fundação dos empreendimentos fabris que efetivamente separavam o trabalhador dos meios de produção. Era uma nova etapa no mundo do trabalho compartilhado naquela sociedade, diferente das formas pré-industriais de manufaturas praticadas pelos colonos, onde o sujeito era detentor do produto de seu trabalho. A partir de 1873, para ser mais exato, a lógica do sistema capitalista se implanta em Petrópolis moldando novas relações de trabalho nas fábricas nascentes.

Em 1903 seria fundada a Companhia Cometa, compondo a quarta indústria têxtil de Petrópolis. Seu corpo operário também foi em larga medida formado por italianos, muitos dos quais não tendo aonde se instalar na vila operária dessa companhia foram se instalar na vila operária da Petropolitana.<sup>38</sup>

A instalação das unidades produtivas têxteis representou um largo crescimento demográfico em Petrópolis. Observe a tabela abaixo:

Tabela 1: Crescimento demográfico de Petrópolis (1872 1950)<sup>39</sup>

DATA	POPULAÇÃO	CRESCIMENTO POPULACIONAL
1872	7.219	-
1890	13.574	353 pessoas por ano
1920	67.574	2700 pessoas por ano
1940	84.875	865 pessoas por ano
1950	108.307	2343 pessoas por ano

Conforme dados presentes em Diegues Jr<sup>40</sup>, a população em Petrópolis de 1890 a 1920 aumenta a uma razão de 2700 pessoas por ano. A atração de empregos pode ser uma das

---

TINOCO, J. Guia de Viagem. Rio de Janeiro: Typographia Winter. 1885. In: **Anuário do Museu Imperial**. Ministério da Cultura, IPHAN. 1995. P. 237

<sup>37</sup> MARTINS, Ismênia. Subsídios para a História da Industrialização em Petrópolis. 1850/1930. Petrópolis. Gráfica da Universidade Católica de Petrópolis. 1978

<sup>38</sup> DE CUSATIS, José. **Os Italianos em Petrópolis**. Petrópolis. Edição da Câmara Municipal. 1993

<sup>39</sup> <sup>▣</sup> Dados retirados de: DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **Imigração, Urbanização e Industrialização**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas e Educação. 1964

<sup>40</sup> DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **Imigração, Urbanização e Industrialização**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas e Educação. 1964

explicações para tal crescimento. Tal busca por trabalho é verificada no contingente de trabalhadores que buscavam uma ocupação na transição dos séculos XIX e XX, muitas vezes publicando anúncios em jornais da época, oferecendo sua mão-de-obra. A procedência desses trabalhadores era variada, podendo-se encontrar tanto pessoas de origem brasileira quanto estrangeiros que viram em Petrópolis a possibilidade de poder construir suas vidas.

Pode-se imaginar que o acesso à Petrópolis vinha se tornando maior com a inauguração da Estrada União e Indústria em 23 de junho de 1861 que ligava Petrópolis a Juiz de Fora, possibilitando uma via de acesso para trabalhadores procedentes da Zona da Mata de Minas Gerais. Ademais, os constantes trabalhos sobre a Estrada da Serra da Estrela, que ligava Petrópolis com a Baixada Fluminense, facilitaria também o fluxo de pessoas daquela região para trabalhar em Petrópolis.<sup>41</sup>

Além dos trabalhos nas companhias têxteis, havia também a busca de atividades em outros setores, cada vez mais geradores de oferta de trabalho em meio ao crescimento que Petrópolis vinha verificando em termos econômicos e demográficos.

Luiz Eduardo de Oliveira<sup>42</sup> constatou situação parecida ao pesquisar a composição do proletariado de Juiz de Fora nas décadas de 1870 e 1880 por meio de um jornal contemporâneo; *O Pharol*. De acordo com o autor, em Juiz de Fora se presencia uma situação semelhante ao que tenho defendido a respeito do que Petrópolis vinha vivendo na transição dos séculos XIX e XX. A semelhança ocorre com a relação entre a instauração do trabalho livre facilitado pela imigração e pelo crescimento das companhias têxteis. É interessante perceber que tal dinâmica de ocupação de mão-de-obra livre vinha em substituição ao trabalho escravo, porém não significava uma correspondente melhoria nas condições de trabalho em si. A esse respeito, Luis Eduardo de Oliveira apresenta tais ideias mostrando que

<sup>41</sup> A respeito dessas vias de ligação cumpre assinalar que a Rodovia União e Indústria foi a primeira rodovia macadamizada da América Latina. Em tal sistema de pavimentação, criado pelo engenheiro francês Adam Macdam, pedras são sobrepostas umas às outras, havendo na camada superior pedras maiores que seguram as camadas abaixo. Com o aumento do número de veículos essa forma de pavimentação se mostrará ineficaz ao produzir muita poeira e não suportar o fluxo intenso, sofrendo constantes avarias. Em relação à Estrada da Serra da Estrela, Koeler já empregara colonos germânicos procedentes do episódio do navio Justine para trabalhar naquela via em 1837. Além de germânicos, na construção e nas constantes manutenções em tal via foram empregados trabalhadores de inúmeras procedências, tais como ex-escravos, portugueses, açorianos e também franceses, contratados no período em que Caldas Viana era presidente da Província do Rio de Janeiro em 1843. Informações factuais mais detalhadas ver o Curso de História de Petrópolis do professor Jerônimo Ferreira Alves disponível no site do Instituto Histórico de Petrópolis em [www.ihp.com.br](http://www.ihp.com.br).

<sup>42</sup> OLIVEIRA, Luis Eduardo de. **Os Trabalhadores e a Cidade: a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877-1920)**. Juiz de Fora: Funalfa; Rio de Janeiro FGV. 2010 p. 160-175

os trabalhadores livres em Juiz de Fora apresentavam procedências variadas, buscando emprego e sofrendo duras condições de trabalho uma vez contratados.

Os modelos de Petrópolis e Juiz de Fora apresentam também algumas diferenças substanciais. Em Juiz de Fora houve uma cultura essencialmente agrícola durante o século XIX, com vastas produções cafeeiras, enquanto Petrópolis não teve condições de desenvolver-se sobremaneira nas atividades agrícolas, tendo apenas alguns pontos isolados onde foi possível o cultivo do café, como em Pedro do Rio, por exemplo. Ademais, em função mesmo do alargamento das atividades agrícolas em Juiz de Fora, houve naquela cidade uma presença consolidada da mão-de-obra escrava, tendo a mesma sido largamente empregada no século XIX, diferentemente de Petrópolis, onde a força de trabalho escravo foi menos intensa que em Juiz de Fora. Assim mesmo, vale ressaltar que Petrópolis possuiu escravos e esses trabalharam na construção de estradas, ruas e ocuparam a cidade juntamente aos indivíduos de procedência europeia.

Instituído o fim da escravidão em 1888, a oferta e a procura de mão-de-obra em vários seguimentos são perceptíveis, tendo a busca de trabalhadores livres existido já nos últimos anos da escravidão, tal como Luis Eduardo de Oliveira percebeu ao consultar os anúncios de emprego do *O Pharol* nos últimos anos do século XIX. O autor percebe por meio dos anúncios uma quase equiparação de custos em se alugar um trabalhador livre ou escravo (o que mostra a desvalorização da mão-de-obra livre) bem como a larga oferta e procura de trabalho em meio ao crescimento da cidade de Juiz de Fora naqueles anos. Os anúncios de diferentes trabalhadores, brancos ou negros, se oferecendo para trabalhar como “criadas”, “trabalhadores”, “cozinheiros”, “sapateiros”, “costureiras”, “educadores”, entre outros, eram comuns juntamente às ofertas de empregos com anúncios de “precisa-se” abarcando inúmeras atividades, tais como “cozinheiras”, “serradores”, “bons oficiais sapateiros”, “oficiais cigarreiros” dentre outras profissões que se necessitava.<sup>43</sup> Pode-se ver ainda a indicação de se desejar uma pessoa de procedência europeia ou “de cor” (tal como se alude aos negros) e até mesmo um “menino”, cujos ganhos eram bem menores.

Ao consultar a *Gazeta de Petrópolis* na passagem dos séculos XIX e XX verifica-se situação bem parecida em relação à oferta e à procura de trabalho na cidade de Petrópolis.

---

<sup>43</sup> OLIVEIRA, Luis Eduardo de. Op. Cit pp. 162-168



Annuncios. Cozinheira Preta. Precisa-se de uma, na Empresa Intermediaria, 16, avenida Marechal Deodoro Gazeta de Petrópolis. 11 de junho de 1892.

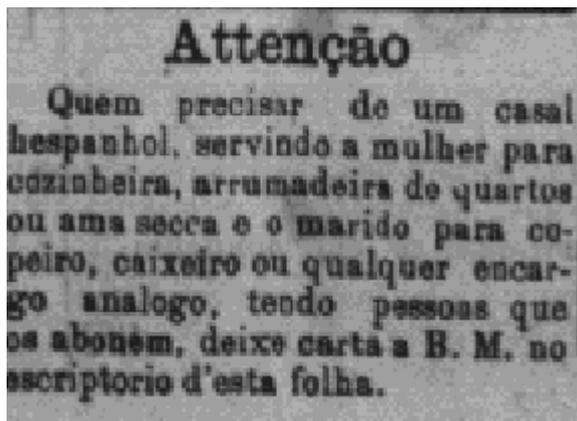
No anúncio acima, há a demanda por uma mulher negra para que trabalhasse de cozinheira, o que faz perceber que era comum no período especificar a cor da pele da pessoa a qual se ofertava o emprego, tal como Luis Eduardo de Oliveira também percebeu em Juiz de Fora. No caso das cozinheiras, há ainda a demanda por trabalhadoras que fossem estrangeiras como mostra o anúncio abaixo:



Cosinheira. Precisa-se de uma, franceza ou inglesa; no armazem do sr. Campos, avenida Marechal Deodoro n. 24, se informará. Gazeta de Petrópolis. 20 de janeiro de 1894

Percebe-se que havia uma nítida intenção de contratar uma trabalhadora de pele branca ou ainda que fosse especializada na culinária dos países de origem, o que faz entender a relação estabelecida entre a nacionalidade e as habilidades que se esperava da mão-de-obra.

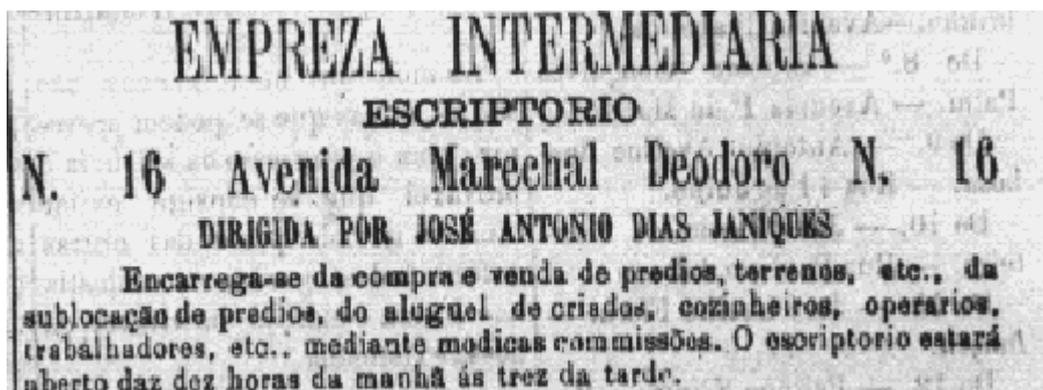
A especificação da nacionalidade também aparece em anúncios de demanda por emprego, como no caso abaixo:



Atenção. Quem precisar de um casal hespanhol, servindo a mulher para cozinheira, arrumadeira de quartos ou ama secca e o marido para copeiro, caixeiro ou qualquer encargo analogo, tendo pessoas que os abonem, deixe carta a B.M. no escriptoria d'esta folha. Gazeta de Petrópolis. 27 de janeiro de 1894

Pode-se ver que a busca de trabalho era em larga medida associada às características da mão-de-obra que se oferecia. A origem estrangeira em muitos casos nos fornece a impressão que era um atributo a mais que seus portadores imaginavam ter em relação aos brasileiros, uma qualidade talvez relacionada à laboriosidade do trabalhador europeu e às tendências escatológicas de raças tão comuns no século XIX.

Em vias do crescimento da mão-de-obra então verificado, a oferta e a demanda de empregos tão recorrentes nos jornais, não é de se surpreender a existências de empresas especializadas em mediar a contratação desses trabalhadores, conforme mostra o anúncio abaixo:

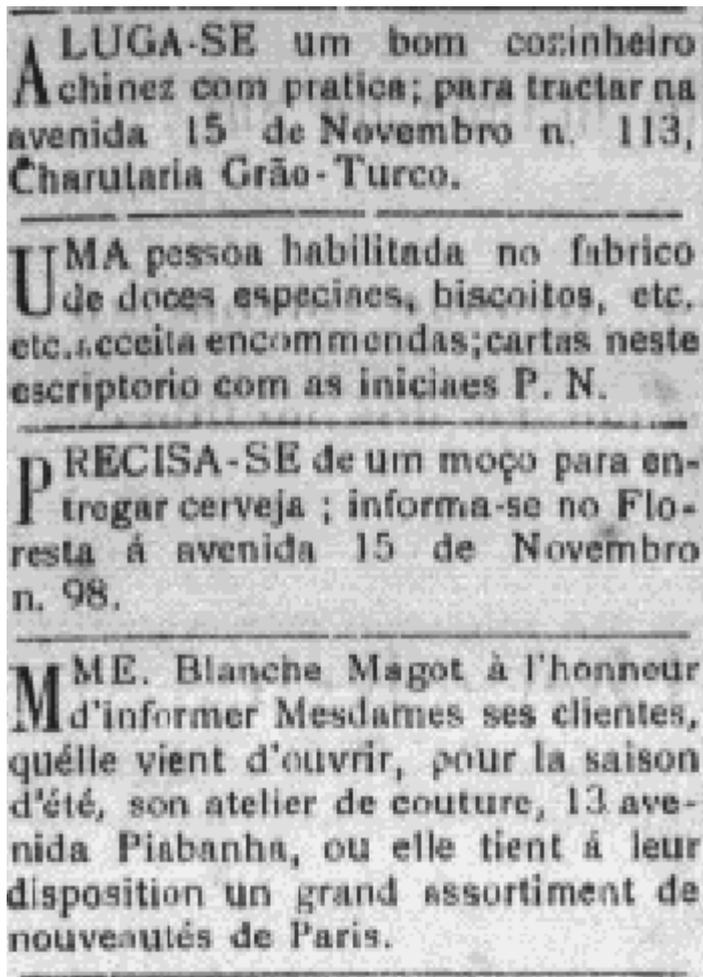


Empresa Intermediaria. Escritorio. N. 16. Avenida Marechal Deodoro. Dirigida por José Antonio Dias Janiques. Encarrega-se da compra e venda de predios, terrenos, etc., da sublocação de predios, do aluguel de criados, cozinheiros, operarios, trabalhadores, etc., mediante modicas commussões. O escriptorio estara aberto das dez horas da manhã ás trez da tarde. Gazeta de Petrópolis. 25 de junho de 1892.

Esta referida “Empresa Intermediaria” tinha não só a função de ligar o empregador às demandas de trabalho como também se encarregava de mediar a compra de terrenos, aluguel de prédios e de trabalhadores. Em relação aos trabalhadores que então eram alugados há alusão de se encontrar “cozinheiros”, “operários” e simplesmente “trabalhadores”, o que faz

presumir que até mesmo operários em companhias têxteis poderiam ter adquirido emprego por meio de tal agência intermediária.

De toda forma, a busca por uma ocupação era feita primordialmente por meio da publicação da demanda de trabalho no periódico, assim como os empregadores publicavam anúncios com os empregos que ofereciam. Nesse sentido, há uma gama variada de públicos e atividades às quais as propagandas fazem referência, tal como os anúncios abaixo, publicados em sequência na Gazeta de Petrópolis em 13 de janeiro de 1900:



Gazeta de Petrópolis. 13 de janeiro de 1900. Anúncios de oferta e demanda de empregos e serviços. O último anúncio tem como livre tradução: “Madame Blache tem a honra de informar às senhoras suas clientes que foi inaugurada, para o verão, seu ateliê de costura situado na Avenida Piabanha, número 13, local esse onde ela tem à sua disposição um grande sortimento de novidades de Paris.

Nos anúncios acima, fica claro que tanto o comércio popular como o mais sofisticado existia em Petrópolis. Pessoas sendo solicitadas para trabalhar como “entregadores de cerveja”, demandas de emprego de cozinheiro e oferta de encomendas de doces eram publicadas juntamente ao anúncio em francês de Madame Blanche, que parece ter publicado seu anúncio na língua francesa visando atingir um público seletivo, talvez o único que pudesse

adquirir os produtos de seu “atelier”. Ademais, haja vista o crescimento demográfico, é natural encontrar anúncios de ofertas de serviços médicos, de advogados e até mesmo de parteiras, uma vez que o aumento populacional promove uma demanda maior por mais atividades. Veja alguns anúncios de oferta desses serviços publicados na Gazeta de Petrópolis em 09 de junho de 1892 e 17 de janeiro de 1894

Avisos:

Dr. Miguel Pereira – medico. Avenida Piabanha. N. 30. Attende a chamados e dá consultas.

Dr. Antonio de Carvalho – medico e operador. Residencia – hotel Beresford, - Consultas, das doze ás trez horas. Especialidade – moléstias dos ouvidos, nariz e garganta. Chamados a qualquer hora

Dr. Joaquim Moreira – Medico e parteiro, Residencia avenida Washington n. 7. Dá consultas todos os dias, das doze ás duas horas, na pharmacia accioli, rua Thereza n. 101

Dr Horacio Magalhães Gomes advoga causas civeis, commerciaes e orphanologicas. – Residencia: rua Montecaseros n. 43.

Mme Proué, parteira de 1ª classe, aprovada pelas faculdades de medicina de Montpellier e do Rio de Janeiro, á avenida 15 de novembro n. 47, onde pode ser chamada á qualquer hora.

Mais anúncios refletem a dinamização econômica de Petrópolis no final do século XIX:

Ao percebermos os anúncios ao lado, vê-se que a oferta de advogado e professora particular de música mostra a existência de trabalhadores liberais que atuavam junto à classe média que se formava então no crescimento das atividades econômicas de Petrópolis

A oferta de lojas de materiais de construção se faz presente em uma cidade que tem sua população aumentada intensamente por ano, o que presume uma demanda acelerada por materiais para a construção de residências.

No anúncio a seguir, publicado na Gazeta de Petrópolis em 20 de janeiro de 1894, vê-se números a respeito de uma ideia de “progresso” associada a tal crescimento que então se verifica na cidade de Petrópolis:

**MATERIAES DE CONSTRUCCAO**  
 Vende se tijolos de excellente qualidade, bem como toda e qualquer madeira do paiz para construcção, por preço muito razoavel. Quem pretender, pôde dirigir seu pedido ao Sr. José Teixeira de Azevedo, á avenida 15 de Novembro, ou ao abaixo assignado, na olaria da Itaipava.—Guilherme Carlos.

---

**ADVOGADO**  
 Candido José Valle de Almeida communica a seus amigos e clientes que continúa a advogar, tendo o seu escriptorio á avenida Bolívar (antiga rua Aureliano) n. 9.

---

**Professora**  
 Uma professora de musica, piano e canto, por methodo italiano, diplomada, aceita discipulas quer em sua residencia, quer fóra della. Recados, avenida 15 de Novembro

**PROGRESSO DE PETROPOLIS**

No anno de 1892, epocha do encilhamento e do dinheiro barato, a estatística municipal das construcções desta cidade foi a seguinte:

Predios construidos .. . . .	90
» reconstruidos e augmentados .. . . .	9

Em 1893 apesar de termos entrado em um periodo de escassez de dinheiro e de credito, a estatística accusou o seguinte augmento:

Predios construidos .. . . .	99
» reconstruidos e augmentados .. . . .	18

Para bem se aquilatar da importancia desses algarismos, convem dizer, que na progressiva Campinas apenas se construíram em 1893 desanove predios.

Progresso de Petrópolis. No anno de 1892, epocha do encilhamento, a estatística municipal das construcções desta cidade foi a seguinte: Predios construídos: 90. Prédios aumentados: 9. Em 1883 apesar de termos entrado em um periodo de escassez de dinheiro e de credito, a estatística accusou o seguinte augmento: Predios construídos: 99. Prédios reconstruídos e aumentados: 18. Para bem se aquilatar da importancia desses algarismos, convem dizer, que na progressiva Campinas apenas se construíram em 1893 desanove [dezenove] predios. Gazeta de Petrópolis. 20 de janeiro de 1894

Por meio da nota acima, pode-se perceber que mesmo em razão da crise econômica ocorrida em virtude da política de Ruy Barbosa, apelidada de Encilhamento – caracterizada por medidas dos governo voltadas à emissão de dinheiro e concessão de crédito, o que gerou calotes, inflação e falências - Petrópolis teve um crescimento considerável. Tal crescimento é apontado em comparação à cidade de Campinas, mostrando em números absolutos uma larga vantagem de Petrópolis na construção de imóveis no ano de 1893 ao ter 99 construções contra apenas 19 daquela cidade paulista.

Em meio à busca por uma ocupação na Petrópolis que avidamente se construía, a mentalidade frente ao trabalho no período apresenta uma nítida relação entre trabalho e moralidade. A partir do trecho publicado na Gazeta de Petrópolis abaixo, pode-se ver como muitos trabalhadores eram não só postos em uma posição submissa, quanto deles se exigia uma disciplina excessiva como virtude essencial para o trabalho:

Mais de uma pessoa tem prevenções contra as criadas petropolitanas, que dizem estarem sempre ás voltas com algum primo ou noivo, em cuja companhia frequentão infalivelmente os chronicos bailes dos domingos. Acontece o mesmo com muitas estrangeiras e talvez seja este procedimento preferível, com seus inconvenientes, á supposta reserva das que fazem cousas peiores sem o deixar ver.

Em qualquer das hypotheses acreditamos que existem louváveis excepções, embora não conheçamos nenhuma.

Nesta cidade, como aliás quasi por toda parte, são muitos os criados pouco briosos, quer de um ou outro sexo, e no terceiro mez, se não já no segundo elles se tornão insupportaveis<sup>44</sup>

Eis a visão paternalista da classe dirigente sobre os trabalhadores; percebe-se um controle moral, uma perspectiva de querer moldar os atos e a vida pessoal dos trabalhadores, postos em um grau de maturidade inferior do setor social que os empregava.

A expansão da cidade e do número de trabalhadores nos últimos anos do século XIX, envolvendo códigos de valores e representação social, ocorreu em meio a um processo político que levou Petrópolis à posição de capital do Estado do Rio de Janeiro em 1894. Sendo assim, pretende-se, a seguir, tratar de passagem a mudança da capital fluminense para Petrópolis, percebendo aí uma ocorrência política contextualizada à dinâmica social e econômica que então se verifica em Petrópolis no período em questão.

É possível perceber, a princípio, que a mudança da capital fluminense para Petrópolis foi feita em caráter provisório, motivada pela Revolta da Armada, movimento que buscava a restauração da Monarquia e havia tomado as ruas da então capital Niterói, provocando a mudança provisória da capital para Petrópolis após rápida decisão do poder legislativo estadual.

Assim tratou a Gazeta de Petrópolis a mudança da capital:

Ficou hontem definitivamente resolvida pela assembléa legislativa a mudança provisoria da capital do estado para esta cidade.

Tão rápida ocorreu a discussão, que não tivemos tempo de expender a nossa fraca [franca] opinião sobre o assumpto.

Estimamos, por um lado, que tal facto se tivesse dado, para que jamais se possa dizer que Petropolis pleiteou a honra de ser a séde do governo, solicitando adhesões ou mendigando votos.

Originada a idéa no seio da propria assembléa, mereceu logo o apoio unanime de todos os seus membros, que, comprehendendo perfeitamente a gravidade do momento presente, puzeram patrioticamente de parte naturaes sentimentos de bairrismo, e sem nenhuma pressão ou sollicitação, consultando apenas as conveniencias publicas, fizeram a escolha que melhor lhes pareceu.

Aceita como está, pela propria constituição, a necessidade de transferir a capital de Nitheroy para outro ponto e provado, como ficou, pelos acontecimentos recentes, o grande perigo de estabelecer-se a séde do governo em uma cidade maritima, ao lado de uma grande capital, convinha escolher um local que, reunindo certas condições, de segurança, hygiene, bem estar e beleza, oferecesse, ao mesmo tempo, as vantagens de ser um ponto central do Estado e de não demandar grandes sacrificios pecuniarios para poder servir aos fins.

Que outra localidade pode disputar á Petropolis esse conjuncto de predicados?

Nenhuma, seguramente.<sup>45</sup>

(...)

<sup>44</sup> Gazeta de Petrópolis. 06 de janeiro de 1894.

<sup>45</sup> Gazeta de Petrópolis 24 de janeiro de 1894

A partir desse trecho da reportagem de jornal, pode-se perceber uma leitura contemporânea ao fato de Petrópolis ter se tornado a capital do Estado do Rio de Janeiro. Além da posição estratégica da cidade no momento de crise política que então se verificava com a Revolta da Armada, o autor da reportagem afirma ainda a possibilidade estrutural da cidade em receber as funções de capital do Estado ao possuir as condições de segurança, higiene, bem estar e beleza estando em um “ponto central” do Estado.

O que se pretende argumentar aqui é que Petrópolis teve como fatores para sua nomeação como capital não apenas a instabilidade que se vivia em Niterói, a então capital, com a Revolta da Armada, mas também teve como fator a seu favor o crescimento que então se verificava em virtude do estabelecimento das atividades industriais. Na reportagem a seguir tal relação parece ficar clara na visão da época:

Petrópolis-capital

Conforme já annunciámos, verificou-se no dia 20 do corrente, na secretaria do Interior, a intallação do governo do Estado nesta cidade. A cerimonia foi simples e desacompanhada dos festejos usuaes em taes ocasiões. Os tristes successos, que neste momento trazem enlutada a alma nacional, impediram que a cidade de vestisse de galas e dêsse demonstraões de regosijo de que se acha possuida por ter recebido a grande distincção de ser declarada oficialmente a capital do Estado.(...)

O estabelecimento de numerosas fabricas, facilitado pela existencia de grandes forças hydraulicas naturaes, uma forte corrente immigrantista, creada pelo funcionamento dessas oficinas de trabalho, a mudança de residencia para esta cidade de numerosas familias, attrahidas pela amenidade e salubridade do clima, pelo conforto e bem estar que aqui se encontra e pela beleza do local, já fizeram avultar tanto a população-fixa, creando uma vida propria á cidade, que esta já perdeu, ha muito tempo, as qualidades de uma pequena estação climática, um simples *Luftkurost*, na phase allemã.

E esse desenvolvimento não tendo a parar.

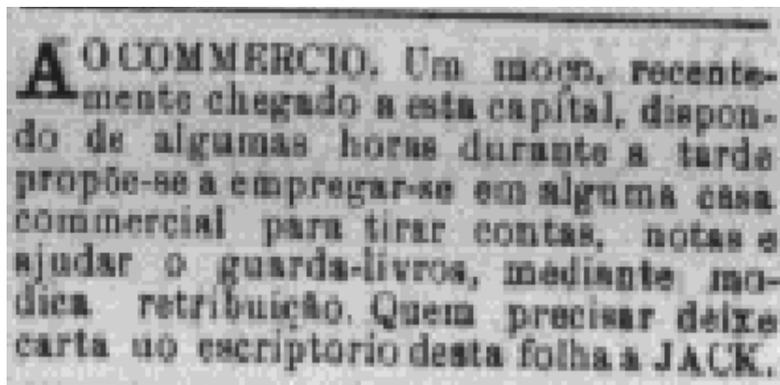
Petrópolis está fatalmente destinada pela natureza a ser um grande centro industrial e o mais importante refugio dos municípios insalubres que o cercam.<sup>46</sup>

A partir do trecho da Gazeta de Petrópolis acima, pode-se ver que o periódico era resolutamente a favor da transferência da capital para Petrópolis, ainda que tenha visto tal fato como resultado de um momento difícil vivido pelo país em virtude da Revolta que se processava em Niterói, o que fez com que a cidade de Petrópolis virasse a capital sem que se fizessem festividades para tal.

O que parece bem interessante é a menção dos atributos estruturais que Petrópolis possuía então para que pudesse ser a capital fluminense. O autor cita o potencial hidráulico na geração de energia, o estabelecimento do trabalho industrial e a corrente migratória que vinha atraída pelas oportunidades de trabalho ou então atraída pela “salubridade” do clima,

afirmando, taxativamente, que Petrópolis já podia ser considerada naquele ano de 1894 uma cidade industrial e não mais uma “pequena estação climática” do período em que os colonos germânicos chegaram nas serranias imperiais. O autor também salienta o crescimento demográfico que Petrópolis vinha vivendo e afirma, peremptoriamente, que o destino de Petrópolis era ser industrial, deixando mesmo como um determinismo imposto à cidade, o que faz perceber uma visão que se tinha no período a respeito do devir daquela cidade serrana que vinha em rápido processo de estabelecimento de companhias têxteis e se destacando em meio ao contexto político do Estado do Rio de Janeiro.

Pode-se perceber que em virtude de sua posição de capital, os anúncios de busca de trabalho se alteram sensivelmente ao aludir à posição ocupada pela cidade serrana.



O Commercio. Um moço, recentemente chegado a esta capital, dispondo de algumas horas durante a tarde propõe-se a empregar-se em alguma casa commercial para tirar contas, notas e ajudar o guarda-livros, mediante modica retribuição. Quem precisar deixe carta no escriptorio desta folha a Jack. Gazeta de Petrópolis 10 de março de 1894

Petrópolis foi capital até o ano de 1902, quando a Revolta da Armada já parecia dominada pelas forças governamentais no Estado do Rio de Janeiro, continuando somente no sul do país, para onde havia se expandido. Com isso, já não ameaçava o retorno da capital fluminense para Niterói, visto que estava em Petrópolis de forma provisória. Criou-se a partir de então um embate de qual destino seria a capital, vários deputados não concordavam com o retorno da capital para Niterói, cogitando-se Teresópolis e, sobretudo, Campos dos Goytacazes.<sup>47</sup> A decisão final acabou por fazer voltar a Niterói a capital do Estado do Rio de Janeiro em 04 de agosto de 1902, ocorrendo a completa transferência em 20 de junho de 1903.

Como se vê, durante o período em que foi a capital e após ter deixado de ter tal título, a busca por trabalho ocorria simultaneamente à chegada de indivíduos em Petrópolis na virada

<sup>46</sup> Gazeta de Petrópolis 24 de fevereiro de 1894

<sup>47</sup> Ver Gazeta de Petrópolis de 09 de janeiro de 1902 para mais detalhes a respeito do citado embate.

dos séculos XIX e XX. Nesse sentido, é marcante a presença também de estrangeiros que foram trabalhar naquela cidade serrana que se industrializava, tal como os italianos. Cumpre observar, a partir dessa lógica de desenvolvimento industrial em Petrópolis, que entre os italianos e os alemães há uma diferença no que tange aos seus papéis em Petrópolis; enquanto a presença dos alemães veio com o projeto de constituir na vilegiatura imperial a colônia agrícola, os italianos vieram para o trabalho nas indústrias. De cusatis diferencia a chegada italiana e alemã:

Com os italianos foi diferente: vieram espontaneamente, tinham os meios e os conhecimentos técnicos necessários e o operariado trazia iniciação técnica que, por menor que fosse, ainda como hoje em dia, seria muito mais valiosa que a adquirida aqui (...) Os alemães vieram em circunstâncias que os obrigava a ficarem, sem perspectiva de volta<sup>48</sup>

A chegada dos italianos ocorreu sem que tivessem estrutura suficiente para viver na cidade. Suas necessidades eram mal atendidas, assim como era com as demais pessoas pobres que viviam na cidade em vias de crescimento industrial. A falta de infra-estrutura basicamente em hospitais, previdência social e estabilidade econômica fez com que se gerasse entre os italianos em Petrópolis uma base de incerteza quanto às possibilidades de sobrevivência. Foi dessa forma que surgiram as Associações Italianas de Mútuo Socorro; *Società Italiana di Mutuo Socorso e Beneficenza*, *Società Vittorio Emanuele III*, *Società di Mutuo Socorso e Società Italiana di Mutuo Socorso di Cascatinha*.<sup>49</sup> Essas associações tinham mais do que um caráter de auxílio econômico, também visavam integrar os italianos entre eles, criando um vínculo de união e fraternidade. Havia, portanto, quatro associações na cidade, duas funcionavam no centro e duas funcionavam no bairro da Companhia Petropolitana, em Cascatinha.

Embora houvesse tal mentalidade no sentido de integrar os imigrantes italianos entre eles, havia também rivalidades entre os grupos que migraram para o Brasil. Os italianos de Cascatinha, por exemplo, não se misturavam aos do Alto da Serra e do Morin e os italianos do Meio da Serra, da Fábrica Cometa, não se integravam aos demais, tanto que a experiência de dividir a mesma vila operária de Cascatinha com operários da Petropolitana não teve vida longa, de forma que no final dos anos 30 apenas a família Chinescalchi trabalhava no Meio da Serra e vivia em Cascatinha<sup>50</sup>.

---

<sup>48</sup> DE CUSATIS, José. Op. Cit. P. 5  
<sup>49</sup> DE CUSATIS, José. Op. Cit. P. 10  
<sup>50</sup> DE CUSATIS, José. Op. Cit. P.28

No início do século XX, quando foram fundadas as *Societàs*, a distribuição dos operários seguia a seguinte ordem:

***Tabela 1: Quantidade de Operários nas fábricas de Petrópolis em 1907<sup>51</sup>***

FÁBRICA	QUANTIDADE DE OPERÁRIOS
Companhia Petropolitana	1.100
Companhia São Pedro de Alcântara	270
Dona Isabel	260
Cometa	250
TOTAL	1.880

Em 1907 é possível verificar que o movimento migratório que houve em Petrópolis, tanto de brasileiros quanto de estrangeiros, fez com que as companhias têxteis possuíssem grande número de trabalhadores, sobretudo a Companhia Petropolitana, que comportava cerca de quatro vezes mais operários que as demais indústrias têxteis. Essas outras, por sua vez, tinham um número bem aproximado de operários entre elas.

Tamanha vivência no trabalho industrial ocorreu nos antigos quarteirões coloniais que foram planejados para atender ao trabalho agrícola. Assim que se instalou a São Pedro de Alcântara, no quarteirão Renânia, outras indústrias passaram a ocupar demais quarteirões de Petrópolis; seja a Dona Isabel na Vila Thereza, seja a Cometa que se instalou com duas fábricas no Palatinato Superior e Inferior e a maior de todas; a Companhia Petropolitana que se instalou no Quarteirão Westifália, conhecido como Cascatinha.

As fábricas mudaram a vivência social naqueles lugares, transformando os quarteirões coloniais que visavam reproduzir a estrutura europeia da vilegiatura em bairros operários, de feição popular e que, sem dúvida, contrastam com a também presente realidade aristocrática da corte. Formou-se assim uma cidade operária ao mesmo tempo em que era imperial<sup>52</sup>.

<sup>51</sup> SÁ EARP. Propaganda Industrial. In: MARTINS, Ismênia. Op.cit. 1983. P. 35

<sup>52</sup> A respeito da industrialização em Petrópolis, surge um possível estudo a respeito da questão ambiental que trate da devastação processada na Mata Atlântica em virtude do crescimento das fábricas e da população, que também resultaram na poluição e diminuição dos rios próximos aos estabelecimentos têxteis, tais como o Rio Quitandinha, próximo à Companhia São Pedro de Alcântara e o Rio Piabanha, próximo à Companhia Petropolitana. Cumpre observar que atualmente há em Cascatinha áreas de proteção ambiental da Mata Atlântica, os mananciais do Alcobaça, que visam, justamente, conter o crescimento populacional e o desmatamento em áreas verdes que resistiram à industrialização em Cascatinha.

## Conclusão

Neste capítulo buscou-se delinear o contexto no qual se processou a formação industrial em Petrópolis. A fundação daquela como cidade de veraneio da família real e também como arena de investimentos de capitalistas oriundos do Rio de Janeiro marcou a base na qual nasceria não apenas uma cidade imperial, mas também proletária em sua essência.

A esse respeito, também averiguou-se a respeito da origem social de inúmeros trabalhadores que foram atraídos pelo crescimento econômico de Petrópolis, promovendo um vasto crescimento demográfico que seria importante para a fundação da classe operária atuante nos estabelecimentos têxteis. Essa proletarização petropolitana é pensada neste trabalho como elemento *a priori* na formação social daquela cidade, o que vem a contrariar em certa medida o discurso oficial que insiste em salientar quase que unanimemente a colonização germânica como marco inicial da sociedade petropolitana.

Não querendo diminuir ou negar a presença da colonização germânica em Petrópolis, busca-se aqui salientar as ondas migratórias oriundas de outros países – sobretudo a Itália – e de demais regiões do Brasil, tais como a Zona da Mata de Minas Gerais e da Baixada Fluminense que foram atraídas pela oferta de trabalho na formação das indústrias naquela cidade serrana.

## CAPÍTULO 2: COMPANHIAS TÊXTEIS DE PETRÓPOLIS E O MUNDO DO TRABALHO

Neste capítulo procura-se analisar a construção histórica das quatro companhias têxteis em questão; Companhia São Pedro de Alcântara, Companhia Petropolitana, Companhia Dona Isabel e Companhia Cometa. Nesse sentido, o objetivo é perceber como se formaram essas quatro instituições nos diferentes contextos políticos e econômicos que se verifica no Brasil desde a década de setenta do século XIX até a década de trinta do século XX.

A esse respeito, não há o objetivo aqui de traçar todo o caminho histórico dessas companhias, desde sua fundação até a falência, pois não é esse o objetivo deste trabalho. O que se busca é perceber a construção histórica das companhias em estudo no processo de formação industrial da cidade, como que cada uma delas se formou e como cada uma

verificou diferentes lógicas de trabalho e vivência social na medida em que crescia como unidade produtiva contribuindo para a massificação do trabalho industrial em Petrópolis.

Para o estudo a seguir, buscamos relacionar aspectos políticos, econômicos e sociais verificáveis entre as companhias em questão, de forma a dividir o estudo em seções que tratem especificamente a respeito da formação dos estabelecimentos têxteis como instituições e seções que tratem especificamente das formas de trabalho que se processavam em seu interior, momento em que enfatizaremos o caso da Companhia Petropolitana.

No transcorrer do texto, ficará claro que a Companhia Petropolitana será mais citada e terá uma quantidade de informações maior que as demais companhias, isso se explica não só pelo fato de tal companhia realmente ter sido maior que as demais, tanto em estrutura quanto em número de operários, mas também pelo fato de possuir um acervo de fontes muito mais rico que as suas congêneres.

O estudo dessas companhias no contexto dos anos cinquenta e sessenta do século XX – período de apogeu da indústria têxtil – e a sucessiva crise que gerou a falência dessas companhias a partir dos anos setenta e oitenta ficam como objetos de estudos em aberto para novas pesquisas.

## **2. 1 AS COMPANHIAS TÊXTEIS DE PETRÓPOLIS**

### **2.1.1 Companhia São Pedro de Alcântara**

As referências mais antigas que se tem notícia da Companhia São Pedro de Alcântara datam de 1872 em documentos encaminhados à administração municipal solicitando permissão para o estabelecimento da fábrica. Os requerentes, Azevedo, Rocher e Cia solicitavam em outros documentos a mudança do açude para que pudessem adequá-lo à fábrica para que esta pudesse valer-se de suas águas na produção de energia.



Fábrica São Pedro de Alcântara<sup>53</sup>.

Em 1872 a fábrica era fundada com o nome de Renânia, no quarteirão do mesmo nome que se situava próximo à Vila Imperial. Nobres e operários estavam a apenas alguns metros de distância. A construção da fábrica recebeu apoio do imperador dom Pedro II, que visava ter um local de trabalho que acolhesse os imigrantes que vinham para Petrópolis.<sup>54</sup>

Assim mesmo, a empresa foi fundada pela iniciativa particular de negociantes da cidade do Rio de Janeiro<sup>55</sup> interessados em aproveitar as condições climáticas de Petrópolis para a fundação do empreendimento têxtil e a facilidade de aquisição de mão-de-obra para a mesma.<sup>56</sup> Os fundadores da dita companhia, designados nos documentos como Azevedo, Rocher e Cia, solicitaram junto ao governo imperial uma série de permissões para explorar as águas do rio Quitandinha que margeavam os lados da fábrica. O documento de 08 de fevereiro de 1873 assinado pelo Barão de Nogueira indica:

Comunico ao Sr. Superintendente da Imperial Fazenda de Petrópolis, para sua inteligência que Sua Majestade o imperador, atendendo ao que requereram Azevedo, Rocher e Cia, proprietários da fábrica de Tecidos, outrora denominada Renania e hoje “São Pedro de Alcântara” e à informação prestada pelo Sr. Superintendente em 30 do mês findo. Houve por bem permitir que os suplicantes gozem das águas do rio Quitandinha, onde a fábrica, assim como, quaisquer outras que passarem pelos prazos que adquiriram, contanto que respeitem o uso que até agora outros foreiros e

<sup>53</sup> MUSEU IMPERIAL/IBRAM/MINISTÉRIO DA CULTURA

<sup>54</sup> SILVA, Rubens. São Pedro de Alcântara foi Construída Para Receber Imigrantes. *Tribuna de Petrópolis*. 06 de abril de 1997

<sup>55</sup> A sede da Companhia situava-se no Rio de Janeiro, segundo os estatutos da Companhia São Pedro de Alcântara, em edição de 1885.

<sup>56</sup> TINOCO, J. Guia de Viagem. Rio de Janeiro: Typografia de L. Winter. 1885. In: *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis: 1995. P.237

vizinhos tenham legalmente obtido das mesmas águas e que estas não sejam empregadas em seu estabelecimento de modo que prejudique o público. Nesta conformidade, o Sr. Superintendente passará aos suplicantes a competente licença, a que não poderá ter vigor para seus sucessores sem nova graça especial.<sup>57</sup>

Nesse sentido, pode-se ver a necessidade que tais empreendimentos têxteis tinham de se instalar próximo às quedas d'água; assim se instalou a Renânia, futura São Pedro de Alcântara, nas proximidades do rio Quitandinha.

No documento acima se vê que a fábrica não deveria “prejudicar o público,” mas outros documentos mostram que isso não era respeitado. Em um documento cuja data não é possível identificar, mas que remonta aos primeiros anos da fábrica, pode-se perceber uma denúncia encaminhada à municipalidade no que tange à inviabilidade do local em que a fábrica está instalada. Eis um trecho do documento assinado por Antônio Rodrigues:

Apreço-me a levar ao conhecimento de Vossa Excelência um fato sobre o qual não devo tomar a responsabilidade de deixá-lo passar em silêncio. A antiga fábrica de tecidos da Renania, contra as posturas municipais, foi construída às margens do rio, em terreno destinado a logradouro público.(...) Nada teria eu com a execução dessas obras particulares, se, entre elas, não figurasse a construção de uma muralha erigida sobre o leito do rio que ficou por isso mais estreito. A muralha acha-se situada de modo que a corrente do rio (...) interceptará irremediavelmente o trânsito quando ocorrer a primeira enchente, se não se proceder aí ao alargamento do alísio do rio e às obras de segurança que guardem essas margens da ação erosiva das águas<sup>58</sup>.

Além desse requerimento, outros foram encaminhados, tais como os que solicitavam abertura de canais, desvios de canais e rua, muito em função dos vizinhos da fábrica que padeciam de alguns transtornos com a instauração da unidade produtiva naqueles arredores. Exemplo disso é Guilherme Gerhart, que em 1880 encaminha à administração municipal a reclamação de que a fábrica mantém o açude fechado em épocas de enchente, o que inundava seu terreno. Ele exigia que o canal existente por trás de seu terreno fosse coberto pela fábrica a fim de evitar novos transtornos. O gerente da fábrica, Dr. Bernardo Xavier Rabelo de Oliveira, colocou a culpa no empregado, alegando que o mesmo é que se esquecia de abrir o açude.<sup>59</sup>

Ao que parece, a companhia se chamou Renânia por pouco tempo, já que em 1873 já é

<sup>57</sup> CASADEI, Thalita. A Fábrica de Tecidos São Pedro de Alcântara. Tribuna de Petrópolis. 06 de fevereiro de 1994

<sup>58</sup> A cópia do documento completo encontra-se no anexo. O original pode ser encontrado no acervo histórico do Museu Imperial de Petrópolis.

<sup>59</sup> CASADEI, Thalita. Op.cit.

aludida como São Pedro de Alcântara. A fábrica conseguiu se instaurar e seus capitais são elevados em 1885, fazendo com que neste ano sua produção aumente consideravelmente, bem como sua gestão fosse regulamentada, ao que tal data acabou sendo considerada a data oficial da fundação da Companhia.

Conforme a revista “Geopolítica dos Municípios” afirma em setembro de 1957, a Companhia Fábrica de Tecidos São Pedro de Alcântara foi fundada em uma reunião realizada em 08 de fevereiro de 1885 em um prédio na Rua do Imperador por iniciativa de vários “fundadores.” São eles; Bernardo Xavier Rabello de Oliveira, Xavier Rabello, Frederico Guilherme Lindscheid, José Rodrigues Peixoto, João Martins da Silva Coutinho, Visconde de Cruz Alta, José Cândido Monteiro de Barros, José de Oliveira Motta Azevedo e João Gustavo Rosas.

José Tinoco traz informações que mostram a estabilidade da Companhia naquele ano de 1885. Sua força produtiva na fiação contava com 4500 fusos e 108 teares de vários sistemas. Havia tinturaria de qualidade e as máquinas necessárias, tal como máquina de funileiro e de carpinteiro. A produção da fábrica se voltava a algodão branco de diversas qualidades, riscados, mesclados, entre outros tecidos que o autor dá a credencial de substituir muito bem os congêneres que até pouco tempo tinham de ser importados da Europa. O autor ainda afirma que a fábrica consumia cerca de 60 mil fardos de algodão por ano, que tinha 200 operários, entre homens, mulheres e crianças, cujos salários eram de 500 rs a 5\$500 diários.<sup>60</sup>

A despeito de tanto progresso, passados aproximadamente dois anos, a fábrica teria produção interrompida por um incêndio, mostrado na imagem abaixo.



<sup>60</sup> TINOCO, J. Op.cit. p.238

Incêndio na Companhia São Pedro de Alcântara.<sup>61</sup>

O diretor-gerente da fábrica, Bernardo Xavier Rabelo de Faria alugou um prazo de terra em frente à fábrica arruinada para nele construir um galpão provisório onde seria depositado todo o maquinário que a Companhia possuía. Além disso, coube a ele reconstruir o prédio da fábrica.

O projeto de reconstrução do prédio da fábrica São Pedro de Alcântara após o incêndio foi feito com o objetivo de “dar ao mesmo uma aparência mais agradável segundo o estilo e de acordo com o eixo da rua.”<sup>62</sup> Após a reforma, o prédio foi reinaugurado no ano de 1888, o que faz com que no alto do edifício da fábrica haja a indicação daquele ano, confundindo inúmeras pessoas que pensam ser aquele o ano da inauguração da fábrica, quando na verdade é o ano de sua reforma após o incêndio.

A fábrica manteve-se com boa produtividade dali em diante. No ano de 1890, o diretor Bernardo Xavier Rabelo de Faria pede autorização junto à municipalidade para construir um edifício em continuação com as edificações da nova fábrica.

As novas instalações da fábrica contavam com muito mais espaço que a construção original. A esse respeito, a importância das águas do rio Quitandinha para o processo produtivo da fábrica é evidente. Além de gerar energia para o funcionamento das máquinas, gerava energia para o funcionamento dos elevadores que ligavam os quatro andares onde se realizavam as etapas produtivas.

A gestão da empresa tem suas normas regulamentadas em 1894 e publicadas em 1895 nos “Estatutos da Companhia Fábrica de Tecidos São Pedro de Alcântara.”<sup>63</sup> Em tal regimento, elucida-se que a produção da fábrica era voltada para o fabrico de tecidos de algodão, lã ou outras matérias têxteis. As ações compunham-se em número de 10 mil, valendo 20 mil réis cada e sendo indivisível; ou seja, uma ação poderia ter apenas um portador.

As reuniões ordinárias dos acionistas eram marcadas para o mês de março. Todos poderiam votar, levando em conta que a cada cinco ações cada acionista detinha direito a um voto, porém, ninguém poderia representar mais de cinquenta votos, mesmo que possuísse

---

<sup>61</sup> MUSEU IMPERIAL/IBRAM/MINISTÉRIO DA CULTURA

<sup>62</sup> CASADEI, Thalita. Op.cit

<sup>63</sup> No Arquivo Histórico do Centro de Cultura Raul de Leoni é possível encontrar uma cópia desses estatutos na documentação referente à Companhia São Pedro de Alcântara.

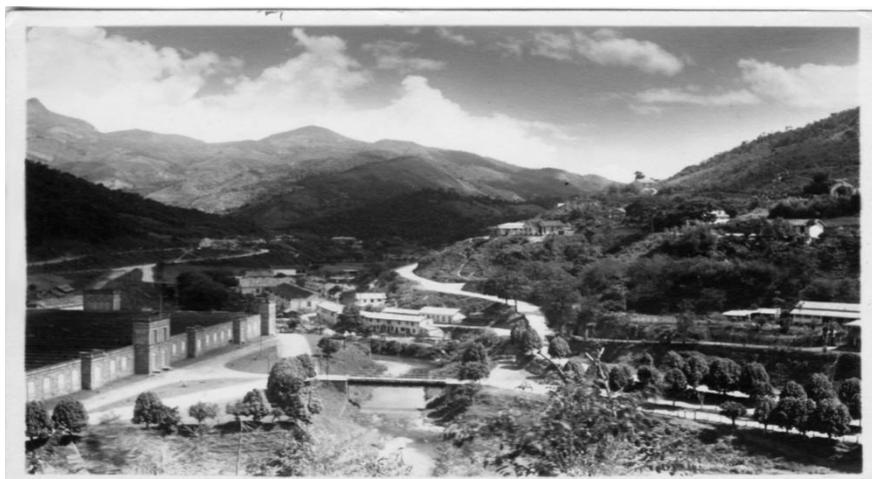
mais de 250 ações. Os diretores da Companhia deveriam ser eleitos para mandatos de três anos, findos os quais poderiam se reeleger.

Havia dois diretores; um que seria gestor e outro que assumia as funções de tesoureiro. O primeiro tinha uma gratificação anual fixada em quatro mil réis, mas o segundo deveria receber uma gratificação correspondente a um por cento da produção da empresa, o que certamente é um valor que apresenta variações cíclicas.

Pode-se ver que entre as funções da diretoria estava “fixar o número, categoria, funções e ordenados dos empregados, nomeá-los, suspendê-los e demiti-los” além de “fixar e distribuir os dividendos semestralmente, ouvindo o conselho fiscal”. Pode-se ver assim um exemplo de como nesse período a regulamentação trabalhista era sobremaneira relegada à esfera da administração local dos ambientes de trabalho, cabendo aos gestores a fixação de salários, contratação e demissão sem se preocupar com nada além dos interesses do capital.

Após a calamidade que destruiu o antigo prédio da São Pedro de Alcântara, a Companhia foi a pioneira no Brasil a empregar um dispositivo automático contra incêndios conhecido como *spinklers*. Tal dispositivo é composto por inúmeros lançadores de água, semelhantes a chuveiros, que ficam instalados no teto. No ano de 1927, tal sistema era ativado somente após um funcionário abrir um grande registro para que a água fosse liberada.<sup>64</sup>

### 2.1.2 – Companhia Petropolitana



Edifício da fábrica de tecidos da Companhia Petropolitana, vendo-se trecho da Estrada União e Indústria e ponte

<sup>64</sup>

SILVA, Rubens. Op.cit.

sobre o rio Piabanha.<sup>65</sup>

No ano de 1872 o cubano Bernado Caymari comprou terrenos na região do Quarteirão Westifália e logo em seguida, com a autorização do governo imperial de dom Pedro II, deu início às construções de uma fábrica que viria a ser chamada de Companhia Petropolitana de Fiação e Tecido. Conforme o que escreveu Inês Campinho<sup>66</sup>, a ideia original de Caymari era construir uma colônia agrícola, ao que foi bem desaconselhado pelo seu colega e engenheiro Eduardo de Bonjean, em virtude do relevo impróprio para a agricultura e lhe sugeriu instalar um empreendimento fabril.

As primeiras informações referentes aos locais escolhidos para a edificação da fábrica estão relacionadas com duas subdivisões do prazo de terras n° 4043 do Quarteirão Westifália<sup>67</sup>. Tal quarteirão compunha parte da Imperial Fazenda de Petrópolis e consta na primeira planta projetada e elaborada pelo Major Engenheiro Júlio Frederico Koeler, personagem histórico de forte participação na política imperial petropolitana, tendo projetado além da planta original da cidade, o próprio palácio imperial, após ter arrendado do imperador a Fazenda do Córrego Seco, o ponto inicial de formação de Petrópolis.

Bernado Caymari em Westifália, ainda sob a orientação de Bonjean, optou por comprar suas terras numa localidade próxima à margem de um rio, já que visava construir uma fábrica de tecidos e a água é importante no processo produtivo ao gerar energia hidráulica, ótima alternativa de energia para o funcionamento das máquinas<sup>68</sup>. Além do mais, a umidade vinda do rio evitaria a formação de nós na superfície dos tecidos ocasionados pela fragmentação dos fios.<sup>69</sup>

---

<sup>65</sup> MUSEU IMPERIAL/IBRAM/MINISTÉRIO DA CULTURA.

<sup>66</sup> CAMPINHO, Inês. Bairro que nasceu em torno da fábrica vive das lembranças da Companhia Petropolitana. *Folha de Petrópolis*

<sup>67</sup> OLIVEIRA, Paulo Roberto Martins. Primórdios da Companhia Petropolitana no Quarteirão Westifália. In. Instituto Histórico de Petrópolis. <http://www.ihp.org.br/ihp/site/>. Acesso em 01 de outubro de 2010

<sup>68</sup> Conforme apresentou-se no capítulo anterior, a partir da década de 40 do século XX, o uso da energia hidráulica foi em parte substituído em razão dos desmatamentos que ocasionaram a diminuição das quedas de água do rio. Dessa forma, passou-se a utilizar a queima de madeira e carvão para gerar energia na Companhia Petropolitana aumentando os danos para o meio-ambiente. Ver relatórios da diretoria no ano de 1942.

<sup>69</sup> CAMPINHO, Inês. Op. Cit.



Vista, tirada do alto, da fábrica de tecidos da Companhia Petropolitana, na Cascatinha vendo-se a igreja de Santana e São Joaquim, residências e estrada União e Indústria (estrada à esquerda) e o rio Piabanha próximo das instalações industriais.<sup>70</sup>

As terras às margens do Rio Piabanha<sup>71</sup> foram as escolhidas para a realização da obra das instalações industriais. Era uma região bem próxima de expressivas quedas d'água, dentre as quais havia uma importante, conhecida como Cascatinha, que originou o nome do bairro e daquele distrito de Petrópolis. Além daquela cascata havia outra, cujas águas eram usadas como energia para a fábrica, passava entre esta e a Estrada União e Indústria e chamava Cascata do Retiro do Bulhões, em homenagem a Antonio Maria de Oliveira Bulhões, engenheiro chefe da construção da Estrada União e Indústria iniciada em 1856 e que ligava Petrópolis a Juiz de Fora. Tal estrada passa bem próxima das instalações da fábrica conforme se pode ver na imagem acima.

Após decidido o local da construção, Bernado Caymari contratou ainda em janeiro 1872 o engenheiro André Rebouças para o planejamento da construção da Companhia. O projeto já se apresentava pronto em março e em dezembro iniciou-se a limpeza do terreno para a construção do prédio no qual funcionaria a fábrica. Em 1873, Caymari comprou mais terras de José Vieira Christo paralelas às suas para que pudesse contar com mais espaço para seu empreendimento fabril.<sup>72</sup>

<sup>70</sup> MUSEU IMPERIAL/IBRAM/MINISTÉRIO DA CULTURA

<sup>71</sup> O rio Piabanha é escoradouro de inúmeros rios petropolitanos, nasce a oeste do município e atravessa a cidade rumo ao norte, onde deságua no rio Paraíba do Sul, próximo a cidade de Três Rios. A linha do rio Piabanha inspirou paralelamente a ela, a construção de parte da Estrada União e Indústria que foi inaurada em junho de 1861 e ligava Petrópolis a Juiz de Fora.

<sup>72</sup> OLIVEIRA, Paulo Roberto Martins. Primórdios da Companhia Petropolitana no Quarteirão Westifália. In. Instituto Histórico de Petrópolis. <http://www.ihp.org.br/ihp/site/>.

Caymari teve um papel de destaque na sociedade fluminense do período. Além da instalação da Cia Petropolitana, destacou-se no comércio de secos e molhados, além de ter sido convidado por Quintino Bocaiúva para assumir a direção do jornal “O Globo” em 1882. Caymari, naquela ocasião, liderou pelo meio de imprensa uma ávida campanha abolicionista, chegando a organizar um sistema de arrecadação de fundos por meio do jornal que rendeu a compra da alforria de seis escravos.<sup>73</sup>

O açoriano José Vieira de Christo era outro proprietário de terras no Quarteirão Westifália, possuía terras vizinhas às de Caymari e entre 1872 e 1873 mandou construir uma ponte provisória sobre o rio Itamarati em seus terrenos a fim de viabilizar o transporte de madeira na região. Essas madeiras estavam endereçadas à construção de casas no terreno de José Vieira e também para as primeiras obras do prédio da futura fábrica de Caymari. Por volta de 1878, a ponte se encontrava em péssimo estado e raramente alguém se prestava a utilizá-la. Assim, certa vez José Vieira foi multado por um fiscal da municipalidade que lhe intimou a reconstruir a dita ponte. Porém, o que o fiscal não se deu conta é que Bernardo Caymari já havia construído uma ponte mais segura entre 1873 e 1874 a alguns metros da antiga ponte provisória construída por José Vieira. Não demorou muito para que a decisão do fiscal fosse anulada e nenhuma multa fosse aplicada.<sup>74</sup>

A Companhia Petropolitana foi oficialmente instalada em 1873, precisamente no dia 17 de setembro por decreto de dom Pedro II<sup>75</sup>. No dia 20 de setembro realizava-se a primeira Assembleia Geral da Companhia Petropolitana que alude à sua fundação oficial pelo governo nos seguintes termos: “Em virtude do artigo 17 dos seus Estatutos, aprovados pelo Governo Imperial, por Decreto n.º 5407 de 17 do corrente mês e ano, que, concedeu à mesma Companhia a autorização para funcionar, utilizar as águas do Rio Piabanha e repreza-las para atender ao funcionamento das máquinas hidráulicas.”<sup>76</sup> Naquela mesma ocasião, Bernardo Caymari foi posto como presidente da Companhia.

No ano de 1874 se decidiu em outra Assembleia Geral<sup>77</sup> a construção de um chalé para

<sup>73</sup> OLIVEIRA, Paulo Roberto Martins. Op.cit

<sup>74</sup> OLIVEIRA, Paulo Roberto Martins. Op.cit

<sup>75</sup> CAMPINHO, Inês. Op. Cit e também em CUSATIS. José. Op. Cit. P.31.

<sup>76</sup> Todas as informações referentes às Assembleias são retiradas do trabalho de OLIVEIRA, Paulo Roberto Martins. Op.cit

<sup>77</sup> OLIVEIRA, Paulo Roberto Martins. Op.cit.

que o superintendente da fábrica morasse, assim como se decidiu comprar mais máquinas a fim de aparelhar o processo produtivo do empreendimento que ainda não estava produzindo. Nesse sentido, naquele mesmo ano de 1874, mandou-se contratar 3 mestres ingleses – W. Foster, Waring e Thomas Robisson – e um tintureiro daquele mesmo país – Paul Hermann – para que atores já iniciados no trabalho fabril praticado já há muitos anos nas terras britânicas pudessem nortear o começo das atividades na nascente Companhia Petropolitana.

Além do chalet para a moradia do superintendente, a empresa pôs-se a construir uma casa para os mestres ingleses na parte superior do terreno da Companhia, na subdivisão número 4043 – B (a letra indica ser essa a segunda parte do terreno que Caymari comprou de José Vieira) para a estadia dos britânicos. Tal residência existe até os dias de hoje, modificada e arruinada, situa-se no número 265 da Estrada da Cascatinha, num local que popularmente é conhecido como “Volta da Curuba” em razão da família Curuba, que também morou naquela casa. A residência é separada do conjunto arquitetônico da fábrica por alguns metros em subida com uma grande curva para direita.

Em 1874 já se anunciava nas atas da diretoria a completa aquisição de todas as máquinas, bem como sua instalação e a possibilidade iminente de iniciar o processo produtivo da mesma. Dessa forma, o ano de 1874 é apontado por J. Tinoco<sup>78</sup>, que escreveu em 1885, como o ano de organização da empresa. Nesse sentido, ainda em 1874, iniciou-se a construção de residências para os operários, iniciando um largo processo de construção da vila operária da Companhia Petropolitana. Essa medida já vinha acompanhada de uma preocupação já anunciada pela classe dirigente da necessidade de contratação de mais operários para a fábrica. Da mesma forma, havia desde então a preocupação com testes experimentais da produção. Na medida em que se percebia a viabilidade produtiva da empresa, mais operários vinham sendo contratados. Em 12 de janeiro de 1875 a fábrica começou a produzir em toda sua plenitude e com toda sua classe operária inicial que não ultrapassava cem operários<sup>79</sup>. Em 1874, numa das sessões da diretoria, realizada em 04 de dezembro, ficou à alçada de Bernado Caymari o fornecimento de travesseiros, lençóis, mesas, bancos, cadeiras, louças, utensílios de cozinha e outros objetos para os primeiros operários. Era o início de uma tradicional postura concessiva por parte dos dirigentes da dita Companhia

---

<sup>78</sup> TINOCO, J. Guia de Viagem. Rio de Janeiro: Typographia Winter. 1885. In: **Anuário do Museu Imperial**. Ministério da Cultura, IPHAN. 1995. P. 237

<sup>79</sup> CAMPINHO, Inês. Cascatinha Perde o Bonde e a Esperança. In *Tribuna de Petrópolis*

frente aos seus empregados.

Nos últimos anos do século XIX, a gestão de Caymari na Petropolitana teve seus últimos momentos marcados por uma crise econômica da instituição, os empréstimos contraídos e as demais despesas não eram cobertos totalmente com a produção da empresa. Assim mesmo, em momento algum os trabalhos foram interrompidos, ainda que fossem produzidos “em menor escala”<sup>80</sup> A transição da presidência de Caymari para outro grupo ocorreu em 01 de janeiro de 1884.

Após o final da administração de Caymari, a Companhia Petropolitana passou para a administração de um grupo empresarial presidido inicialmente pelo barão Joaquim de Matos Vieira. Tal grupo mantém um anuário das ações da diretoria que partem justamente do ano de 1884. Esse anuário se encontra em uma edição intitulada “História da Companhia Petropolitana”<sup>81</sup>. Não foi publicado de forma extensiva, trata-se de um volume organizado sem editora e ano de publicação, cuja distribuição foi restrita, mas que se encontra um exemplar na biblioteca da Universidade Católica de Petrópolis. A partir dessa nova administração, a empresa cresce bastante. Assim está escrito no relatório da nova diretoria a respeito da compra da fábrica de Caymari:

ANO DE 1884: Reconstituição da Companhia, originária de uma pequena indústria de tecidos de algodão, instalada no ano de 1873 por BERNARDO CAYMARI, cidadão de nacionalidade cubana, em um local chamado Cascatinha, a oito quilômetros de Petrópolis, na confluência dos rios Piabanha e Itamarati. (...) Reorganizada a vinte de março de 1884 com um capital de MIL CONTOS DE REIS<sup>82</sup>

O crescimento da Companhia Petropolitana coincide com o expressivo crescimento demográfico que Petrópolis teve entre 1890 e 1920<sup>83</sup>, consequência da atração que as indústrias da cidade exerciam. Já em 1888 a Companhia Petropolitana contava com uma classe operária de 1071 pessoas, conforme o Relatório da Diretoria. Esses operários eram

---

<sup>80</sup> OLIVEIRA, Paulo Roberto Martins. Op.cit.

<sup>81</sup> COMPANHIA PETROPOLITANA. **História da Companhia Petropolitana** . Relatório Anual da Diretoria da Companhia Petropolitana.

<sup>82</sup> COMPANHIA PETROPOLITANA **História da Companhia Petropolitana**.. Relatório Anual da Diretoria da Companhia Petropolitana

<sup>83</sup> Conforme dados do senso demográfico apresentados no trabalho de Diégues Júnior em: *Imigração, Urbanização e Industrialização* pode-se constatar que entre 1890 e 1920 o crescimento demográfico em Petrópolis atingiu uma média anual de 2700 pessoas enquanto no período de 1872 a 1890 esse crescimento foi de apenas 353 pessoas por ano.

divididos em crianças de sete e oito anos, homens e mulheres. Desse total, 40% eram de origem italiana.<sup>84</sup>

O progresso do empreendimento fabril levou a construção de um segundo pavimento industrial, conhecido como fábrica nova. Eis seu registro no Relatório da Diretoria:

FÁBRICA NOVA: Os alicerces da fábrica nova foram começados em maio de 1886 (...) O lançamento da pedra fundamental do novo edifício foi em 2 de junho de 1886, com a presença do Imperador do Brasil D. Pedro II, que externou sua grande satisfação pela magnitude do empreendimento que classificou de “era do progresso”<sup>85</sup>

É digno de nota a relação entre o crescimento da indústria em Petrópolis e a vigência do Regime Monárquico. Essa ocorrência vai ao encontro do que defende Arias Neto quando estuda os processos de modernização do Brasil por meio da implementação do trabalho industrial:

Este tipo de modernização [as formas de trabalho industriais em fábricas] não pode ser confundido com a República, mas, como foi demonstrado aqui, iniciou-se pelo menos nas três últimas décadas do período imperial<sup>86</sup>.

Em Petrópolis, essa explicação parece se verificar no surgimento das indústrias no município, em especial a São Pedro de Alcântara e a Petropolitana em 1873.

O crescimento da Companhia Petropolitana durante os últimos anos do regime monárquico fez com que no ano de 1889 fosse uma instituição suficientemente respeitável em nível regional a ponto de receber um convite para o festejo da bandeira da República, menos de um mês após o golpe que pôs fim ao sistema monárquico.. Eis a transcrição do documento:

Cidadãos. O município de Petrópolis festeja no dia 08 do corrente a bandeira da República Federativa do Brasil. A comissão abaixo assinada tem a honra de convidar-vos para tomar parte nos festejos acompanhados com vossos empregados (...) no dia, hora e lugar designados nos programas junto, a fim de tomardes parte. (...) Saúde e Fraternidade<sup>87</sup>

O crescimento industrial que deu à Companhia Petropolitana essa considerável

<sup>84</sup> CAMPINHO, Inês. Cascatinha Perde o Bonde e a Esperança. In *Tribuna de Petrópolis*.

<sup>85</sup> COMPANHIA PETROPOLITANA. **História da Companhia Petropolitana**. Relatório Anual da Diretoria da Companhia Petropolitana

<sup>86</sup> ARIAS NETO, José Miguel. Primeira República, economia cafeeira, urbanização e industrialização. In ----- **O Brasil Republicano**. São Paulo: Difel, 2002

<sup>87</sup> O documento com o conteúdo inteiro pode ser visto no “anexo” ao final deste trabalho.

presença no cenário político era uma realidade já verificada desde 1886, com a construção da Fábrica Nova - como era conhecida a segunda e principal unidade da Companhia Petropolitana . Tal crescimento vinha sendo constante naqueles primeiros anos da República. Houve profundas transformações na região de Cascatinha. O número de operários aumentava progressivamente, alterando a paisagem e a sociedade do local.

A esse respeito, houve um expressivo aumento da vila operária da Companhia Petropolitana, que trataremos a seguir.

A vila operária da Companhia Petropolitana ilustra o crescimento pelo qual aquela companhia passou no final do século XIX .

O surgimento da vila, tal como se verificou acima, no item referente aos primórdios da Companhia Petropolitana, se deu em 1874, com a construção da casa para os mestres operários ingleses e casas para os primeiros operários, casas essas que tiveram seu mobiliário providenciado pelo próprio fundador da companhia, o cubano Bernardo Caymari. Em 1896, a Vila Operária já possuía 200 casas, umas com dois andares, chamadas de “sobrado”.

Os operários se alojariam em grande número naquelas casas, tal como a grande quantidade de italianos que foram trabalhar naquela companhia. A vivência dos ítalos naquela vila é assim descrita por De Cusatis:

A grande vila operária da Cia Petropolitana, na parte em que se alojaram os italianos, é conhecida até o presente como “sobrado”(…) No sobrado ficaram ecoando os sons dos seus dialetos, das suas canções, das suas vozes fortes, dos seus gritos e dos seus palavrões<sup>88</sup> .

As demais residências eram chamadas simplesmente de “casa”, onde moravam as famílias. Havia ainda uma série de “quartos para solteiros”, que eram habitações de um único cômodo para os operários homens que morassem sozinhos<sup>89</sup> e o “gueto”, uma habitação especial para operários mais graduados ou privilegiados<sup>90</sup>. A formação da vila operária e seu crescimento são as bases originárias do segundo distrito de Petrópolis, Cascatinha, que é também o distrito mais populoso do Município.

O crescimento do operariado ocorreu sob uma lógica social no interior da Companhia

---

<sup>88</sup> CUSATIS, José. *Os Italianos em Petrópolis*. Petrópolis. Edição da Câmara Municipal. 1993

<sup>89</sup> CAMPINHO, Inês. Cascatinha Perde o Bonde e a Esperança. In *Tribuna de Petrópolis*. A autora cita o depoimento da aposentada Wilma Borsato, filha de um operário da dita Companhia e ex-vereadora de Petrópolis: “Até hoje os moradores identificam suas casas dizendo morar nos ‘sobrados’, na ‘estação’ e nos ‘quartos’”.

<sup>90</sup> CUSATIS, José. Op. cit. P. 28

baseada em uma série de oferecimentos por parte da diretoria em troca de uma postura comedida e não reivindicatória por parte da classe operária. A Petropolitana oferecia aos seus operários assistência médica, creche, enfermaria para aqueles que necessitassem de internação, farmácia, sala de música e escola. Todos esses serviços demandavam apenas 3% do salário dos operários. Em troca desses favores, bem raros dentre as indústrias brasileiras no período da República Velha, se demandava por parte dos operários uma postura que é apontada por Campinho como “submissa”.<sup>91</sup> Os operários que porventura ferissem a lógica paternalista do interior da fábrica com reivindicações eram despedidos como mostra esse trecho do relatório da diretoria da Cia Petropolitana para o ano de 1888: “Neste ano vários tecelões estrangeiros, contratados da Europa, tornaram-se muito exigentes e turbulentos, pelo que foram sumariamente despedidos e obrigados a se afastarem de Cascatinha.”<sup>92</sup>

O crescimento da Companhia era acompanhado pelo crescimento do operariado. A construção da vila operária aumentava o número de habitantes da região e dava uma nova dinâmica para a paisagem. Pode-se mesmo argumentar que foi com a consolidação da ocupação operária, com pessoas vindas de várias regiões do Brasil e da Europa, que a região chamada Westifália passa a ser socialmente conhecida como Cascatinha. A nova ocupação do lugar, com o amplo crescimento da vila operária, rendeu uma espécie de renomeação do bairro, tamanha era a importância da vila operária da Companhia Petropolitana. Tal vila foi tombada em 1982, sendo a primeira vila operária no Brasil tombada pelo patrimônio histórico.

A dinâmica da vila operária é apresentada com formato semelhante ao verificado na Companhia Petropolitana no trabalho de Marilécia Oliveira Santos em sua tese de doutorado<sup>93</sup>. A autora buscou estudar as relações sociais estabelecidas na vila operária criada por Luiz Tarquínio na cidade de Salvador em 1892 na Bahia. Tal vila era administrada pela Companhia Empório Industrial do Norte (CEIN); um complexo industrial têxtil. Os estudos a respeito da classe operária nos dias de hoje são cada vez mais voltados para esse tipo de abordagem; as relações sociais e as práticas do cotidiano advindas do mundo do trabalho.

A autora apresentou sua tese em Belo Horizonte, na Universidade Federal de Minas

---

<sup>91</sup> CAMPINHO, Inês. Op. Cit.

<sup>92</sup> COMPANHIA PETROPOLITANA. Op. Cit.

<sup>93</sup> SANTOS, Marilécia Oliveira. *O Viver na Cidade do Bem. Tensões, conflitos e acomodações na vila operária de Luiz Tarquínio na Boa Viagem – BA. Belo Horizonte. Tese de doutorado – UFMG: 2010*

Gerais (UFMG) em 2010 e forneceu um estudo sistemático dos trabalhadores de uma vila operária baiana, salientando pontos que dialogam com a perspectiva culturalista que atualmente envolve os estudos históricos, tais como; memória a respeito da vila, as representações que os operários tinham daquele lugar e como tais representações se alteraram em virtude de um discurso dominante que moldou uma representação criada pela classe dirigente na memória operária.

A esse respeito, um dos argumentos principais da autora é que na vila operária ocorriam conflitos e os trabalhadores tinham, muitas vezes, uma postura combativa frente à dominação que lhes era exercida pela classe dirigente. Entretanto, havia o discurso emitido pelos detentores dos bens de produção no qual se passava a ideia de ser a vila operária um local de exímia moralidade trazida pelo trabalho, sem conflitos, sendo um verdadeiro oásis de qualidade de vida e dignidade naquela cidade baiana. Para a autora, na memória dos operários se ressalta esta interpretação, mitificada pelos diretores a despeito do passado e das experiências partilhadas por aqueles atores no ambiente da vila.

O estudo de Marilécia Santos fez pode ser identificado com inúmeras situações semelhantes encontradas nesta pesquisa a respeito do trabalho fabril em Petrópolis. Como exemplo, a preocupação em criar um código de comportamento operário moldado em valores de ordem e civilidade, a emissão de discursos pacificadores que encobrem as lutas travadas nos ambientes de trabalho, a prática escolar formadora de trabalhadores coniventes com o status da desigualdade criada no ambiente da produção, o descaso político com a questão operária durante a Primeira República (1889-1930) possibilitando ampla ação dominadora pelas classes dirigentes locais e a posterior intervenção do governo Vargas nas relações de trabalho com mudanças na lógica social, tudo isso é possível encontrar em ambas as pesquisas.

Dessa forma, a construção de vilas operárias foi comum em Petrópolis nas indústrias têxteis, tendo em grande destaque a vila da Companhia Petropolitana, cujo modelo pode ser percebido de forma semelhante em outros contextos, tal como em Salvador no mesmo período.

Eis que para além do território brasileiro, é possível estabelecer uma similitude com a existência das vilas operárias que se verifica na Europa. A esse respeito, a organização do operariado em vilas anexas ao empreendimento industrial reflete uma tradição fabril própria da Inglaterra.

Na Inglaterra, a construção de vilas operárias era uma solução para a moradia dos

operários em razão da distância entre as indústrias e os centros urbanos<sup>94</sup>. Tal lógica se repete no Brasil como nos casos das fábricas de Tecido América Fabril e da Brazil Industrial, no Rio de Janeiro. Em Petrópolis, a vila operária também foi uma realidade, destaque para a vila operária da Companhia Petropolitana, em Cascatinha, e da Companhia Cometa, situada no Meio da Serra. Ambas eram distantes do centro da cidade e foram responsáveis pela ocupação e desenvolvimento das localidades em que se instalaram.

Pode-se especular que a formação das casas em boas condições nas vilas operárias atendessem a uma mentalidade capitalista que visava a moralização da vida dos operários para que estivessem plenamente disciplinados para os expedientes de trabalho. A reportagem da *Gazeta de Petrópolis* de 19 de agosto de 1893 é sintomática disso:

É certo que não foi a casa que criou o espírito de família, mas é incontestável que onde ela não existe com sua ordem agradável, sua simetria inteligente, seu aspecto asseado e alegre e, com os encantos do lar doméstico, o espírito de família vive ameaçado. O operário vai aí procurar um abrigo noturno, mas vai de mau humor, comparando a sua habitação triste, acanhada e imunda, com o aspecto alegre e folgazão da taverna em que ele se embriaga para esquecer as misérias da vida. Quantos operários poderiam evitar o vício terrível da embriagues se tivessem uma habitação sã e agradável.<sup>95</sup>

### 2.1.3 Companhia Dona Isabel

A Companhia Dona Isabel foi fundada em 08 de maio de 1889 com capitais de petropolitanos, muitos deles descendentes de colonos alemães e se caracteriza como uma excessão nesse sentido já que as demais companhias tinham ligação direta com o capital carioca<sup>96</sup>. Sua sede administrativa localizava-se na Rua Dr. Sá Earp, em Petrópolis, e suas instalações produtivas localizavam-se na Rua Teresa, conhecido pólo de vestuário do Brasil em virtude da ampla rede de lojas que estão instaladas hoje em dia naquela rua.

A Rua Teresa era naquele período uma importante via de acesso daqueles que vinham da cidade do Rio de Janeiro em direção ao centro da cidade de Petrópolis até 1928 quando o presidente Washington Luiz inaugurou a rodovia Rio-Petrópolis. Tamanha importância viária

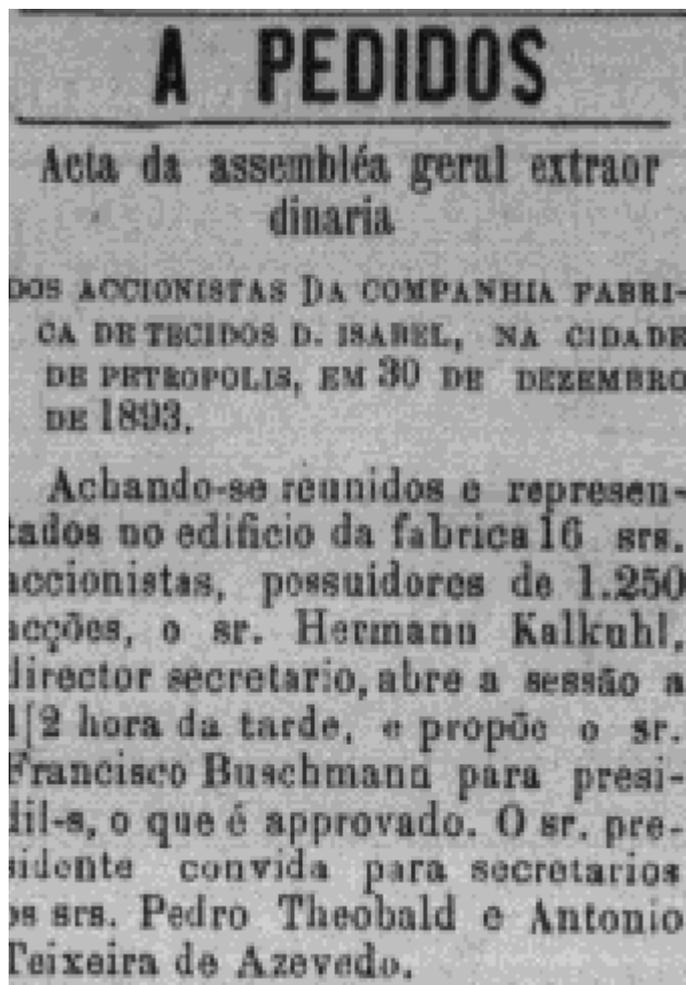
<sup>94</sup> CARONE, Edgard. **O Movimento Operário no Brasil**. (1877-1944). 2 ed. São Paulo: Difel. 1984., p. 11 - 12

<sup>95</sup> Apud. VASCONCELOS, Francisco de. Op.cit. p. 60

<sup>96</sup> MARTINS, Ismênia. Op. Cit. p.

fez com que na Rua Teresa se instalassem as oficinas da “Leopoldina Railway” naquele ponto. Dali então houve a chegada das indústrias têxteis naquela região, primeiro a Dona Isabel em 1889 e em seguida a Cometa, em 1903, que já vinha funcionando na localidade do Meio da Serra e foi se transferindo para a nova unidade produtiva no Alto da Serra, região contígua à Rua Teresa em Petrópolis<sup>97</sup>.

Em relação às demais companhias têxteis, a Dona Isabel era a única a possuir dados e informações a seu respeito publicados na Gazeta de Petrópolis nos últimos anos do século XIX. Provavelmente tal atenção se dê pelo fato de ser tal companhia fundada e dirigida por petropolitanos, que assim viam a mídia local como uma forma de atrair acionistas e até mesmo trabalhadores. Vê-se pela nota a seguir:

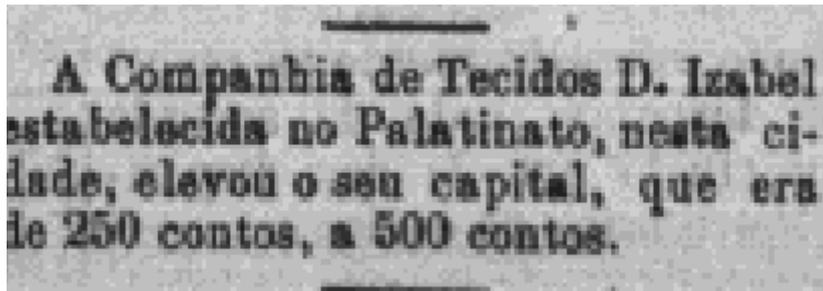


Gazeta de Petrópolis noticiando a

reunião de 30 de dezembro de 1893

<sup>97</sup> SANTOS, Joaquim Elóy Duarte. Uma História para Teresa. In. Site do Instituto Histórico de Petrópolis. Acesso em 22 de janeiro de 2011. Disponível em: <http://www.ihp.org.br/ihp/site/>

É possível perceber como os mais importantes acionistas trazem sobrenomes alemães, o que deixa transparecer a relação entre descendentes de colonos alemães de Petrópolis com a companhia em questão. Outros anúncios da Dona Isabel são encontrados:



A Companhia de Tecidos D. Isabel estabelecida no Palatinato, nesta cidade, elevou o seu capital, que era de 250 contos, a 500 contos. Gazeta de Petrópolis. 31 de janeiro de 1894.

Por meio desta nota, publicada em 1894, vê-se que a companhia dobrara seu capital após seus cinco primeiros anos de produção. A nota anterior mostra publicação das atas referentes à reunião dos acionistas da empresa, o que presume ter sido a gestão daquela companhia mais disponível ao conhecimento da burguesia petropolitana e mais integrada à vida comercial da cidade na virada do século XIX do que as demais companhias, cujo centro administrativo era na cidade do Rio de Janeiro.

As ações da Companhia Dona Isabel foram crescendo constantemente desde o momento de sua fundação, quando contava com 1250 ações. Os títulos aumentaram para 2500 no período de 1894 a 1913, chegando a atingir 7500 ações dentre os anos de 1914 a 1927, ilustrando assim o crescimento econômico daquela instituição.

#### **2.1.4– Companhia Cometa**

A Companhia Cometa foi fundada pela iniciativa de Cavaliere Pareto, italiano empreendedor que foi para Petrópolis como agente detentor dos bens de produção, ao contrário da grande quantidade de italianos que migraram para aquela cidade serrana na qualidade de operários. Cavaliere Pareto fundou a Companhia Cometa no ano de 1903. O capital aplicado foi de dois mil e quatrocentos contos de réis ou ainda quatro milhões de libras italianas. Fundou tal companhia no mês de maio daquele ano e tornou-se seu proprietário ao

deter a maior parte das ações<sup>98</sup>.

A Cometa Petrópolis, como era chamada, foi fundada na cidade possuindo duas sedes; uma no Alto da Serra e outra no Meio da Serra, sendo dentre todas as companhias têxteis de Petrópolis a que possuía maior proximidade com a cidade do Rio de Janeiro.

As ampliações da fábrica do Alto da Serra empreenderam-se ainda em 1903 conforme se pode ver nos seguintes termos de um requerimento encaminhado à Câmara em agosto:

Ilmo Senhor Presidente da Câmara de Petrópolis

Dis a Companhia de Fiação e Tecidos Cometa, cita na Rua Theresa, que precisando do aumento da construção da mesma fabrica conforme a planta que apresenta demolir o sobrado da frente e trazella athé a frente com a mesma altura orçando em vinte contos (...) vem solicitar a V.Sa<sup>99</sup>.

O requerimento foi considerado compatível com as posturas municipais e deferido, ao que se procedeu à obra. A planta a qual o documento se refere encontra-se no documento 14 do anexo.

A produtividade da fábrica já pode ser percebida no próprio ano de 1903 por meio de outro requerimento que Carlos Pareto encaminhou à Câmara Municipal de Petrópolis solicitando a abertura de janelas no prédio da fábrica do Alto da Serra a fim de melhorar a condição de trabalho dos operários. Assim estava o requerimento:

Ilmo Senhor Presidente da Câmara de Petrópolis

30. 9. 903

Carlos Pareto, proprietario da fabrica de tecidos denominada Cometa no alto da Serra vem muito respeitosamente pedir a V.S. a devida permissão para abrir 15 janellas na parede Oeste para dar ventilação as salas que trabalham os operarios da mesma e cujo trabalho orça em (...) oito céntos mil réis. Nestes termos pede deferimento<sup>100</sup>.

O requerimento foi deferido, pelo que se pode perceber no mesmo documento: “Não ha inconveniente o que requer o supplicante. Concorde com o orçamento de 800 mil réis. 28-03-903.”

Daquela planta e das modificações posteriores surgiu o imponente edifício da Cometa no Alto da Serra que está a seguir.

<sup>98</sup> DE CUSATIS, José. Op. Cit., p.9

<sup>99</sup> Documento disponível na Câmara Municipal com cópia também no Arquivo histórico do Centro de Cultura Raul de Leoni.

<sup>100</sup> Documento da Câmara Municipal de Petrópolis. Existe uma cópia disponível também no Arquivo histórico do Centro de Cultura Raul de Leoni.



Fábrica Cometa no Alto da Serra<sup>101</sup>.

A majestosa chaminé se junta ao prédio da fábrica de estilo eclético e singelo que faz lembrar a arquitetura dos casarões coloniais. Ainda segundo De Cusatis, a indústria chegou a ter 336 teares a vapor envolvendo um complexo de 9000 fusos e empregando cerca de 6000 operários, muitos dos quais eram de origem italiana. Assim o autor descreve a fluxo migratório para a Cometa:

Para a indústria de tecelagem Cometa, imigrou uma aldeia inteira, a Aldeia da Pescantina, da região do Veneto. E como eram mais de 160 famílias, somando mais de 500 pessoas, a vila operária da Cometa não podia abrigar a todos. Foi por isso que a Cia Petropolitana de Tecidos, de Cascatinha, alugou à Cometa a parte de sua Vila Operária conhecida como “Sobrado”. Por esse motivo a “italianada do sobrado” marcou Cascatinha com suas cores próprias, na sua forma e na sua sociologia<sup>102</sup>.

A unidade produtiva do Meio da Serra funcionava concomitantemente com a unidade do Alto da Serra que foi suplantando aquela na medida em que a Rua Teresa, tendo mesmo iniciado sua produção anteriormente<sup>103</sup>

A Companhia Cometa tinha como diretor Dr. Manuel José Amoroso Lima, que geriu a Companhia até passá-la para seu filho, o famoso pensador brasileiro Alceu Amoroso Lima, crítico literário que adotava o pseudônimo Tristão de Ataíde, justamente para que se

<sup>101</sup> MUSEU IMPERIAL/IBRAM/MINISTÉRIO DA CULTURA

<sup>102</sup> DE CUSATIS. Op.cit. p.15

<sup>103</sup> SANTOS, Joaquim Elóy Duarte. Op. cit

diferenciasse o crítico literário do diretor Alceu Amoroso Lima.



Fábrica do meio da serra.

III-8-22 N° 9 R

Fábrica Cometa do Meio da Serra.<sup>104</sup>

Dessa forma, pode-se perceber que o surgimento das companhias têxteis em questão está associado a um contexto propício que Petrópolis oferecia no final do século XIX e nos primeiros anos do século XX para o estabelecimento de tais instituições; certamente que a proximidade com a capital do Império e o destaque que a cidade assumia como centro de repouso da família real faziam com que investidores do Rio de Janeiro subissem a serra para investir na cidade. Nesse sentido, o capital aplicado na formação dessas companhias têxteis era vindo da cidade do Rio de Janeiro, à exceção da Companhia Cometa, que tal como visto acima, foi formada a partir de capitais advindos de cidadãos petropolitanos.

Não se pode esquecer, entretanto, que as condições naturais também contribuíram para o início das companhias têxteis em Petrópolis; as quedas d'água fluviais para a obtenção de energia para as fábricas, bem como a umidade que evitava os “nós” nos tecidos, podem ser apontadas como razões que favoreceram o nascimento das companhias em questão, de forma que todas elas se situam próximas aos rios .

As questões ambientais acabam por aflorar em meio aos primórdios das companhias

<sup>104</sup>

têxteis no caso das Companhias São Pedro de Alcântara e Petropolitana. A primeira, tal como apontado acima, foi construída bem às margens do rio Quitandinha, alterando o leito do rio e provocando inúmeras enchentes e problemas para os moradores ao redor. No que tange à Petropolitana, o problema ocorreu no intenso desmatamento da mata atlântica ao seu redor no crescimento demográfico pelo qual o bairro passou o que acabou por diminuir a intensidade das águas do rio Piabanha, fonte de energia da Companhia. A seguir desenvolve-se mais o processo de crescimento das companhias têxteis.

## 2.2 – RELAÇÕES DE TRABALHO NA COMPANHIA PETROPOLITANA

### **2.2.1 Relações de poder na Companhia Petropolitana: República Velha (1889-1930)**

Neste tópico procura-se identificar a lógica do poder negociada no interior da Companhia Petropolitana de Tecidos, salientando-se a República Velha (1889-1930), fase em que o liberalismo predominou na política nacional, propiciando larga margem de poder às esferas locais decidirem a respeito do funcionamento das rotinas de trabalho e dos direitos e deveres dos empregados que nelas trabalhavam.

No que tange à Companhia Petropolitana, haja vista sua magnitude na vida industrial de Petrópolis, há um conjunto maior de fontes, razão pela qual tal estudo foca unicamente a Companhia Petropolitana. O pressuposto a ser verificado é a mudança da lógica interna de poder naquela companhia com o advento do governo Vargas. Para tanto, busca-se inicialmente apresentar os resultados da investigação a respeito da lógica do poder durante a República Velha, para no próximo tópico verificar as mudanças ocorridas com o advento do período Vargas.

Sendo assim, durante a República Velha, verifica-se que o empresariado da Petropolitana concedia a moradia a preços módicos para o operariado, atendia a vários interesses furtivos como a construção de um campo de futebol e interesses imediatos, numa clara percepção assistencialista por parte daqueles diretores, como fica claro no relatório referente ao ano de 1887:

Foram criados os serviços médicos com o primeiro médico residente Dr. José Thomaz de Porciúncula. Nessa época, alguns filhos de operários mordidos por cão hidrófobo foram levados à Paris acompanhados pelo Dr Alberto Sabóia de Medeiros, para internamento e

tratamento no instituto Pasteur, voltando três meses depois curados e correndo todas as despesas por conta da fábrica<sup>105</sup>

As garantias oferecidas pela Companhia Petropolitana no tocante à saúde do operariado se tornou uma realidade, de forma que é possível encontrar outras evidências da ação do empresariado em garantir a saúde dos empregados:



Recibo do Dr Fontenelle no ano de 1917<sup>106</sup>.

Nesse recibo assinado pelo doutor Fontenelle percebe-se que seus trabalhos de médico e cirurgião eram frequentemente contratados pela empresa para os operários já que se trata do recibo de um único mês. Além disso, a Companhia possuía um serviço médico permanente para os operários, tendo uma enfermaria junto às dependências da fábrica.

Forja-se assim uma teia social baseada em uma dupla estratégia por parte dos agentes que interagiam na Companhia. O empresariado buscava nessas relações atender os operários mas também tinha de obter o lucro, para tanto, lança mão das benevolências para manter o operariado pouco combativo e apto ao trabalho. Uma vez que o empresariado rompia a lógica da concessão, muito em razão de crises econômicas – locais ou gerais – que a Companhia enfrentava, o operariado passava da inoperância à ação, conforme se vê a seguir:

Os salários iniciais desses operários tornaram-se elevados (...) pelo que resolveu a direção

<sup>105</sup> CIA PETROPOLITANA. Op.cit.

<sup>106</sup> Arquivo pessoal de Eduardo Runte.

da Cia. reduzi-los a partir de 1 de maio, o que provocou uma greve dos tecelões, durante três dias, com a prisão dos causadores e normalização do trabalho. Esse incidente prejudicou a produção, impedindo seu aumento como era previsto<sup>107</sup>

Após a “prisão” dos responsáveis a direção da Cia. Petropolitana forneceu uma série de regalias nos meses subseqüentes à greve a fim de restabelecer seu poderio local. Uma dessas benevolências foi a ampla assistência na construção da Capela de Santana e São Joaquim, de um campo de futebol, ranchos, bandas de música, entre outras medidas para além do campo do trabalho e que extravasavam para o campo social a lógica de dominação por meio da concessão.

Pode-se ver assim que havia uma teia de reciprocidade que mediava as relações sociais no interior daquele estabelecimento fabril. Nesse ponto, partimos da ideia apresentada por Giovanni Levi<sup>108</sup> ao pensar que os fatores econômicos e políticos que mediavam a vivência daquele grupo social não podem ser explicados somente pela dinâmica econômica, mas também por uma rede de relações sociais que servem de mediadoras para a organização política que se verifica em um grupo social. Nesse sentido, as concessões oferecidas pela diretoria da Companhia Petropolitana aos seus operários podem ser analisadas sob a ótica de uma reciprocidade que havia naquele estabelecimento, onde a ordem era negociada por meio de um código social estabelecido no interior da companhia.

É possível que tais concessões sempre observassem o lucro da empresa. O trecho a seguir, de 1919, indica que:

foi adotado o dia de oito horas de trabalho [carga horária menor que nas outras companhias] ficando portanto a produção reduzida e seu respectivo custo aumentado. Para *remediar* uma tal situação foram instaladas quatro máquinas de fiação (...) compraram-se vinte cardas e mais oito máquinas de fiação, destinadas a melhorar as condições da produção<sup>109</sup>.

Somente medidas “remediáveis” eram tomadas. Neste caso a concessão foi economicamente coberta por um incremento da força produtiva da empresa. Assim, tem-se às claras a lógica estratégica da dominação do empresariado. Tais estratégias de dominação passam pelo crivo da lógica do poder que se estabelece entre patrões e empregados. Tomando a fala de Jacques Revel temos como referência que:

a definição de poder não pode ser separada da organização de um campo onde agem forças

<sup>107</sup> COMPANHIA PETROPOLITANA op.cit.

<sup>108</sup> LEVI, Giovanni A Herança Imaterial. A trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000 p. 155

<sup>109</sup> COMPANHIA PETROPOLITANA, op.cit

instáveis e que estão sempre sendo reclassificadas. (...) o poder (ou certas formas de poder) é a recompensa daqueles que sabem explorar os recursos de uma situação, tirar proveito das ambiguidades e das tensões que caracterizam o jogo social<sup>110</sup>. (REVEL, Jacques. A História ao rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. A Herança Imaterial. A trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.33)

Nesse sentido, o empresariado tinha o poder por saber explorar os recursos da situação, tirando proveito das características daquele grupo social. Exemplo disso é que a igreja de Cascatinha foi construída para atender à demanda do operariado católico, sua construção iniciou-se em 1898. Era dada a ajuda pelo empresariado como forma de angariar poder. A construção do templo conjugou somas provenientes dos diretores da fábrica e do próprio operariado. O empresariado afirma que: “Apressou-se a conclusão das obras da Capela sem maiores onus para a Companhia, promovendo-se festa em honra à Padroeira...”<sup>111</sup> Novamente a indicação que as medidas tomadas pelo empresariado observavam o lucro do empreendimento e não poderiam sobrepor-se à necessidade trivial de rentabilizar.



Vista, tirada do alto, da fábrica de tecidos da Companhia Petropolitana, vendo-se a igreja de Santana e São Joaquim e residências. 19/08/1921<sup>112</sup>

Construída a Capela, sua inauguração ocorreu em primeiro de janeiro de 1912<sup>113</sup>. O

<sup>110</sup> REVEL, Jacques. A História ao rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. A Herança Imaterial. A trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.33

<sup>111</sup> COMPANHIA PETROPOLITANA. Op. Cit.

<sup>112</sup> MUSEU IMPERIAL/IBRAM/MINISTÉRIO DA CULTURA

<sup>113</sup> COMPANHIA PETROPOLITANA. **História da Companhia Petropolitana**. Relatórios da Diretoria. 1912.

operariado católico possuía o hábito de após as missas ir até a estação ferroviária, próximo à Capela, para esperar o trem das oito, que trazia os jornais. Alguns clubes, ainda existentes, como o “Clube de Cascatinha” e o “Clube Bogari” eram também locais de sociabilização entre os operários. Nesses locais aqueles agentes compartilhavam sua vivência social fora do ambiente de trabalho. O Clube Bogari era especialmente freqüentado em virtude do Cinema que possuía. Os operários tinham ainda em seu bairro o teatro, hotel e uma agência da Caixa Econômica<sup>114</sup>. Toda essa estrutura, que hoje em dia não existe mais no bairro, era resultado da presença da Companhia naquela região. Inês Campinho em seu estudo sobre a Petropolitana ressalta o argumento da ex-vereadora Wilma Borsato no qual a falência da empresa foi responsável pela perda de estrutura do bairro Cascatinha. Toda a estrutura dos clubes, o cinema, a agência da Caixa Econômica, tudo foi desaparecendo na medida em que a Companhia alargava sua decadência nos anos 70.<sup>115</sup>

As concessões feitas podem ser vistas como uma tentativa de acalmar as inquietações operárias, tendo uma força produtiva não engajada em programas que abalasses o sistema vigente de poder no interior da Companhia. Esse comportamento que a primeira vista pode ser visto como uma “passividade” operária era alcançado por concessões mas sem comprometer o lucro, sendo esse o objetivo do empresariado e a força vital da Companhia.

Tanta benevolência encobria as diferenciações de classe no interior do estabelecimento, promovendo um mito conciliatório. Ocorre uma relação de poder na qual a classe dirigente criava sua base no campo da Companhia Petropolitana e justificava tal poder por meio de medidas assistenciais e um discurso igualitário na instituição.

O discurso dominante da diretoria se reflete no hino do colégio criado no interior do estabelecimento fabril:

Entre os teares cantando/ Nossos pais vão trabalhar/ Na escola as almas formando/  
Temos um bem: estudar/ Busquemos na luz da escola/ O mel da vida a colher/  
Bendito pão, doce esmola/ A que nos vem do saber/ Mais tarde a pátria querida/  
Conosco pode contar/ Nossos braços, nossas vidas/ Num grande bem, trabalhar.  
(Hino composto pelo professor Amadeu Guimarães no início dos anos 40)<sup>116</sup>

É possível perceber que o trabalho é encarado de um ponto de vista paternalista,

<sup>114</sup> CAMPINHO, Inês. Op. Cit. No capítulo 3 trata-se especificamente do cotidiano dos operários.

<sup>115</sup> CAMPINHO, Inês. Op. Cit

<sup>116</sup> A letra do Hino encontra-se no Espaço Cultural da Companhia Petropolitana que atualmente funciona na antiga estação de trem de Cascatinha.

provedor de um bem na vida daqueles que dele se servem e futuro ideal dos pequenos que buscam no “saber” o futuro no trabalho. Ou ainda, pode-se ver o trabalho como uma prática desprovida de conflito, os pais vão trabalhar cantando! O discurso, assim, legitima a visão de mundo da classe dirigente, reproduzindo-a por meio do hino da escola, composto pelo professor Amadeu Guimarães.

O empresariado dentro da Companhia Petropolitana além de buscar prestígio por meio das funções da classe ao conceder “benevolências” ao operariado, buscava *também* por meio das ações individuais angariar um respaldo maior na lógica de poder da instituição, como mostra o relatório anual da diretoria a respeito dos quadros pintados a óleo de diretores da companhia que faleceram. “Por proposta do acionista Dr. Lorival Jorge de Mazarredo Souto inaugurou-se o retrato a óleo do ex-diretor Joaquim de Barros Couto Pereira, tributo de gratidão e saudade à sua memória”<sup>117</sup>

Outras ocorrências dessa natureza foram comuns, como em outros quadros que retratavam ex-diretores falecidos, que ficavam situados no pavilhão de entrada da fábrica, e até a construção de uma praça batizada com o nome de um ex-dirigente. Essas medidas, mais do que uma homenagem àqueles agentes históricos, tinham o símbolo de prestígio que trazia nas entrelinhas o discurso dominante de quem era, realmente, importante para a companhia, quem era a força motriz; o fato de terem sido bem poucos os quadros a óleo de algum operário ou alguma operária, mostra quem pronunciava o discurso do poder no interior da Companhia Petropolitana.

A ação de dominar do empresariado não lhe era concebida naturalmente, mas sim, correspondia a uma pressão vinda do operariado. Em outras palavras, os agentes dominantes tinham de incorporar práticas convenientes ao grupo que dominavam. A esse respeito, é sintomático o relatório da diretoria referente ao ano de 1919: “De acordo com o pedido dos operários foi construído o campo de futebol, em terreno da Companhia, pela despesa total de Rs 7:744\$440”<sup>118</sup> Nesse sentido, os agentes operários negociavam a credibilidade da “submissão” como posição política na instituição e as concessões do empresariado eram influenciadas pelos anseios operários, pois assim, o empresariado assegurava a não contestação interna da organização fabril. Entretanto, a “submissão” operária não foi uma constante na Companhia Petropolitana. Esses agentes históricos usavam dessa postura como

<sup>117</sup> CIA PETROPOLITANA, Op cit

<sup>118</sup> CIA PETROPOLITANA, Op cit

artifício nos momentos em que a Companhia passava por boas fases financeiras.

Duas greves gerais ocorreram na fábrica em momentos de crise, momento em que o empresariado não teria como suprir com benevolências a passividade operária. O primeiro caso, em 1891, assim está registrado nas atas da diretoria: “Nesse ano verifica-se uma das grandes enchentes do rio Piabanha, danificando consideravelmente a Estrada União e Indústria. Declararam-se duas greves gerais de tecelões em períodos sucessivos de 8 dias em junho e 20 dias em julho”<sup>119</sup> A citada calamidade natural afetou a estrutura econômica da Companhia, contudo, somado a isso, deu-se uma crise no mercado do algodão, matéria prima da Companhia, e o aumento das “taxas de exportação” que havia de um Estado para o outro no período. Tudo isso gerou um desequilíbrio na companhia. Tal estado de coisas levou o operariado a prioridade da contestação, pois em razão da situação vigente, aquela era a melhor forma de galgar vantagens no jogo social.

As greves foram resolvidas com a restauração econômica da Companhia que o discurso dominante dos relatórios da diretoria atrela às ações do dirigente Bernardo Alves Pinheiro, chamado de “restaurador financeiro” e que possui um quadro daqueles comentados acima no saguão de entrada da companhia. A ideia presente é que a *força produtiva prática* dos operários não tem a responsabilidade pela superação econômica da companhia, ficando essa restrita à *ação pensante* da classe dirigente.

Os meses que sucederam a greve de 1891 foram marcados por inúmeras concessões para estabilizar o operariado, tais como a de quatro grupos de casas para os operários a preços irrisórios. (1891), contratação de um médico residente próximo à indústria para atender aos operários (1891), Início da construção da capela de Santana e São Joaquim (1891), de farmácia, creche e escola para os filhos dos operários (1892)<sup>120</sup>

A nova ocorrência de greve se deu no final dos anos 20, como resultado da crise em macro-escala do período, que vem enunciada no relatório da diretoria referente ao ano de 1923: “Desenha-se uma crise de negócios que promete estender-se pelo ano entrante, agravada pela oscilação cambial e *impossibilidade de redução nos preços devidos a novos encargos salariais*”.<sup>121</sup>

---

<sup>119</sup> CIA PETROPOLITANA, Op cit

<sup>120</sup> Essas são medidas anunciadas pelos empresariados nos relatórios: CIA PETROPOLITANA, Op. cit

<sup>121</sup> CIA PETROPOLITANA, 1981, p.V, livro 2 grifo meu

Tais encargos salariais são produto dos primórdios da regulação trabalhista que se ensaiava já em meados dos anos 20. A esse respeito, Samuel Fernando de Souza<sup>122</sup> mostra que a judicialização das relações de trabalho não são originadas após o movimento de 1930, sendo antes aperfeiçoadas após um processo que já se iniciara em 1923 com o Conselho Nacional de Trabalho, CNT. A regulamentação do trabalho aparece explícita nas reclamações da diretoria da Cia Petropolitana naquele ano de 1923, ao reclamar de maiores encargos salariais justamente em um período de crise econômica.

TABELA 2: Divisão da classe operária entre gênero e idade no período de 1925 a 1929.

<i>ANO</i>	<i>HOMENS</i>	<i>MULHERES</i>	<i>MENINOS</i>	<i>MENINAS</i>
1925	499	468	134	162
1926	478	444	130	140
1927	481	452	119	168
1928	477	454	120	168
1929	444 (-55)	438 (-30)	114 (-20)	144 (-18)

Fonte: CIA PETROPOLITANA, p.XV s/d

A tabela acima<sup>123</sup> mostra a divisão por gênero no interior da Companhia no período e como ao se aproximar do final da década o número de homens se reduz mais que a de mulheres, meninos e meninas em razão do agravamento da crise.

O ano de 1929 traz a menor quantidade de homens na década e desde 1910, quando a companhia tinha apenas 1088 operários, não se registrava uma quantidade tão menor de homens. A indústria possuía um total de 1183 operários em 1929. Em resumo, a crise verificada nos anos vinte, que levaria a uma greve em 1927, fez com que de 1910 até 1929 o número de homens fosse o mesmo, ao passo que o operariado em 1910 era composto de 1088 pessoas e em 1929 era composto por 1140 pessoas, tal como se pôde constatar nos relatórios

<sup>122</sup> . SOUZA, Samuel F.A **Questão Social é, principalmente e antes de tudo, uma questão jurídica: o CNT e a judicialização das relações de trabalho no Brasil (1923-1932)**. São Paulo: Cad. AEL. 2009

<sup>123</sup> A tabela foi feita com base nos relatórios da diretoria in. CIA PETROPOLITANA, op. Cit.

da diretoria para cada um dos anos em questão. Pode-se argumentar, com base na tabela, que a dificuldade no âmbito institucional fez com que a diretoria da Companhia reduzisse o número de homens no corpo operário, visto serem eles os que tinham os salários mais altos. Ainda de acordo com Guappo<sup>124</sup>, podemos especular a respeito de uma especificidade de gênero em que os homens eram os mais propícios a passar do posicionamento da submissão à ação, o que é sintomático da multiplicidade de ações políticas no bojo da classe operária.

A crise atingiu a Companhia dentro de uma realidade desfavorável a tal setor com a alta verificada no preço do algodão e a baixa dos preços do produto pronto no mercado. A greve que ocorreu em 1927 terminou com os operários voltando voluntariamente ao trabalho. Ao que parece, ainda de acordo com os relatórios da diretoria, por meio de um acordo entre as partes.

A outra greve que se tem notícia data de 1929. Embora os relatórios da diretoria não façam alusão a esta manifestação, podemos acompanhá-la no “Jornal de Cascatinha”. Em um artigo daquele jornal, assinado por Sylvia Rabello, percebe-se que houve uma movimentação operária exigindo melhores condições de trabalho. O posicionamento político da autora e, em grande medida, do jornal no que toca à questão operária, está bem definido no trecho a seguir:

... convivo quasi só com pessoas operarias e, acho que essa classe é digna de que nós a respeitemos e a defendamos. Ella é constituída de pessoas honestas, que luctam quotidianamente com o trabalho para ganhar o pão mirrado de cada dia. E se um dia esses honrados operários vêm-se usurpados, não podem então reclamar? Não podem protestar. Fazer ver os seus direitos? Claro que sim, porque todos têm o direito de reclamar justiça.

Elles trabalham annos e annos, vão se definhando para enriquecer industriaes gananciosos que não sabem compensar esse sacrifício do pobre operario e chefe de familia.

Sí estão no seu direito e fazem uma greve, como ha poucos dias, são maltratados, por que não se é alguém que diga: “para essa gentinha só patas de Cavallo”, é a policia que vêm com toda a brutalidade.”<sup>125</sup>

O jornal parece se manifestar ao lado do proletariado, adotando uma postura combativa a favor dos detentores da força do trabalho a contra a exploração dos detentores dos bens de produção. É possível perceber também como que havia uma relação direta da força policial com as manifestações sociais do período.

A movimentação grevista do operariado ocorrera em virtude de alguma situação no ambiente de trabalho que não condizia com as condições tácitas para a convivência do

<sup>124</sup> GUAPPO, Teresa. *Tribuna de Petrópolis*. 1993

<sup>125</sup> RABELLO, Sylvia. Sobre a Greve de Cascatinha. In: *Jornal de Cascatinha*. Numero 84, Ano II. 3 de Marco de 1929.

operariado. Essa situação fica latente em outra reportagem daquele mesmo número do “Jornal de Cascatinha”:

A Directoria da Companhia Petropolitana, fez collocar aviso nos pontos do costume, no interior das fabricas, inteirando os operarios de que a Empreza, do mez corrente em diante, passaria a trabalhar cinco dias por semana.

Está, por conseguinte, de parabens o proletariado de Cascatinha, com a nova decisão da Directoria da Companhia, mandando trabalhar cinco dias por semana, o que vem minorar um pouco a situação angustiosa deste pobre povo que soffre ha um anno com a falta de trabalho<sup>126</sup>.

Ao operariado são dados os créditos pela medida concessiva da diretoria de reduzir os dias de trabalho na semana. Ao que parece, além de proporcionar uma carga de trabalho menor àqueles empregados, a medida era importante por gerar maior demanda de trabalhadores com a redução dos dias de trabalho, diminuindo o exército industrial de reserva

A crise verificada na Companhia Petropolitana nos anos 20 se confunde com a crise capitalista que marcou o período entre as duas grandes guerras mundiais. A crise que atingiu o mundo violentamente provocou um desacerto geral do sistema capitalista, aumentando o número de desempregados e arruinando a economia de dezenas de países. Dessa forma, os anos 20 foram marcados por uma crise da agricultura de exportação que afetou a produtividade da matéria-prima empregada pela companhia; o algodão, gerando, por conseguinte, uma instabilidade nas relações de trabalho em seu interior das relações de trabalho em seu interior.

A crise era sentida e noticiada no “Jornal de Cascatinha”, em 21 de julho de 1929 em um artigo assinado pelo operário da Companhia Petropolitana que também era o diretor do Jornal de Cascatinha; João Dias Carneiro<sup>127</sup>. O autor é incisivo em lembrar quão grande era a crise verificada no ramo têxtil naquele ano, sobretudo em Petrópolis. As empresas estavam com os expedientes reduzidos e o maquinário parado. A despeito disso, o autor lembra que algumas fábricas – as quais ele não cita – estavam com o expediente regular e com o maquinário funcionando normalmente. Tal sucesso estaria ligado ao fato de tais empresas estarem produzindo roupas da moda, as quais seriam de panos mais leves, baratos e melhores para a saúde na visão do autor, visto que esses panos deixavam o corpo mais arejado e

<sup>126</sup> AS FÁBRICAS da Companhia Petropolitana Melhoram. **Jornal de Cascatinha**. Numero 84, Ano II. 3 de Marco de 1929.

<sup>127</sup> CARNEIRO, J.D. A Crise das Fábricas de Tecidos. **Jornal de Cascatinha**. Número 104, Ano II. 21 de julho de 1929

exposto à luz. Assim, o autor situa as fábricas produtoras de tecidos “pesados” e caros como aquelas que mais padeciam com a crise que então se vivia.

Tais tecidos “grossos e bem trabalhados”, marca da moda tradicional e que vinha sendo ligada à crise por Carneiro, ainda era a principal forma de produção nas companhias têxteis, o que significava a dificuldade de modernização produtiva e fator de vulnerabilidade para os efeitos da instabilidade econômica que se vivia.

O autor lembra ainda dos fatores estruturais da crise, tal como: a especulação, a grande guerra europeia e a busca desenfreada por lucros, que seria um dos fatores para a paralisação da produção em algumas empresas. Ele defende como meio de solucionar a crise a modernização produtiva com novos modelos de tecidos, no lugar da paralisação que ocorria em vários estabelecimentos de então.

### **2.2.2 – Governo Vargas e as novas relações de trabalho**

Neste tópico busca-se analisar o advento do governo Vargas e os impactos causados nas relações de poder no interior da Companhia Petropolitana de Tecidos. Parte-se aqui da lógica que a partir da inclusão da questão trabalhista na agenda governamental há uma interferência do governo no lócus de negociação do poder naquela companhia têxtil.

Getúlio Dorneles Vargas assume a presidência da República no levante liderado por tenentistas, setores oligárquicos dissidentes da oligarquia paulista e setores da classe média no episódio consagrado na Historiografia como Revolução de 30 que resultou na destituição do então presidente Washington Luiz e na consolidação de um novo governo.

Naquele ano, o Brasil possuía 37.625.46 habitantes, tendo uma população analfabeta que superava em quase três vezes o número de alfabetizados. Além disso, haja vista o predomínio da atividade agrícola durante a Primeira República, a população operária (cerca de 1.189.57 pessoas) representava apenas um sexto da população agrícola. Esses operários se situavam nas 50.885 fábricas existentes no país naquele momento. As indústrias de bebidas predominavam com 15.308 unidades, em seguida vinham as de calçados (8.157), de artefatos de tecidos e peles (2.604), de chapéus e bengalas (1690) e a indústria farmacêutica (1329). Nesse quadro, as companhias têxteis vinham aquém desses números, somando apenas 467 unidades<sup>128</sup>.

Vargas teria um governo que colocaria em sua agenda política a industrialização em meio ao arraigado contexto rural que o país apresentava e que se pode ter uma ideia a partir dos dados acima.

A ação governamental teve grande peso não apenas na busca do crescimento do trabalho industrial, mas, principalmente, na alteração das formas de trabalho e regulação que se verificará no período. Assim, no intuito de perceber as relações de trabalho no período Vargas, temos como pressuposto a noção defendida por Ângela de Castro Gomes no sentido de não denotar o Estado desse período como que um gerador externo de lideranças para o que seria uma classe operária atrasada e manipulável por apelos populistas que se mostrariam irresistíveis. No lugar disso, temos como pressuposto o que defende a autora no que tange a ver o governo Vargas, sobretudo o Estado Novo, (1937-1945) como que dotado de um cuidadoso investimento simbólico que tomou para si o discurso das lideranças trabalhadoras do início da República a fim de formar a partir daí sua autoimagem e assim se legitimar frente ao operariado. Isso implica perceber que a ação do governo ia além de meros benefícios sociais, indo buscar sua justificação em um aparato simbólico que o identificasse junto aos trabalhadores<sup>129</sup>.

Pode-se ver, nesse sentido, que o Estado após 1930 passa a interferir no mercado de trabalho ao controlá-lo por meio de um conjunto de leis. Tal medida, ainda segundo a autora, era encarada como avanço pelos trabalhadores, mas o Estado só obteve pleno sucesso quando os ganhos materiais associaram-se ao apelo simbólico do discurso trabalhista. A partir de então, o pacto governo-trabalhadores tomou os contornos de uma reciprocidade consolidada.

Assim, as concessões que o Estado fornece aos trabalhadores são sua base de apoio, formando uma reciprocidade onde o Estado cria solidamente suas lealdades.

No momento em que ocorre a instauração do governo Vargas e o Estado passa a interferir nos lócus específicos de poder ao determinar concessões ao operariado, tal como férias, horas extras, entre outros, pode-se perceber que a diretoria da Companhia Petropolitana perde o controle da busca do lucro que tinha anteriormente, quando concedia “benevolências”

---

<sup>129</sup> Dados em ALVES, Ivan. **1930-1931 100 dias de revolução**. In: Os Grandes Enigmas de Nossa História. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores: 1981 p. 15

<sup>129</sup> GOMES, Angela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. São Paulo: Vértice- IUPERJ, 1988 p. 23

em um limite que não lhe comprometesse os ganhos e apaziguasse o operariado. Agora tinha de ceder em medidas decretadas em lei. Nesse ponto, vale a reflexão com Jhon D. French, que trata do compromisso com as leis trabalhistas pós 30 nos seguintes termos:

Claro que seria o cúmulo da ingenuidade tentar tirar conclusões apenas a partir da leitura de um texto jurídico. De fato, não é necessário muito para se perceber que o aparente conteúdo da lei poderia ser facilmente enfraquecido pelo seu não cumprimento e por interpretações jurídicas ou administrativas equivocadas.<sup>130</sup>

O autor busca em sua obra mostrar que na vivência social nas fábricas no pós 30 não houve uma revolução nas formas de trabalho em virtude das novas leis trabalhistas. Nesse sentido, ele argumenta a ingenuidade de pensar que o proposto em lei era exatamente feito na prática. O que parece exagerado é generalizar esse modelo a todas as fábricas, ainda que sem dúvida fosse verificado em inúmeros estabelecimentos do Brasil no período. Conforme fica patente nas atas da diretoria da Companhia Petropolitana, as leis trabalhistas vinham de fato sendo cumpridas na prática. Os dirigentes, pensando nos argumentos de French, tinham motivos para enfraquecer o conteúdo das leis, mas ao que parece, isso não foi feito na Companhia Petropolitana, ocorrendo antes lamentar conforme os trechos a seguir “Pelo decreto n. 19.808, de 28 de março de 1931 foi criada a lei de férias o que *obrigou-nos* ao pagamento sôbre apenas 191 dias trabalhados com evidente *prejuízo* para a empresa.”<sup>131</sup> Referente ao ano de 1932 a turbulência continuou, “Surgiram mais decretos em elaboração sobre parturientes e aposentados com mais encargos para a indústria”<sup>132</sup>. A turbulência era sentida em várias outras empresas do Brasil na época e explica a violação das leis trabalhistas, conforme argumenta French. Porém, não se pode generalizar tal situação, pois no estudo de caso da Cia Petropolitana as medidas eram obedecidas, ainda que com dificuldades, mesmo antes do governo Vargas.

Anteriormente ao advento da legislação trabalhista de Vargas, o empresariado só cedia naquilo que podia “remediar” e para tanto, não se propunha medidas que não poderia atender sem comprometer o lucro e é isso que ocorre quando os decretos do Estado direcionam as cessões ao operariado. As concessões continuariam após o governo Vargas por parte da diretoria, porém, os gastos com a legislação trabalhista viriam a se somar na conta dos

---

<sup>130</sup> FRENCH, John. **Afogados em Lei**. A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. São Paulo: Editora Perseu Abramo. 2001, p. 15

<sup>131</sup> COMPANHIA PETROPOLITANA, Op. cit

<sup>132</sup> COMPANHIA PETROPOLITANA, Op. cit

diretores.

Essa postura concessiva do empresariado adotada em tempo anterior e concomitante às leis trabalhistas mostra-se como uma forma de estratégia daqueles atores sociais, tal como vem em Robert Castel:

O benfeitor é um modelo de sociabilização. Por sua mediação, o bem se derrama sobre o beneficiário. Este, por sua vez, responde com sua gratidão: o contrato está estabelecido entre as pessoas de bem e os miseráveis. Um elo positivo é reconstituído aí onde só havia indiferença e, às vezes, hostilidade e antagonismo de classe. A relação de tutela instaura uma comunidade na e pela dependência. O benfeitor e seu obrigado formam uma sociedade, o vínculo moral é um vínculo social.<sup>133</sup>

Os anos 30 foram marcados por intensas mudanças econômicas e políticas na vivência social da Companhia Petropolitana. A crise econômica, embora tenha se reduzido no início dos anos 30 para o rumo da produção têxtil, foi acrescida, para o pesar da diretoria, em direitos trabalhistas decretados por Vargas.

A turbulência, no entanto, foi superada em 1934, sendo o “jubileu de reconstrução da empresa” tal como vem anotado nas atas da diretoria, repassando exclusivamente para a ação bacharelesca de seus diretores a solução dos problemas econômicos.

Por outro lado, as situações advindas da macro-realidade do campo político interferem na micro-realidade da empresa. As já citadas determinações do governo Vargas a partir de 1931, direcionando as concessões ao operariado, e que funcionam como uma interferência no sistema tal como ele era jogado na Companhia Petropolitana, uma em especial é visível na política da empresa no que tange à contratação do operariado desde os primórdios da Companhia: a ocorrência do trabalho infantil, tanto de meninos quanto de meninas, agentes cujos salários eram mais baixos e eram inaptos para desarticular a postura da submissão.

O trabalho infantil foi uma realidade em larga medida verificada nas indústrias têxteis durante a Primeira República e era alvo de incisivas críticas e apelos por parte de movimentos comunistas em prol de sua proibição. A tabela a seguir mostra o número de pequenos operários que a Cia Petropolitana teve entre 1931 e 1937.

TABELA 3: Companhia Petropolitana, quantidade de meninos e meninas

---

<sup>133</sup> CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Uma crônica do salário. Petrópolis: vozes, 1998. P.320

<i>ANO</i>	<i>MENINOS</i>	<i>MENINAS</i>
<i>1931</i>	<i>152</i>	<i>157</i>
<i>1932</i>	<i>129</i>	<i>143</i>
<i>1933</i>	<i>74</i>	<i>64</i>
<i>1934</i>	<i>69</i>	<i>74</i>
<i>1935</i>	<i>98*</i>	<i>95*</i>
<i>1936</i>	<i>73</i>	<i>65</i>
<i>1937</i>	<i>89*</i>	<i>106*</i>

Fonte: *feito com base nas anotações do relatório da diretoria*

De acordo com o relatório da diretoria cujos dados estão na tabela acima, percebe-se uma gradativa diminuição de meninos e meninas a partir de 1931. A tabela mostra que na Companhia Petropolitana, cujo empresariado tinha nos pequenos agentes um público especial para a postura da passividade, perde-o gradualmente, até a proibição do trabalho infantil em 1938. O que ocorre na esfera política nacional é um gradativo processo de desarticulação da mão-de-obra infantil no governo Vargas, como parte da legislação trabalhista do período.

As incidências do aumento de crianças verificado em 1935 e 1937 são duas exceções que mesmo por consistirem em um aumento, não atingem nem de perto a quantidade de crianças que havia em 1931, ano que começa a extinção delas dentro da companhia e que se concretiza em 1938. Para tanto, podemos ver que na tabela a seguir há a comparação na porcentagem entre adultos e crianças nos anos 30 na Companhia Petropolitana.

TABELA 4: Proporção entre trabalho adulto e infantil

<i>ANO</i>	<i>% ADULTOS</i>	<i>% CRIANÇAS</i>
<i>1931</i>	<i>75,85</i>	<i>24,15</i>
<i>1934</i>	<i>85,82</i>	<i>14,18</i>
<i>1937</i>	<i>85,23</i>	<i>14,77</i>

Fonte: *feito com base nas anotações do relatório da diretoria*

A tabela acima ilustra outro exemplo da brusca diminuição de crianças que se verifica em comparação aos adultos em períodos distintos dentro da companhia petropolitana.

A acentuada queda de 10% no número de crianças é muito levemente atenuada em 1937 em menos de um ponto percentual em razão do leve aumento verificado no número desses na companhia. Em resumo, se ocorre um aumento no número de crianças em 1937 tal como vemos na tabela 4, o número percentual dessas em relação aos adultos continua bem menor do que era em 1931. Em 1938 não há mais crianças e no relatório da diretoria passa a aparecer a partir desse ano a nomenclatura “rapazes” e “moças”, que são aqueles com mais de 14 anos, no lugar de “meninos” e “meninas”

Nesse período, é possível argumentar que o operariado muda de postura frente sua ação política; foi criado o sindicato oficial, dos operários de cascatinha em 1931 e as reivindicações passaram a ser mais freqüentes e subsidiadas em leis e na atuação do sindicato. Isso não quer dizer que todos os operários tenham automaticamente se tornado combativos; ao contrário, as reuniões de gênero eram pouco freqüentadas no início dos anos 30. (a respeito da fundação do sindicato oficial em 1931, seu estatuto, a política adotada em relação à diretoria e a ação dos operários que lideraram o movimento sindical, ver capítulo 3).

Entretanto, naqueles anos parece ter ocorrido uma conscientização política por parte do operariado da Companhia Petropolitana, de forma a protagonizar em 1935, juntamente a outros operários têxteis, uma enorme greve com dimensões por toda a cidade.

Esse enorme movimento social foi produto da oposição entre as tendências da Aliança Nacional Libertadora, vinculada aos movimentos sindicais em Petrópolis e a Ação Integralista Brasileira, tendência oposta e que foi dela a responsabilidade pela morte do operário Leonardo Candú durante um protesto realizado na cidade.

Tal assassinato gerou enorme comoção, incentivando o conflito entre aliancistas e integralistas. Muitos operários da Petropolitana rabiscavam injúrias aos integralistas nos muros de Cascatinha em um confronto trazia marcos ideológicos protagonizados pelos operários. Toda essa realidade baseada em protestos, assassinato e rivalidade política vai contra a ideia que se faz de Petrópolis como uma cidade sem conflitos<sup>134</sup>. Paulo Henrique

---

<sup>134</sup> Uma dessas visões que pacificam a cidade petropolitana em certo desconhecimento das lutas operárias pode ser exemplificada no trecho a seguir de Francisco de Vasconcelos: “Não falo de utopias, mas sim de realidades. Os chãos petropolitanos têm compromisso com a paz, porque aqui jamais houve guerras, batalhas, refregas, diatribes. E essa paz permanente é a responsável pelo contínuo clima de construção em que sempre viveram estas serras, já que nenhuma catástrofe, nenhum incêndio, nenhum morticínio, nenhum bombardeio,

Machado desenvolveu sua dissertação especificamente sobre tal movimento de 1935.<sup>135</sup> No nível local da Cia. Petropolitana houve uma greve iniciada pela determinação da diretoria de aumentar mais uma hora no expediente durante oito dias para cobrir a folga da quarta-feira de cinzas, o operariado não aceitou e declarou-se em greve.

A grande greve mostrava a politização que passou a estar presente na cultura política do operariado, assim mesmo, não se pode generalizar todos os trabalhadores, pois dentre uma minoria desses houve um posicionamento junto a AIB ou simplesmente a omissão política.

Dessa forma, a partir dos anos 30 ocorre uma gradativa conscientização operária, ao mesmo tempo em que a estratégia de concessão do empresariado passa a ter de conviver com os encargos trabalhistas legais. A esse respeito, cita-se a ampla reforma da vila operária e construção de inúmeras casas na mesma feita pelo empresariado em 1941, os inúmeros serviços médicos, educacionais e de assistência que eram livremente postos pelo empresariado, como no exemplo o trecho a seguir:

Foram fichados todos os operários pelo Serviço Nacional de Tuberculose, tiradas 1500 abreugrafias e positivados apenas dois casos de tuberculose contagiante, com o afastamento imediato dos doentes para tratamento, com vencimentos integrais pagos pela Cia<sup>136</sup>.

A relação dos gastos “legais” e dos gastos “estratégicos” feitos pelo empresariado frente ao corpo operário tem-se como exemplo o seguinte:

No cumprimento integral das leis trabalhistas dispndemos Rs.417:398\$300. Com auxílios à operários inabilitados e doentes gastamos a importância de Rs. 31:206\$720 e com os serviços médicos, educacionais e subsídios para assistência religiosa e recreativa o total de Rs. 37:592\$750<sup>137</sup>

Percebe-se assim que os gastos “legais” eram extremamente mais elevados que os gastos para angariar prestígio. O mesmo se verifica no trecho seguinte: “No cumprimento integral das leis trabalhistas dispndemos durante o ano a importância total de Cr\$ 526.588,75

---

nenhum ato terrorista, interrompeu ou fez retrogradar esse processo”. In: VASCONCELOS, Francisco de. **Petrópolis do Embrião ao Aborto** Petrópolis: ParkGraf editora. 2008 p.41

<sup>135</sup> MACHADO, Paulo. **Pão, Terra e Liberdade na Cidade Imperial**. A Luta antifascista em Petrópolis em 1935. Rio de Janeiro UFRJ 2005

<sup>136</sup> CIA PETROPOLITANA. Op.cit.

<sup>137</sup> CIA PETROPOLITANA. Op.cit.

e mais a quantia de Cr\$ 202.522,10 em auxílios diversos e contribuições voluntárias”<sup>138</sup>.

Dessa forma é que havia por parte do empresariado a tentativa de diminuir o enorme gasto que tinha com os direitos trabalhistas:

Com a criação do SESI por Decreto-lei n. 9.403, de 25 de junho de 1946, encaminhamos um memorial requerimento ao Presidente da Confederação Nacional da Indústria, pedindo redução de nossa contribuição obrigatória, já que dispendíamos três vezes mais do que determinava a lei<sup>139</sup>.

Dessa forma, a diretoria buscava reduzir os seus gastos legais alegando os gastos que não eram previstos em lei, aludidos como “gastos estratégicos” neste trabalho. O que acaba por ocorrer é a manutenção de gastos por parte da diretoria no que tange à sua obrigação de legal e também em gastos que a companhia tinha em festas e assistências junto ao operariado e que se verá mais adiante, no capítulo 3.

### **Conclusão**

Buscou-se neste capítulo, portanto, apresentar a formação histórica das quatro companhias têxteis em estudo. Após a formação das instituições em si, procurou-se apresentar dinâmicas referentes ao mundo do trabalho no que tange à organização institucional e à organização política nacional, enfatizando a Companhia Petropolitana de Tecidos na transição da República Velha para o Período Vargas e as mudanças daí decorridas.

A esse respeito, o próximo capítulo se volta especificamente ao tratamento da vivência social no contexto industrial de Petrópolis, ou em outras palavras; busca situar a ação dos atores sociais em meio à organização institucional que se procurou mostrar neste capítulo.

---

<sup>138</sup> CIA PETROPOLITANA. Op.cit.

<sup>139</sup> CIA PETROPOLITANA. Op.cit.

### ***CAPÍTULO 3: COTIDIANO E LUTAS OPERÁRIAS NA CIDADE IMPERIAL***

Este capítulo busca mostrar o cotidiano da sociedade petropolitana na qual os operários viviam. As questões políticas, culturais e econômicas verificadas no Brasil desde a República Velha até o advento do governo Vargas, mais especificamente até 1937, foram verificadas de diferentes formas pelos operários petropolitanos, cujas realidades assumiam características específicas no interior do quadro mais amplo da sociedade nacional.

Assim, este capítulo busca traçar o cotidiano de vida, trabalho e movimentação política do operariado, ressaltando as trajetórias individuais que se percebem nesse contexto. Analisa-se o cotidiano de operários da família Benvenuti, do operário jornalista João Dias Carneiro e das famílias que estavam envolvidas na rede de sociabilidade que se formou entre os trabalhadores têxteis; buscamos assim situar os atores históricos envolvidos no interior das diferentes lógicas sociais analisadas ao longo do tempo em estudo.

A escolha dos casos individuais que se verifica neste estudo não entra em contradição com o estudo do coletivo e sim o corrobora, uma vez que a escolha das trajetórias individuais tem por objetivo mostrar a vivência de um grupo, sua rede de relações e os problemas que eram enfrentados<sup>140</sup>. Dessa forma, o objetivo aqui é perceber os operários como atores sociais e não somente como força de trabalho nas indústrias. A vivência que tinham, os locais freqüentados, as organizações montadas, os partidos políticos, a imprensa, entre vários outros assuntos que extravasam os muros da fábrica serão estudados no intuito de mostrar que para além das relações produtivas os operários possuíam uma vivência social.

O início deste estudo busca situar quem é o operário petropolitano do período em questão; como esse seguimento social se estabeleceu na cidade na virada dos séculos XIX e XX, para que então vejamos as diferentes dinâmicas sociais que viveram.

A esse respeito, a importância da Companhia Petropolitana para os destinos industriais de Petrópolis é salientada na visão de Áurea Maria de Freitas Carvalho como parte de uma “Revolução Industrial” na cidade. Assim a autora salienta o papel industrializante da cidade:

No final do século XIX, com a chegada até nós da chamada "Revolução Industrial" que proporcionou o desenvolvimento de grandes fábricas de tecidos, Petrópolis tornou-se conhecido no mundo inteiro pela sua produção têxtil, desenvolvendo-se sobremaneira no

<sup>140</sup> REVEL, Jacques. A História ao rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. A Herança Imaterial. A trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000

setor econômico e também na sua população, pois suas indústrias atraíam, não só operários oriundos de outros estados brasileiros, sobretudo Minas Gerais, como também de outros países como foi o caso da Companhia Petropolitana, em Cascatinha em que a quase totalidade da mão de obra veio da Itália trazendo, por conseguinte, outros costumes, outras tendências e, mesmo, outras formas de encarar o trabalho com diferente perspectiva.<sup>141</sup>

As novas formas de encarar o mundo do trabalho e as novas dinâmicas sociais advindas da industrialização em Petrópolis são sensivelmente percebidas neste contexto. Destaca-se em especial a formação de um operariado italiano, mas também mineiro. A presença de um vasto contingente populacional em Petrópolis advindo do Estado de Minas Gerais é uma realidade apontada não somente por Áurea Maria no trecho acima, mas também por Júlio Ambrósio:

É verdade que os migrantes geraram a cidade, mas o laço com Minas foi sempre mais antigo, toda a vida, o mineiro cruzou esta terra. Com o fim do ouro, e mais tarde, a fundação de Petrópolis, simplesmente aumentou seu deslocamento. É exatamente devido a esse trânsito remoto que nunca se deu importância à migração mineira; fala-se dos alemães, italianos, mas desse sujeito, vindo de Minas, que marca a fundo o cotidiano da cidade, nenhuma nota. Qual cozinha petropolitana que não conhece o angu? Qual mulher da cidade que não tem as curvas da mineiridade? O grande colono não foi o europeu, ele inscreveu um período importante, sem dúvida, mas quem, invisível, verdadeiramente se espalhou pela região, foram os mineiros.<sup>142</sup>

O autor é incisivo em lembrar-se dos mineiros em Petrópolis que, pode-se dizer, tiveram uma importante participação na formação de alguns costumes da cidade. A grande leva de mineiros que já vinham para a serra fluminense antes mesmo da fundação de Petrópolis, atravessando a Variante do Caminho Novo de Bernardo Proença em viagem até o Rio de Janeiro, aumentou em virtude da industrialização da cidade, que deve, de fato, ter em conta a participação desses brasileiros na formação da classe operária petropolitana. Mais adiante, Ambrósio argumenta ainda que:

(...) o mineiro teria recuperado o vocábulo latino *roscidus* que, designando o fenômeno natural orvalho – parente próximo do nevoeiro matinal – e já conhecendo ruço como o termo que dá cor ao orvalho, não seria difícil imaginar a origem mineira de um novo sentido para o mesmo vocábulo: o *ruço* substantivado foi a nuvem dos vales que o mineiro reencontrou nessas paisagens montesas.<sup>143</sup>

<sup>141</sup> CARVALHO, Áurea. M. de Freitas. **Petrópolis: Novo Ano, Novo Século, Novo Milênio e Novas Perspectivas**. In: Site de Instituto Histórico de Petrópolis. <http://www.ihp.org.br/ihp/site/> Acessado em 01 de outubro de 2010.

<sup>142</sup> AMBRÓSIO, Júlio. **Geografia Petropolitana**. 2.ed. São João Del Rey. Ponte da Cadeia. 2005. Página 24

<sup>143</sup> AMBRÓSIO, Júlio. Op. Cit. P. 51

Sabendo que é marca genuína do linguajar petropolitano chamar o nevoeiro de ruço, tem-se aqui a explicação de como tal forma lingüística está relacionada com a imigração intensa de mineiros para a cidade serrana de Petrópolis, indicando também que a formação industrial é marcada pelos encontros culturais dos agentes que se deslocam a fim de angariar postos na nova organização do trabalho. Assim, foi-se formando um operariado italiano e mineiro em sua forma geral na Cia. Petropolitana e nas demais fábricas de Petrópolis, dando o tom de suas culturas na origem de uma nova base cultural resultado do contato de vários povos.

Por outro lado, cumpre assinalar que a organização da classe operária em si é um fenômeno que não pode ser visto de forma automática e condicionada simplesmente pela existência de trabalhadores em um contexto fabril. Cláudio Batalha<sup>144</sup> defende que a formação de uma classe operária não ocorre somente sob os auspícios econômicos e sim a partir de uma relação social na qual os agentes que compartilham a mesma realidade no mundo do trabalho se unem como classe a partir de interesses coletivos constituídos a partir da experiência comum que possuem.

Partindo dessa lógica, pode-se perceber que não há um condicionamento entre existência de trabalhadores e formação de classe entre eles. A formação de classe acaba por ocorrer a partir do momento em que tais trabalhadores se percebem como elementos de realidades em comum e a partir disso se entendem como classe.

É dessa forma que partiremos então para a análise das primeiras formas de sociabilidade dentre os operários petropolitanos, visando perceber de que forma foi se construindo entre eles um sentimento de pertencimento a uma mesma classe, bem como os embates e desencontros ocorridos nesse processo.

### 3.1 – SOCIABILIDADE OPERÁRIA ANTES DE 1930

#### 3.1.1 – **A Sociabilidade entre os primeiros operários da Companhia Petropolitana e as *Societés***

---

<sup>144</sup> BATALHA, Cláudio. A Formação da Classe Operária: um fenômeno econômico. In: **O Brasil Republicano**. Volume 3

Entre os primeiros operários da Companhia Petropolitana restou apenas documentação dos operários de matrícula números 3 ao 7, excetuando os mestres ingleses que foram contratados em condições especiais. Desses primeiros operários, temos os nomes: Pedro Martins Pereira, português, admitido em 1874 e falecido em Cascatinha em 1940, Porfira Maria Angélica, brasileira, admitida em 1875, morreu em 1955 em Cascatinha; João Baptista Baitelli, admitido em 1876, austríaco, morreu em Cascatinha em 1948; Fortunato Baitelli, austríaco, irmão de João Baptista, admitido em 1876, morreu em 1952, também em Cascatinha; e, por último, Domingos Pelauro, outro austríaco que trabalhou até as vésperas do falecimento em 1929.

O falecimento desse velho operário foi tratado como notícia de destaque na edição de 17 de março de 1929 no “Jornal de Cascatinha”. Naquela ocasião, assim se noticiava a morte de Pelauro:

Foi sepultado, quinta-feira, no Cemitério Municipal, o ancião Domingos Pelauro, na adiantada idade de 73 anos, antigo operario da fabrica da Companhia Petropolitana, tendo empregado toda a sua mocidade a esse estabelecimento, pois ahi trabalhára ha 52 annos (...) Trabalhou até na vespera de sua morte, isto é até terça feira.

O morto era solteiro e vivia quase desconhecido de todos, pois ninguem lhe dava muita importância, por que este o mesmo fazia com os demais. Não abria a bocca para falar com ninguem a não ser que fosse para resmungar alguma cousa incompreensível.

Era nosso visinho, vivendo com uma irmã tambem solteira. A Fabrica fez-lhe o enterro<sup>145</sup>.

Este último operário morava com sua irmã Anna Pelauro, que logo após a morte de Domingos foi morar de favor na casa de Fortunato Baitelli, segundo o trabalho de Paulo Roberto Martins<sup>146</sup> que teve acesso ao arquivo da Catedral Santo Pedro de Alcântara donde acessou as certidões de óbito. Demais informações referentes aos operários encontram-se em um livro remanescente daquela época que contém a ficha de inúmeros operários<sup>147</sup>, seus nomes, data de ingresso, morte, atividade, entre outros dados importantes, tais como o caso peculiar de Ana Pelauro, dependente de outra família de operários para morar após o falecimento do irmão.

<sup>145</sup> DOMINGOS Pelauro. **Jornal de Cascatinha**. Número 86. Ano II. 17 de março de 1929

<sup>146</sup> OLIVEIRA, Paulo Roberto Martins. Op.cit.

<sup>147</sup> Uma das fichas está no documento 1 do ANEXO, trata-se da ficha do operário jornalista João Dias Carneiro, sobre o qual trata-se a seguir.

Vale salientar uma espécie de sociabilidade entre os primeiros operários da Companhia Petropolitana no caso de Anna Palauro; ela encontrou acolhida na casa de outra família operária ao estar desprovida de casa para morar após a morte de seu irmão.

A procedência estrangeira da classe operária da Cia Petropolitana e da Companhia Cometa em larga medida italiana, era também reforçada pela presença de operários austríacos, com apelidos italianos, que participavam da composição da força de trabalho. Pode-se ver que a influência italiana foi elevada na formação operária da Companhia Petropolitana. A imagem abaixo mostra a reunião de operários italianos da Petropolitana.



Operários e operárias de nacionalidade italiana. Percebe-se grande quantidade de crianças.<sup>148</sup>

Em 1888, conforme afirma Inês Campinho, “a Petropolitana já emprega 1071 pessoas, que incluíam crianças de sete/oito anos, descendentes dos italianos que respondiam por 40% da população local”<sup>149</sup> Esses italianos criaram as sociedades de mútuo socorro que visavam manter a união entre eles ao mesmo tempo que buscavam suprir as carências que encontravam na cidade. Duas das quatro sociedades de italianos existentes em Petrópolis funcionavam em Cascatinha. A *Società Operaria Italiana di Mutuo Soccorso di Cascatinha* foi fundada em 27 de outubro de 1902. Essa *società* promoveu a fundação de uma escola para atender mais de

<sup>148</sup> MUSEU IMPERIAL/IBRAM/MINISTÉRIO DA CULTURA

<sup>149</sup> CAMPINHO, Inês. Cascatinha Perde o Bonde e a Esperança. In **Tribuna de Petrópolis**.

100 alunos da comunidade italiana de Cascatinha em 1904. Havia também *A Società Italiana de Beneficenza Principe di Piemonte, di Cascatinha, Stato di Rio de Janeiro* foi fundada em 06 de agosto de 1905<sup>150</sup>.

Não se deve cair no simplismo de se associar a tais sociedades um caráter de classe. Na verdade, por se tratar de reunir italianos vindos em condições não favoráveis para trabalhar no Brasil e as decorrentes dificuldades que aquele grupo étnico encontrou na nova realidade social na qual se inseriu, é que houve a junção em *societás*, que atendiam muito mais a uma identidade étnica do que a uma identidade pela experiência em comum no trabalho.

Assim, a relação entre vínculo étnico e formação de classe é frouxa, uma vez que a formação de classe é um reconhecimento que há entre trabalhadores em virtude da compatibilidade de interesses advindos da posição ocupada no processo de trabalho e não só por um mesmo vínculo étnico, sendo a vinculação étnica uma união diferente do que se concebe como classe. Para tanto, tomamos o argumento de Batalha<sup>151</sup> para entender que se a identidade étnica fosse fator *a priori* para a organização do operariado, iriam proliferar associações operárias com base na nacionalidade ou em critérios étnicos, o que, ainda segundo o autor, se verifica em exemplos pouco numerosos.

### 3.1.2 – Observações a respeito da organização operária nacional na República Velha

A partir de 1890 a ação do operariado brasileiro reflete as bases organizativas nos campos ideológicos do operariado europeu. Assim mesmo, cumpre observar que o movimento operariado brasileiro segue lógicas próprias, não podendo ser visto como simples extensão do congênere do Velho Continente.

Ainda que a imigração de grande contingente de europeus tenha sido uma realidade na formação do corpo operário brasileiro, o que faz presumir que as formas de organização e teoria tenham vindo como que “empacotadas” da Europa, não se pode ignorar o fato de que no Brasil o movimento operário segue uma lógica particular.

Um dos aspectos próprios da instauração do trabalho industrial no Brasil é a desigualdade do desenvolvimento regional. O eixo Rio – São Paulo e a região sul do país

<sup>150</sup> DE CUSATIS, José. **Os Italianos em Petrópolis**. Petrópolis. Edição da Câmara Municipal. 1993

<sup>151</sup> BATALHA, op. Cit p. 168

concentraram a maior parte do operariado e possuem uma intensidade maior na lógica, na organização e na vivência do movimento operário que as demais regiões do país.

Outro aspecto próprio da formação industrial brasileira processada na República Velha é o desenrolar histórico que as tendências políticas seguiram aqui em comparação à Europa. Na França, por exemplo, os efeitos da Revolução Russa geram uma cisão entre socialistas e anarquistas que começa a ser verificada em 1917 e se completa no ano de 1920. Nas condições específicas do movimento operário no Brasil, essa cisão entre socialistas e anarquistas se manifesta somente em 1922 com a fundação do PCB, sendo que será apenas em 1930 que o movimento operário irá se radicalizar, muito em razão da crise econômica de 1929, o que permite especular que no Brasil os efeitos da Revolução Russa só se dão em sua plenitude dez anos depois que na Europa.<sup>152</sup>

Dessa forma, considerando que o operariado brasileiro possui uma lógica própria, oriunda e diferente do operariado europeu, deve-se levar igualmente em conta que no Brasil o operariado possui diferentes formas de comportamento político. A esse respeito, busca-se e estudar as ações do operariado petropolitano, que é em grande medida influenciada pelos elementos estrangeiros – sobretudo da Itália – que faziam parte daquele grupo, mas assume características próprias que lhe conferem particularidade frente ao operariado europeu e nacional do período.

A ação do operariado petropolitano nos primeiros anos da República indica como por meio de suas opções políticas pode-se especular a respeito dos diferentes graus de conscientização política de tais atores naquele momento. Conforme analisado no capítulo anterior, os operários da Companhia Petropolitana mantinham-se conforme a vontade da classe dirigente desde que houvesse por parte desta uma postura concessiva frente àqueles operários. Exemplo disso tem-se nos operários italianos no final do século XIX, comentados acima. Naquela ocasião alguns operários italianos que não se adequaram ao jogo social praticado na Companhia Petropolitana se revoltaram e foram demitidos e expulsos do bairro, sem que tivessem apoio dos demais operários. Tal falta de consciência de classe pode ser explicada pois naquele momento a diretoria vinha atendendo aos anseios do operariado e não havia no grupo um sentimento semelhante ao daqueles italianos revoltados. Vê-se assim que a

---

<sup>152</sup> CARONE, Edgard. **O Movimento Operário no Brasil**. (1877-1944). 2 ed. São Paulo: Difel. 1984., p. 5-6

junção de trabalhadores em si não coincide exatamente com a formação de um sentimento de classe<sup>153</sup>.

Nesse contexto, pode-se argumentar a respeito de uma postura operária voltada à inoperância como estratégia social na citada companhia. A aceitação era uma prioridade do operariado a fim de galgar vantagens e receber benevolências, tal como o tratamento em Paris dos filhos dos operários mordidos por cães hidrófobos e a oferta de casas na vila operária a preços módicos, benefícios contemporâneos à ação daqueles italianos revoltados.

Pode-se ver assim que a comunhão de interesses dentro da Petropolitana era garantida desde que a diretoria mantivesse o atendimento às demandas do operariado, que por sua vez se manteria conforme às jornadas de trabalho e ao poder da diretoria, sem contestações. Essa relação ocorre em larga medida pelo poder com que os detentores dos bens de produção tinham de por si regular as relações de trabalho em seus estabelecimentos na precariedade de uma legislação trabalhista naquele período.

Dessa forma, durante a República Velha se percebe que a manutenção do mútuo interesse entre capital e trabalho era garantia de funcionamento das jornadas de trabalho.

Astrogildo Pereira escreve que:

Todo aquele período de 1917-1920 caracterizou-se por uma onda irresistível de greves de massa, que em muitos lugares assumiram proporções grandiosas. Já antes mesmo, em junho de 1917, tinha havido a greve geral em São Paulo, paralisando completamente, durante alguns dias, a vida da cidade. Em 1918, 1919, 1920, no Rio, de novo em São Paulo, em Santos, em Porto Alegre, na Bahia, em Pernambuco, em Juiz de Fora, em Petrópolis, em Niterói e outras muitas cidades de norte a sul do país, as greves operárias se alastravam com ímpeto avassalador. Eram movimentos por aumento de salários e melhoria das condições de trabalho, mas uma coisa se mostrava evidente – a influência da Revolução de Outubro como estímulo à combatividade da classe operária.<sup>154</sup>

Dessa forma, pode-se perceber que a cultura política operária na Cia.Petropolitana diferenciava-se da cultura política operária em outras instituições do período entre 1917 e 1920 em virtude de sua lógica social específica, uma vez que não há na Petropolitana qualquer ocorrência de greve no período acima exposto (1917-1920). Em Petrópolis, a Companhia Cometa sim entrara em greve, mas a Petropolitana não. A greve da Cometa foi causada pois “os trabalhadores se recusavam a aceitar a demissão de 14 companheiros, revelando um grande senso de solidariedade. Além disso, reivindicavam aumento nos salários

<sup>153</sup> PEREIRA, Astrogildo. **Formação do PCB**, Rio de Janeiro: Editorial Vitória Limitada, 1962

<sup>154</sup> PEREIRA, Astrogildo. Op. Cit. .p.30  
MACHADO, Paulo. Op. cit p.32

e protestavam contra a indicação do chefe das caldeiras”.<sup>155</sup> Cumpre observar que na Companhia Cometa a classe dirigente não possuía as características da sua congênere da Companhia Petropolitana no que tange ao fornecimento de benevolências aos operários. Assim, fica claro como a postura política de uma empresa pode possuir contornos específicos não verificados em suas congêneres, mesmo compartilhando com essas a lógica social do período em escalas mais amplas, tais como a difusão dos ideais socialistas, a crise econômica em âmbito nacional que influenciava no preço do algodão e mais especificamente a epidemia de gripe espanhola que assolava Petrópolis naquela época. Assim mesmo, os operários adotavam ações distintas; a greve na Cia. Cometa e a uma postura mais comedida na Cia. Petropolitana, bem como cada diretoria possuía diferentes formas de administração, que podem ser refletidas nas diferentes ações do operariado.

Por certo que na Companhia Petropolitana também houve ocasiões de greve. Mas essas eram evidentes nos momentos em que a diretoria não atendia aos anseios operários, o que procurou-se argumentar acima.

### **3.1.3 Ação proletária em Petrópolis: a greve de 1918**

A iniciativa reivindicatória do operariado da Cometa e da São Pedro de Alcântara fica patente no prolongado movimento grevista que ocorreu no início do segundo semestre de 1918 naquelas fábricas. Na edição de 03 de julho de 1918 a Tribuna de Petrópolis<sup>156</sup> noticiava que um grupo de operários da Cometa foi até a redação do jornal informar que haviam declarado greve. Antônio Luiz Júnior, um dos operários, afirmou que o motivo do protesto se dava em virtude de uma decisão da diretoria daquela instituição em restituir a chefia das caldeiras da fábrica a Manoel Rodrigues. Esse indivíduo era acusado pelos operários de não possuir a menor idoneidade uma vez que já havia estourado as caldeiras e até agredido o gerente e que sua recolocação no cargo iria por a segurança dos operários em perigo, ocasionando assim a greve.

Criou-se assim um ambiente instável. A polícia cercou o prédio da fábrica. À razão original do protesto foi acrescida a demissão injusta de 14 operários por conta da diretoria da

---

<sup>155</sup> . MACHADO, Paulo. Op.cit. p 32

<sup>156</sup> **Tribuna de Petrópolis**. 03 de julho de 1918. Ano XVII. Número 181.

fábrica. Concomitantemente ao cerco da polícia nas imediações do prédio da Cometa do Alto da Serra, houve um incêndio em um barracão próximo à fábrica, na Rua Teresa, que causou enorme espanto na população.

Naquele barracão moravam operários da Companhia Cometa e as causas do incêndio são trazidas no jornal no depoimento de Porcina Maria da Conceição. Morava esta mulher com Arminda Moura, seus dois filhos operários, Maria Cristina e Alice Miranda, operária que tinha três filhas. Todos saíram de casa por volta das 19 horas e Porcina ficou sozinha. Quando esta resolveu sair também, deixou a lamparina de querosene em cima da mesa forrada de jornal, sem maiores precauções. As instalações incendiadas não faziam parte das propriedades da Cometa, eram da propriedade do senhor Jacob Brand, de 83 anos, que foi levado para outro prédio em virtude dos transtornos do incêndio.

Os moradores do barracão foram sumamente prejudicados pelo incidente por que ficaram sem moradia, agravando ainda mais a situação que já vinham enfrentando. Logo, na reunião da União dos Trabalhadores o auxílio àqueles infelizes entrava na pauta, concomitantemente à greve que se travava.

A tradicional Tribuna de Petrópolis publicaria no dia seguinte um artigo de grande feição combativa assinado por Santos Júnior<sup>157</sup>. O autor esteve na União dos Trabalhadores na ocasião em que os grevistas se reuniram. A sala estava cheia de mulheres para a sessão presidida por Albino Dias, cuja condução foi feita, conforme Santos Júnior, com um falar vagaroso, claro e cativante, sincero, tudo isso porque, na visão do autor, Albino Dias seria um trabalhador cuja condição se assemelhava a de um escravo, dando o tom crítico à questão trabalhista. Nisso, chega mesmo a citar Marx ao dizer que acreditava ser a emancipação dos trabalhadores obra dos próprios trabalhadores.

Naquela sessão da União vários trabalhadores tomaram a palavra, entre eles uma mulher, “gasta pelo trabalho” nas palavras de Santos Júnior, e que em seu discurso não usou eloquência nem palavras tendenciosas, mas valeu-se de um ódio sincero pela condição dos trabalhadores e protestava contra a demissão de quatorze companheiros.

Nesse momento é possível perceber um vínculo bem estabelecido entre os trabalhadores têxteis, um lampejo de amadurecimento de consciência de classe que, segundo

---

<sup>157</sup>

JÚNIOR, Santos. A Greve. **Tribuna de Petrópolis**. 04 de julho de 1918. Ano XVII Número 182.

Cláudio Batalha “a classe como realidade histórica aparece, na medida em que os interesses coletivos se sobrepõem aos interesses individuais e corporativos.”<sup>158</sup>

O senso de comunhão do grupo se manteve nos dias seguintes. A fábrica ficava irredutível à queixa da demissão dos operários. Seus colegas de trabalho da Cometa, instalada no Alto da Serra, mantêm-se em solidariedade, ficam em suas casas e não atendem ao apito da fábrica. A União se encarregava de não deixar faltar nada aos seus trabalhadores associados, mostrando um organizado sistema de colaboração dentre aqueles trabalhadores em 1918. A despeito disso, é possível perceber nas reportagens sobre a greve na Tribuna de Petrópolis que a diretoria divulgou que pagaria a quinzena de salário no dia 15 daquele mês de junho, numa clara tentativa de esfriar a combatividade dos operários. Entretanto, o senso de companheirismo parecia maior e no dia seguinte o mesmo periódico noticiava que os operários pegaram sua quantia e mantiveram-se em greve em razão da demissão de seus companheiros.

Em 22 de julho de 1918 a fábrica volta a funcionar com um pequeno número de funcionários que não aderiram à greve, somado com alguns que vieram da filial implantada no Meio da Serra. A polícia esteve presente para que os que não tinham aderido à greve pudessem trabalhar e ao que consta na Tribuna de Petrópolis do dia 23 de julho não houve nenhum incidente. A própria União incentivava os grevistas a tolerar os que quisessem trabalhar. A questão referente à demissão dos 14 operários estava perto de ser resolvida com a readmissão dos mesmos. O que de fato parece ter procedido pelo compromisso tomado por autoridades competentes. Na verdade, alguns deles já nem queriam mais voltar para a fábrica, assim mesmo, o movimento grevista se colocou diante da busca que os mesmos voltassem e então, se fosse o caso, pedissem a demissão.

A União se colocou claramente a favor daqueles trabalhadores demitidos, oferecendo auxílio em alimentação a eles e aos demais que sofressem qualquer penúria financeira em virtude da greve que se processava. Além disso, se disponibilizam a ajudar aqueles companheiros seus que sofreram a perda de sua moradia com o incêndio do barracão na Rua Teresa com víveres e dinheiro recolhido pelos demais operários. Nesse sentido, o sindicato da Primeira República se mostra como órgão de aglutinação e a ponta de lança de luta do operariado em mais intensidade do que os partidos políticos, que nascem e morrem. Os sindicatos são diferentes, eles se caracterizam por apresentar uma organização mais

---

<sup>158</sup> BATALHA, Op. Cit. p. 173

simplificada que a do partido, buscam exclusivamente a defesa do trabalhador e podem englobar em seu interior diferentes categorias de trabalhadores. Por certo que os sindicatos também morrem, mas nascem e renascem e pululam com mais freqüência que os partidos políticos.<sup>159</sup>

A União não atendia apenas aos operários da Cometa, é digno de nota que o operariado da São Pedro de Alcântara também participava das reuniões que se realizavam na União e faziam peso para que as medidas em auxílio aos operários durante a carestia de guerra se tornassem realidade. Exemplo disso é que na mesma edição de 23 de junho, a Tribuna informa que na sede da União ocorreria à tarde uma reunião com operários da Cometa e à noite com os operários da São Pedro de Alcântara, que também paralisavam a produção na exigência de melhores condições. Entretanto, o movimento da Cometa teve mais repercussão pelo tamanho e intensidade que atingiu.

A greve na Cometa do Alto da Serra continuava e no dia 28 de julho de 1918 a Tribuna de Petrópolis trazia a informação que no dia anterior o presidente, o vice-presidente e o secretário geral da União dos Operários em Fábrica de Tecido estiveram no Rio de Janeiro para negociar com a autoridade da fábrica, o comendador Amoroso Lima, termos para o fim da greve. Esses termos deveriam ser alcançados de forma a não quebrar a autoridade da classe dirigente e ao mesmo tempo não significar uma transigência por parte dos trabalhadores.

Não se chegou a termo nenhum e manteve-se a greve, que se persistia de forma pacífica e sem maiores confusões.

A greve já ia completando um mês no dia 31 de julho sem que as partes entrassem em acordo nos melhores termos para a solução do embate de forma que ambos mantivessem o respeito e não dessem a impressão de ser vencido. Os diretores da fábrica, naquele dia, tiveram reunião com diretores da União Geral dos Operários em Fábricas de Tecido na cidade do Rio de Janeiro e também com o prefeito de Petrópolis, Oscar Weinschenck<sup>160</sup>, na iminência de se encontrar o quanto antes a solução para o protesto que vinha se mantendo na Cometa.

Vale salientar que o cooperativismo era tratado em artigo da Tribuna de Petrópolis de forma enaltecida. Aqueles anos em que transcorria a I Guerra Mundial vinham sendo marcado por carestias e crises econômicas de maior vulto. Não havia como não sofrer os

---

<sup>159</sup> CARONE, Edgar. **Movimento Operário no Brasil**. (1877-1944) 2 ed. São Paulo: Difel. 1984. P. 13

<sup>160</sup> Oscar Weinschenck foi o primeiro prefeito em atividade de Petrópolis, cuja prefeitura foi criada em 1916. O primeiro prefeito nomeado foi Osvaldo Cruz, que não pode realizar o mandato por conta de suas complicações de saúde, ficando o mesmo a cargo de Oscar Weinschenck.

embates da crise que se sofria. Nesse sentido é que o cooperativismo, principalmente entre os operários, era uma importante ferramenta de ajuda mútua para superar os percalços da época<sup>161</sup>.

Esse cooperativismo era feito entre os próprios operários, sem qualquer intervenção do Estado nessa organização. A União dos Trabalhadores Têxteis de Petrópolis seguia essa tendência e buscava uma forma de ajudar os operários afetados diretamente e aqueles injustiçados pelos patrões.

Naqueles anos de tumulto econômico causado pela I Guerra, as questões entre classes parecem ter se afluído. Da mesma forma, havia uma perspectiva que a partir do término do confronto naquele ano, houvesse uma nova realidade no mundo do trabalho. O trecho da Tribuna de Petrópolis a seguir é emblemático dessa perspectiva:

O problema do salaríado complica-se e amanhã pode apresentar-se-nos insolúvel. Da grande guerra, certamente, ha de sair a grande transformação social. Qual será, nós não o sabemos, mas o tempo de olhar com seriedade para mil questões que agitam os espíritos. (...) é necessário, urgentemente necessário, combinar o pensamento dos governantes com as aspirações dos proletários. Sem esta harmonia, todo o esforço redundará inútil, se não perigoso. (...) Os senhor prefeito do nosso município mostrou uma bella compreensão do momento, empenhando-se no sentido de terminar a “grêve da Cometa”, sem humilhações para os operarios e sem quebra de autoridade para a directoria.”<sup>162</sup>

Na mesma reportagem, há a informação que a União dos Operários em Fábricas de Tecido entregou à Câmara Municipal um documento que exigia uma série de medidas para atender o operariado naqueles dias de carestia. Eram as seguintes medidas; oito horas diárias de trabalho; fixação de ordenado mínimo para os adultos; fim dos descontos no salário; não obrigação de trabalhar em mais de duas máquinas; não admissão de menores de 14 anos; licença para a mulher um mês antes do parto e um mês depois, com totais vencimentos. Veja só: exigia-se algo como deixar a mulher de oito meses de gestação em repouso e continuar em repouso somente um mês após o parto, era o mínimo da humanidade o que se queria, licença paternidade nem pensava em pedir! Essas e outras medidas foram encaminhadas a fim de solucionar os graves problemas do proletariado em virtude da carestia deriva da guerra.

As medidas foram encaminhadas para análise da prefeitura junto aos industriais. Entretanto, chegou-se em um acordo e no dia 02 de agosto daquele ano houve um termo de

<sup>161</sup> Tribuna de Petrópolis. Ano XXVII N. 211. 02 de agosto de 1918. Tribuna de Petrópolis. Ano XVII N. 211. 02 de agosto de 1918

<sup>162</sup> Tribuna de Petrópolis. Ano XVII N. 211. 02 de agosto de 1918

conformidade entre os operários grevistas e a diretoria da fábrica Cometa.<sup>163</sup> A ação de resolver a diatribe vinha sendo levada a termo pelo então prefeito Oscar Weinschenck, o presidente da câmara; Arthur Barbosa e os diretores da União, principalmente Albino Dias. Até que finalmente a greve terminou sem que houvesse marcas de transigência de um lado e de outro.

A Tribuna de Petrópolis em artigo publicado um dia após a solução do conflito assume sua posição de jornal conservador, mas não deixa de parabenizar os operários pela atitude combativa, organizada e não violenta com que levaram a termo a greve que se verificou durante um mês, citando novamente o axioma marxiano de que a emancipação dos trabalhadores só pode ser obra dos mesmos trabalhadores. O jornal parabeniza a União dos Operários em Fábrica de Tecidos e à diretoria da Cometa, na figura do comendador Amoroso Lima, uma vez que ambos entraram em acordo pelo fim da greve.

O que se pode perceber é que foram vários os motivos que ocasionaram a paralisação do operariado da Cometa do Alto da Serra, tais foram: a recontração do chefe de caldeiras; a demissão injusta de companheiros e as más condições de vida e trabalho agravadas pela carestia de guerra. Tudo isso levou à organização do movimento que se arrastou por um mês inteiro, levando em fim à uma negociação final que mostrou certa maturidade política daqueles operários em plena República Velha ao exigir melhorias no trabalho e lutar por direitos.

A União dos Operários em Fábricas de Tecido iniciou suas atividades no Rio de Janeiro em agosto de 1917, possuindo uma delegação em Petrópolis, situada na Avenida 15 de novembro, atual Rua do Imperador. Tal organização era baseada no sistema de “Trade Union’s” e tinha um papel combativo em prol do operariado, sempre sem a filiação ao Estado e muitas vezes agindo diretamente contra as determinações deste e dos patrões.

Em Petrópolis, o aniversário de segundo ano da entidade se deu no clima da realização nos acordos dos operários da Cometa, prevendo-se uma grande festa no Palácio de Cristal, cedido pelo prefeito para tal fim.<sup>164</sup>

Neste período não se verificam ocorrências dessa natureza na Companhia Petropolitana em Cascatinha. A situação política interna da fábrica com o jogo social

---

<sup>163</sup> Ver a Tribuna de Petrópolis de 03 de agosto de 1918. (Arquivo Sala Petrópolis. Centro de Cultura Raul de Leoni)

<sup>164</sup> Tribuna de Petrópolis. 04 de agosto de 1918. Ano XVII número 213.

praticado ali dentro podem explicar o entendimento aparente entre os agentes produtivos. O que é digno de nota é a epidemia de gripe espanhola que foi especialmente sentida em Cascatinha naquele ano, havendo inclusive a interrupção da produção de 16 de outubro a 14 de novembro, correndo todas as despesas médicas por conta da diretoria<sup>165</sup>.

Corroborando o que já se afirmou acima, em 1919 houve por parte da Companhia Petropolitana a redução da jornada de trabalho para oito horas e a aplicação da lei decretada em 12 de março daquele ano que previa o atendimento completo ao operário no caso de acidente de trabalho. Conforme se verificou, as medidas eram cumpridas e dadas pela diretoria da Companhia Petropolitana de Cascatinha como um objeto de troca para que não se verificasse as ocorrências tais que se verificou na Cometa; mas para além disso, é possível argumentar também que toda a movimentação operária referente ao ano de 1918 tenha também pressionado essas ações “benevolentes” por parte da diretoria da Companhia Petropolitana.

### 3.1.4 As Operárias de Cascatinha

Especificamente nas relações de trabalho, pôde-se perceber que além do trabalho operário no interior dos estabelecimentos produtivos, a Companhia Petropolitana possuía empregadas fora do estabelecimento fabril, mulheres que seguiam uma condição de trabalho especial; a essas operárias a fábrica encomendava o “embainhamento de lenços” em uma forma de trabalho fora da indústria. A partir do trabalho dessas embainhadoras, temos uma variável da divisão sexual do trabalho. Conforme afirma Elisabeth Souza-Lobo.<sup>166</sup> O trabalho feminino nesse período pode ser visto como um prolongamento do “trabalho de mulher” associado à esfera produtiva. Assim, a divisão de tarefas entre homens e mulheres se verifica dentro do estabelecimento fabril em si, onde os homens assumiam funções mais pesadas (por conta de sua estrutura física) ou atividades mais qualificadas (para aqueles que puderam estudar e se preparar para tal função, geralmente as mulheres estudavam menos) e as mulheres, dentro da fábrica assumiam funções mais leves ou funções ligadas à delicadeza

---

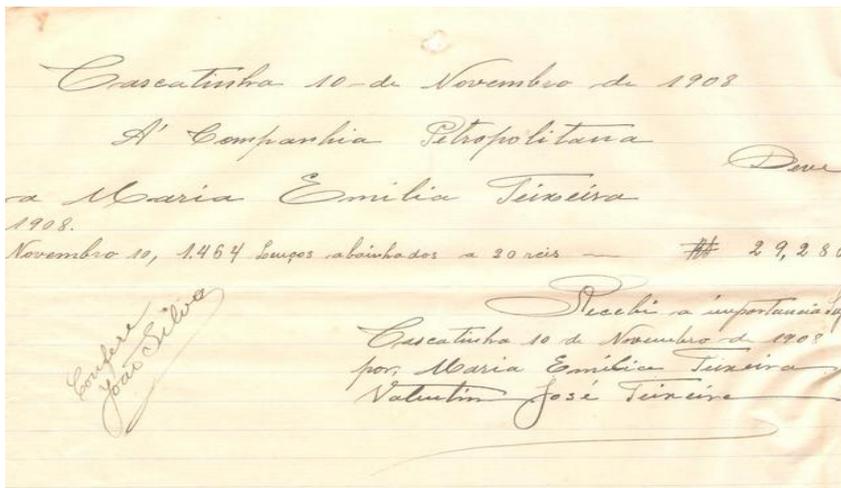
<sup>165</sup> COMPANHIA PETROPOLITANA.. Op. cit

<sup>166</sup> LOBO, Elisabeth-Souza. **A Classe Operária Tem Dois Sexos**. Trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2011 p. 63

“inata” das mulheres, invariavelmente atividades que exigiam pouco grau de qualificação e que pagavam menos.

Para além dos muros da fábrica, é possível ver que a rotina e a especificidade social das mulheres como agentes sociais eram consideradas para o trabalho. Ora, uma vez que é “coisa de mulher” costurar, por que não dar às mulheres em casa uma função de costurar lenços para uma companhia têxtil? Essa era a grande questão que norteava a prática da Companhia Petropolitana requisitar o trabalho das embainhadoras de lenço em suas casas. Assim, ainda conforme Elisabeth Souza-Lobo<sup>167</sup> podemos argumentar que a divisão sexual do trabalho está inserida na divisão social do trabalho.

A empresa fazia a demanda e a mulher produzia em sua própria casa, recebendo o pagamento final pelo produto acabado, conforme se pode ver no recibo abaixo:

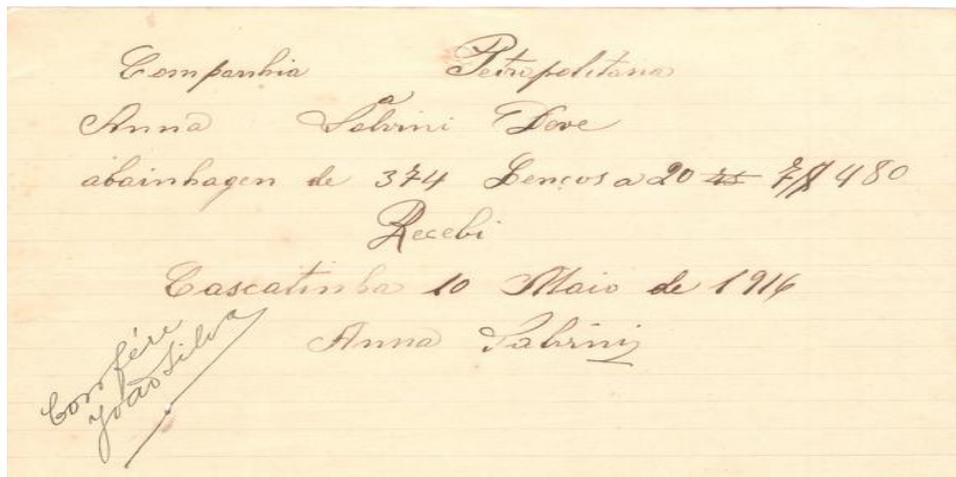


Recibo de Maria Emilia Teixeira<sup>168</sup>

Maria Emilia Teixeira recebeu 20 réis por cada um dos 1464 lenços que embainhou. Essa atividade era freqüente entre mulheres e poderia muito bem representar um adicional na renda familiar das famílias operárias, era como uma atividade complementar. Ao que parece, durou anos ainda, pois em 1916 encontra-se outro recibo

<sup>167</sup> LOBO, Elisabeth-Souza. **Op. Cit** p. 57

<sup>168</sup> Documento de 1908. Arquivo pessoal de Eduardo Runte



Recibo de Anna Salvini Dove<sup>169</sup>.

Nesse recibo, de 1916, Anna Salvini Dove recebe da Companhia o recibo de ter produzido 374 lenços embainhados. Certamente o número não é exagerado e muitos lenços deveriam ser embainhados naquela época onde a moda seguia os ditames do seu tempo e os cavalheiros deveriam andar com lenços no bolso do paletó. Assim, o lenço fazia parte do vestuário masculino, assim como os ternos de linho inglês S-Taylor-120 de e caroá, de tussor ou ainda de casimira. Tudo isso acompanhado de chapéu de feltro ou de palhinha e, dependendo de quão abastado fosse o indivíduo, chapéu do Chile. Os sapatos eram de verniz, de tressé ou de duas cores, tendo às vezes salto carrapeta, de influência argentina e as gravatas eram de tricot.

A família de Anna, os Salvini, teve grande presença no trabalho operário e também no comércio do bairro de Cascatinha no período.<sup>170</sup> Mais tarde, essa família iria ser proprietária da empresa de ônibus urbano que até os dias de hoje atende à região de Cascatinha.<sup>171</sup>

### 3.1.5 A família operária dos Benvenuti

Contemporaneamente às embainhadoras de lenço, em 1912, ingressava na Companhia Petropolitana o operário italiano Giuseppe Benvenuti. Ingressara já com idade avançada na Companhia, visto que seu nascimento data de 21 de julho de 1859. Tinha, portanto, 53

<sup>169</sup> Documento de 1916. Arquivo pessoal de Eduardo Runte.

<sup>170</sup> DE CUSATIS, José. Op.cit.

<sup>171</sup> A citada empresa se chama “Cidade das Hortênsias”

anos<sup>172</sup>. Essa era uma idade pouco comum para a contratação de um trabalhador. Verifica-se mais a contratação de crianças e jovens, sendo mais raro encontrar admitidos com mais de vinte e cinco anos.

Assim mesmo, o velho Giuseppe fora admitido pela empresa para trabalhar nos teares 234, recebendo diária de tarefista. Constava Giuseppe entre os 1118 operários que trabalharam naquele ano na Companhia, dos quais 495 eram homens, 432 mulheres, 114 eram meninos e 77 meninas<sup>173</sup>. Na ficha da Companhia teve seu nome traduzido para José Benvenuti, embora mantivesse a grafia original de seu nome em sua assinatura.

Este operário é o integrante da família Benvenuti mais antigo que se encontra na documentação dos operários, o que somado à elevada idade com que foi admitido, permite especular a respeito de ter sido Giuseppe um dos patriarcas daquela família dentre os italianos que migraram para trabalhar na indústria petropolitana no início do século XX.

O ano de 1912, quando houve seu ingresso na Companhia Petropolitana, foi marcado por algumas ocorrências peculiares àquela Companhia. A ponte que ligava a unidade da fábrica velha, construída em 1873 por Bernardo Caymari, à fábrica nova foi restaurada, novas casas operárias foram compradas pela companhia e, sobretudo, houve a inauguração da Igreja que serviria de Matriz da freguesia de Nossa Senhora Sant'Ana de Cascatinha. No capítulo 2 buscou-se perceber em que medida a construção do templo pode ser visto como um elemento de conciliação entre classes em Cascatinha, visto que fora financiado com parte dos recursos da diretoria e dos operários, valendo como instrumento para a legitimação da influência e poder que os dirigentes da empresa possuíam naquela comunidade.

Naquele mesmo ano também ocorreu uma anormalidade de maior realce que coloca em xeque a conciliação aparente entre aqueles atores que compartilhavam o trabalho na fábrica. Trata-se de um atentado à vida do gerente de fábricas, que resultou em um tiroteio com feridos, sem que houvesse mortos<sup>174</sup>. Esse incidente chegou mesmo a ser retratado no relatório anual da diretoria, ao que mostra a relevância que teve para aquelas pessoas. Por certo que os desentendimentos e as contendas envolvendo ou não assuntos relacionados ao processo produtivo faziam parte do cotidiano da vida daqueles atores sociais.

---

<sup>172</sup> As informações referentes ao operário encontram-se em sua ficha, disponível no ANEXO.

<sup>173</sup> COMPANHIA PETROPOLITANA. Op.cit

<sup>174</sup> COMPANHIA PETROPOLITANA. Op. cit

Giuseppe se estabeleceu no trabalho da Companhia. Líbera sua esposa, já havia morrido quando Giuseppe foi contratado pela Petropolitana. Entrou viúvo e possuía aos seus cuidados uma filha pequena, a qual dera o nome de Julia Benvenuti, numa clara homenagem à avó paterna da criança que se chamava Júlia Marquesini<sup>175</sup>.

Júlia nasceu em 23 de outubro de 1906<sup>176</sup>, curiosamente no mesmo dia que Alberto Santos Dumont dava em Paris o voo com o 14 bis, marco esse do nascimento da aviação e criação da mesma pelo engenhoso brasileiro.

Ao cruzarmos as fichas de José e sua filha Júlia pode-se perceber a prematuridade com que a pequena perdeu sua mãe. Basta ver que se ela nasceu em 1906 e Giuseppe foi contratado pela Companhia Petropolitana em 1912, ocasião essa em que fizeram sua ficha e nela colocaram seu estado civil como “viúvo”, a esposa, mãe de Júlia, já havia morrido. Assim, Júlia perdeu a mãe bem cedo, pode ter sido no próprio parto ou no máximo com seis anos de idade, ficando a criação da mesma por conta do velho operário italiano.

Júlia seguiu os caminhos do pai operário e no dia 04 de outubro de 1917<sup>177</sup>, com 11 anos de idade, ingressou no corpo operário da Companhia Petropolitana de Petrópolis, fazendo parte das 117 meninas que trabalhavam em um total de 1135 operários naquele ano<sup>178</sup>.

A jovem Júlia tão cedo foi empregada na Companhia indicando a presença paterna nos caminhos que ela tomava. Foi trabalhar na sala de teares onde foi colega de trabalho de seu pai durante dez anos. A menina estudou também, já que consta na documentação que ela

---

<sup>175</sup> Ver a ficha de Giuseppe no ANEXO. Nessa ficha, porém, não há qualquer alusão à sua filha Júlia. As informações referentes à esta são encontradas em suas fichas que também estão em anexo. Há duas fichas da operária; uma de controle da Companhia (igual a de seu pai) e outra que é de controle do sindicato dos trabalhadores da Companhia Petropolitana, que foi instaurado em 1931. Nessas fichas de Júlia há a indicação de sua filiação a Giuseppe e ambas se encontram no ANEXO.

<sup>176</sup> Ficha de Júlia Benvenuti na Companhia Petropolitana. Ver em ANEXO. Ao ver a ficha de Júlia referente ao sindicato nota-se que a data do nascimento não é 23 de outubro de 1906 e sim 23 de abril de 1906, assim como a mãe da operária não se chama Líbera e sim Libela. Essa ficha do sindicato foi feita depois da ficha da Companhia Petropolitana, pode ser que esteja correta, entretanto, optei seguir os dados contidos nas fichas da Companhia Petropolitana pois se encontram de forma mais organizada e sistematizada que nas fichas do sindicato. Para todos os efeitos, as diferenças são mínimas e em nada afetam as informações referentes aos vínculos familiares da operária.

<sup>177</sup> Tanto a ficha da Companhia quanto a ficha do sindicato atribuem essa data à entrada da menina na fábrica.

<sup>178</sup> COMPANHIA PETROPOLITANA. Op. Cit.

possuía a instrução primária<sup>179</sup>. Inúmeros operários trabalhavam na tecelagem e tal como se verá adiante, os operários daquela condição eram considerados em um posto avançado no interior da companhia, geralmente tendo galgado outros postos antes de assumir aquela função.<sup>180</sup>

Nesse contexto trabalhavam na Companhia Petropolitana os Benvenuti, até que o velho José Benvenuti morreu em 25 de julho de julho de 1927, com 68 anos. Provavelmente trabalhou até seus últimos dias na Companhia Petropolitana já que na ficha da mesma é que consta a data do óbito do operário italiano. Sua filha, entretanto, continuou a ser empregada da Companhia, vivenciando os teceres políticos que se operavam da inércia à retomada da combatividade operária que se verifica a partir dos anos 30.

### **3.1.6 Imprensa operária em Petrópolis**

Naquele momento em que Júlia entrava na Companhia, se pode perceber que imprensa operária vinha assumindo um papel cada vez mais combativo em prol do operariado, tendo novo papel junto aos trabalhadores. Até então, a despeito da realidade nacional, a imprensa operária era uma cópia do modelo congênere que circulava na Europa. Antes de buscar uma raiz nacional no processo de industrialização, os jornais, livros e panfletos verificados no Brasil a partir de 1890 referem-se acima de tudo a experiência europeia, relegando à obscuridade o processo brasileiro, de tal forma que os escritos operários a partir de 1890 buscam determinar as ações operárias com base nos autores estrangeiros como Benoit Malon, Millerand, Jules Guesde, Paul Lafargue, H Hamon e, principalmente, Karl Marx.

A mudança dessa perspectiva europeizada da imprensa operária de retratar a realidade operária brasileira é operada pelos próprios marxistas nos primeiros anos do PCB ao se buscar uma nova perspectiva de pensar a causa operária relacionando a teoria com os fatos objetivos da realidade brasileira.<sup>181</sup> Foi justamente nos primeiros anos em que Júlia trabalhou

---

<sup>179</sup> Ver a ficha de Júlia referente ao sindicato. Documento 13.

<sup>180</sup> A definição de tecelão basicamente consiste em “um indivíduo que tece pano ou trabalha em teares. Aquele que transforma urdimento e trama o pano cru” MARTINS, Ismênia. Op. Cit. p.XXXVI dos Anexos.

<sup>181</sup> CARONE, Edgar. Op. cit

na Companhia Petropolitana que a teve essa mudança de características, ficando representada nos jornais operários que surgiram na imprensa operária Petrópolis naquela ocasião.

No ano de 1921 era lançado em Petrópolis um periódico voltado exclusivamente ao interesse da classe operária do município. Trata-se do “A Alvorada”, que parece ter circulado por pouco tempo e cujos exemplares disponíveis somam apenas três volumes arquivados no Centro de Cultura Raul de Leoni, em Petrópolis. Embora reduzidos, esses jornais mostram o contexto social e político do operariado petropolitano do despontar dos anos 20. É nesse sentido, que a compreensão da realidade brasileira partia na imprensa operária da necessidade de se contemplar sua especificidade no interior do quadro geral do sistema capitalista.

Podemos argumentar que nesses periódicos há traços do que se pode apontar, segundo Cláudio Batalha<sup>182</sup> como marcas de uma cidadania operária. Essa cidadania se caracteriza pela busca não só dos direitos sociais, mas também dos direitos políticos, a fim de possibilitar aos trabalhadores uma participação maior no âmbito político e tirá-los da exclusão da estrutura jurídico-política em que se encontravam. A relação entre tal exclusão e o que se propunha os periódicos operários é explicada pelo que Batalha conceitua como “sociedade cultural e educativa”, tendo a partir daí sua luta em prol da inserção política do operariado, assim como a melhoria de sua condição de vida e trabalho.

A resposta encontrada pelas classes trabalhadoras durante a Primeira República a um sistema que levava a sua exclusão social e política está em parte no mundo associativo criado. O associativismo nesse período das classes trabalhadoras em geral, e da classe operária em particular, se expressa através de uma rede extremamente diversificada e rica de associações. Sociedades recreativas, carnavalescas, dançantes, esportivas, conviviam lado a lado com sociedade mutualistas, culturais e educativas (BATALHA, Op. Cit. p. 180)

Com efeito, na apresentação aos leitores, o jornal operário *A Alvorada*, afirma como sua missão ser abertamente anarquista e inclinado na solução dos problemas enfrentados pelos operários e pela população pobre em geral. Um jornal de franca tendência esquerdista, que era anunciado como objeto de estudo e manifestação da classe operária. É possível perceber que o periódico pertencia ao Grêmio Artístico Renovação pela indicação junto do título. A vinculação do jornal com o grêmio artístico ilustra a relação estabelecida por Batalha entre as entidades culturais e os movimentos de inserção política e social do operariado na Primeira República.

---

<sup>182</sup> BATALHA, Cláudio. Op. Cit. p. 180

A respeito desse grêmio Américo Falleiro<sup>183</sup> faz um artigo no qual descreve a missão do Grêmio Artístico Renovação. Afirma ser uma entidade voltada às atividades educacionais dirigidas ao operariado. Dentre as atividades previstas, estava um curso de Esperanto e demais conhecimentos que seriam propalados por meio do teatro, da música e da escola que o grupo possuía. A meta de tal projeto era equiparar o conhecimento do operariado ao da burguesia - tal como as classes são por ele designadas - fazer com que o operário não descuidasse do crescimento intelectual, pois além do pão material a ser reivindicado nos protestos, havia o pão para o espírito a ser adquirido por meio do conhecimento.

Esse grêmio recreativo assume, portanto, uma das funções que as organizações operárias tinham na Primeira República; a função educativa e social dentre os trabalhadores. Essa pedagogia classista se resume a dois pilares bem definidos; conscientizar o operariado como agente social que deve lutar por seus direitos, pelo fim da exploração e pela dignidade das condições de vida e trabalho e orientar o operariado em atividades educativas que aprimorem seus conhecimentos, sua disciplina e sua vida social por meio de lazeres considerados edificantes como clubes de leituras, bibliotecas populares, conferências e até passeios para cidades vizinhas no lugar dos prazeres considerados burgueses e alienadores que em nada contribuíam para a formação do indivíduo<sup>184</sup>.

Ainda no A Alvorada, D. Gildo também escreve um artigo a respeito do citado grêmio. Ele afirma ser o “grêmio do proletariado” que surge como uma bela ideia para promover a educação moral e intelectual do proletariado em geral e assim desviá-lo daquilo que o autor considerava como diversões fúteis da burguesia, organizadas por tal classe a fim de desviar o operário do sentimento de revolta necessário à sua emancipação.

Uma das missões principais daquele periódico era fortalecer o sentimento de classe do operariado no início dos anos vinte. A esse respeito, já no primeiro número há o anúncio de uma conferência que seria realizada no dia 03 de abril pelo jovem acadêmico Salomão Pedro Jorge cujo tema era “o valor da solidariedade operária”. O curioso é que sua realização estava marcada para ser no Sindicato dos Operários de Cascatinha, o que mostra a existência de um sindicato dos trabalhadores da Companhia Petropolitana já em 1921.

---

<sup>183</sup> FALLEIRO, Américo. Pela Instrução dos Proletários. **A Alvorada**. Ano I número I, 31 de março de 1921.

<sup>184</sup> CARONE Edgar Op. cit. P. 13

Ao que se pode perceber, o sindicato de Cascatinha era uma espécie de dissidência da União Central de Petrópolis. Conforme se pode verificar em outro artigo naquele mesmo número do *A Alvorada*, os operários da Companhia Petropolitana tinham os salários muito baixos, com baixa capacidade de compra e dificuldade de se deslocar de Cascatinha até o centro da cidade, aonde estava instalada a sede da União. Essa situação não aparece de forma alguma nos relatórios da Diretoria que analisamos. Assim, os operários cascatinhenses tornaram autônoma sua sucursal naquele bairro mais afastado, já que a comunicação se dava tão dificilmente. A União central aceitou tal autonomia sob a única condição que a nova organização levasse em consideração a orientação estatuída nas bases da União<sup>185</sup>.

É possível perceber que a adesão dos trabalhadores nesses sindicatos durante a República Velha era bem reduzida conforme artigo assinado pela Comissão Executiva do *A Alvorada*:

Trabalhadores!

É deveras lamentavel que neste momento, que todos os trabalhadores do universo se organizam para a conquista de seus direitos, que lhes tem sido esbulhado até hoje; no momento em que os operarios de outras partes tratam de se organizar em suas associações de classe, para a conquista tambem de uma vida melhor, é vergonhoso que os trabalhadores de Petrópolis continuem nesta indiferença que tem mantido até qui.

Por isto camadas vinde á unidade dos “trabalhadores de Petrópolis” para que todos unidos como um só corpo conquistando tudo que nos diz respeito!<sup>186</sup>

Uma das grandes preocupações daquele periódico era conscientizar os operários da necessidade de organização em prol de sua combatividade. Em um manifesto dirigido aos tecelões pelo *A Alvorada*, fica claro que após o movimento grevista de 1918 verificado na Companhia Cometa do Alto da Serra, com toda a mobilização do operário do centro da cidade, houve um esfriamento da luta política do operariado do início dos anos vinte. Nesse manifesto é possível ler:

É deveras lamentável o estado de desorganização em que se encontra a nossa classe. É facto que, após um período de actividade e de luta quasi sempre vem um período de repouso, mas, consideramos que este já vae se tornando demasiado longo, chegando mesmo a tocas ás raias da apathia e da miséria que conduzem á morte. Trabalhadores em tecidos: - é preciso voltardes á luta, sem perda de um momento mais!<sup>187</sup>

<sup>185</sup> UNIÃO dos Trabalhadores de Petrópolis. **A Alvorada**. Ano I número I, 31 de março de 1921.

<sup>186</sup> UNIÃO dos Trabalhadores de Petrópolis. **A Alvorada**. Ano I número I, 31 de março de 1921

<sup>187</sup> COSTA, João da. Aos Tecelões. **A Alvorada**. Ano I número I, 31 de março de 1921

O artigo manifesto conclama o operariado a freqüentar a União e se organizar por meio desta para que a crise econômica que se previa naquele momento não devastasse o futuro do operariado, que seria extremamente depauperado caso não cuidasse de sua organização.

Assim, naquela mesma edição, há a convocação do operariado para uma assembleia geral da classe dos trabalhadores em fábricas de tecido. Na nota há também a indicação que a comissão pediu auxílio do jornal para solicitar o comparecimento do operariado, o que faz comprovar a inércia em que o operariado parece ter mergulhado naquele momento. É importante perceber que essa postura retraída aludida nas fontes deve ser vista também sob a ótica do período marcada por uma quadro econômico instável e por uma incremento da repressão, ilustrando causas suficientes para explicar a inércia do operariado.

Outros operários, além dos têxteis, eram chamados a se organizar, tal como os trabalhadores da Prefeitura, que haviam abandonado o sindicato de sua categoria e vinham, na visão do autor anônimo de reportagem do *A Alvorada*, se calando e consentindo com o salário reduzido que vinham recebendo.

No despontar dos anos vinte as conquistas dos operários petropolitanos vinham sendo alertadas pelo *A Aurora* como seriamente ameaçadas. O preço do algodão em alta e os estoques da produção parecem ter gerado uma instabilidade no mercado têxtil em Petrópolis e com a desorganização dos trabalhadores havia o risco de se andar para trás nas difíceis conquistas trabalhistas do final da década anterior.

O que fazia supor que a classe dirigente estava disposta a voltar atrás nas oito horas de trabalho concedidas foi a ocorrência na Companhia Cometa do Alto da Serra que diminuiu os dias de trabalho semanais de seis para cinco, com a conseqüente diminuição dos ganhos do operariado. Entretanto, a fábrica parecia disposta a manter os seis dias no caso de os trabalhadores abrirem mão das oito horas diárias que haviam sido conquistadas.<sup>188</sup>

Tal situação era alertada quanto ao risco de generalizar-se por entre as demais companhias têxteis e mais uma vez o operariado era conclamado a se organizar na União para lutar pela manutenção de suas conquistas.

---

<sup>188</sup> A CARESTIA de Vida; Trabalhadores em Tecido: Corre perigo ás 8 horas e ás porcentagens conquistadas. **A Alvorada**. Ano I Número 5. 15 de junho de 1921.

A inércia do operariado era combatida pelo periódico. Havia o franco propósito de fazer o operariado em geral se organizar em seus sindicatos para lutar contra a exploração que viviam nas fábricas. O artigo de Ada Alves ilustra tal tendência:

Em 1917, havia a sinceridade do operariado, sobre assumptos associativos e era grande a concorrência dos trabalhadores as associações. Compareciam as assembléias e reuniões porque tinham convicção de que unidos e solidários, conquistariam. O aumento de 60% nos salários assim o provam, e, a grande vantagem ainda conquistada, que foi o respeito existente dentro dos estabelecimentos<sup>189</sup>.

Pode-se perceber assim certo grau de nostalgia frente à postura operária no final da década anterior aos relatos e a persistência de retorno àqueles ideais por meio da ação conjunta dos trabalhadores por meio da União. O trecho da reportagem de Domingos Braz, futuro candidato do operariado nas eleições municipais e exímio combatente do Partido Comunista nos anos vindouros no Estado do Rio de Janeiro, é elucidativo dessa tendência.

São por acaso, os trabalhadores petropolitanos, incompetentes para a luta social? Desconhecem, por ventura, que são roubados pelo governo, pelo patrão, pelo commerciante e pelo senhorio? Não... não é isto o que se lê no seu passado glorioso de lutas contra a tirania. Ha ainda bem pouco tempo, vimos o gigante petropolitano que actualmente dorme o somno da indiferença, da covardia, o autor do progresso desta linda cidade serrana, orgulho do Estado do Rio organizado fortemente em suas associações de resistência, reclamando o seu direito á vida e fazendo temer de medo todos os parasitas que, como zangões da colmeia social, sugam o mé! das laboriosas abelhas (...)

Trabalhadores! Si quereis ser considerados como homens dignos desse nome, si quereis defender a vossa prole e a vossa existencia preciosa, uni-vos, agregae-vos em vosso sindicato de resistencia, e que, desse congraçamento de energias, saia a verdadeira a centralização de forças, potente e capaz de abater todas as ignomínias e injustiças.<sup>190</sup>

O mesmo Domingos Braz é enfático em conscientizar os operários da necessidade do retorno de sua organização combativa. Além disso, é possível ver uma proposta enaltecadora do operário, que engrandece sua imagem e faz com seja dignificado em seu papel social. Tal tendência pode ser percebida no trecho da reportagem de Domingos Braz e também nos versos a seguir de Joaquim dos Anjos, publicados no A Alvorada:

Ao Operario

<sup>189</sup> ALVES, Ada. Postaes. **A Alvorada**. Ano I Número 5. 15 de junho de 1921.

<sup>190</sup> BRAZ, Domingos. Centralisação de Forças. **A Alvorada**. Ano I Número 5. 15 de junho de 1921.

Porque estás assim triste? Vem pungir-me  
 O peito esse profundo meditar  
 Vamos! A frente erguida! Passo Firme!  
 Não vês o espaço aberto ao teu olhar?  
 Tens devassado todos os misterios  
 A Força do teu braço e pensamento,  
 Podes sozinho derrubar imperios  
 E tens medo de por-te em movimento?  
 Sacode os membros teus entorpecidos.  
 Mostra aos que julgam ver-te moribundo  
 Que és um leão de téticos rugidos  
 Que póde um dia avassalar o mundo...<sup>191</sup>

O enaltecimento do trabalhador vinha assim como um propósito do periódico em sua meta de retomar o senso combativo do operário em meio ao contexto econômico de crise que vinha se configurando na década de vinte.

### **3.2 Operários petropolitanos no contexto político do final da República Velha**

#### **3.2.1 As Eleições de 1927 e 1929**

Em 1927 foi criado o Centro Político e Proletário de Petrópolis (CNPP) que surgia como uma representação da crescente classe operária, que vinha se tornando cada vez mais ávida por seus direitos após ter apresentado uma postura mais comedida no começo da década. Apesar do grande peso que o anarquismo teve dentre os operários brasileiros na Primeira República e da grande quantidade de trabalhadores que se negavam a participar da política, sendo mesmo avessos às reivindicações operárias, podem-se verificar ocasiões em que partidos lançam candidatos operários – ou apresentados como legítimos representantes destes – para concorrer a cargos eletivos, sobretudo a vereador. Alguns tinham esse propósito no intuito de destruir o sistema uma que fizesse parte dele, outros buscavam melhorar as condições de vida e trabalho do operariado.

Essas duas tendências se tornaram unidas e o movimento operário mais organizado em suas bases eleitorais com o nascimento do Partido Comunista do Brasil, em 1922. A ação dos socialistas no quadro político da Primeira República se manifesta ao denunciar fraudes políticas praticadas naquele contexto, incentivar o operariado a ter consciência de sua classe e

---

<sup>191</sup> Versos publicados na edição de **A Alvorada**. Ano I Número 5. 15 de junho de 1921

analisar as próprias ações dos movimentos socialistas, denunciando suas falhas e sugerindo os caminhos a seguir.

Além da manifestação escrita denunciadora e conscientizadora do operariado, houve também a ação prática, apoiada na fundação do Bloco Operário (mais tarde BOC, Bloco Operário e Camponês, como se verá) que se destinava a ser a agremiação política e eleitoral do proletariado e dos seguimentos populares por meio da participação junto à política estabelecida, ou em outras palavras, buscava mudar o sistema por meio de sua participação no interior de suas bases políticas<sup>192</sup>.

O Centro Político e Proletário de Petrópolis (CPPP) estava ligado ao Bloco Operário (BO) que compunha uma frente eleitoral junto ao Partido Comunista do Brasil (PCB)

A comissão executiva do CPPP era formada por Maximino Piobelli, Sebastião de Oliveira Mello, Primo Poncio, Moreira Busto e Bento de Aguiar.<sup>193</sup> O BO justamente ao CPPP lança nas eleições de 1927 as candidaturas para os cargos de vereador em Petrópolis os nomes de João de Menezes e Sebastião de Oliveira Mello. Os candidatos operários não obtiveram número suficiente no pleito municipal, entretanto, os trabalhadores vinham cada vez mais organizados no âmbito político e amadurecendo sua participação nas eleições.

Em 1929 ocorreram novas eleições municipais. O Jornal de Cascatinha entrou decididamente apoiando os candidatos operários Sebastião de Oliveira Mello e Domingos Braz ao cargo de vereador. O jornal, evidentemente, assumia sua posição política e insistia para que a população operária e não operária, tivesse a confiança de votar naqueles candidatos que representavam as causas dos trabalhadores apontadas pelo periódico como as causas populares.

A esse respeito, fica evidente o caráter didático do jornal em ensinar o eleitor a votar, ou seja, visto que naquela época a justiça eleitoral do Estado do Rio de Janeiro possuía uma forma de eleições municipais bem mais complicada do que nos dias atuais, era razoável imaginar que a população se enganasse na hora de fazer seu voto. Ainda mais com a baixa escolaridade de grande parte do operariado. O sistema era voltado ao preenchimento de uma cédula que no caso de Petrópolis era composta de oito espaços nos quais o eleitor deveria escrever o nome dos oito vereadores em quem iria votar. O que acontece é que ao deixar

---

<sup>192</sup> CARONE, Edgard Op. cit p 22

<sup>193</sup> MACHADO, Paulo Henrique. Op.cit. p.36

algum espaço em branco ou repetir o mesmo nome em dois ou mais espaços, a cédula era anulada. O jornal alertava os leitores no sentido de preencherem corretamente as cédulas votando e escolhendo os dois candidatos operários entre os oito que deveriam constar e não cometer erros, que foram comuns na última eleição, referindo-se a 1927, conforme o jornal:

Na outra vez, muitos eleitores proletários votaram sómente nos seus candidatos, deixando outra parte da cedula em branco. Essa cedulas não serão contadas. (...) É preciso que se complete a cedula, escrevendo tantos nomes quantos sejam precisos para enche-la devidamente<sup>194</sup>.

A partir disso, pode-se concluir que o operariado tinha tanta dificuldade em votar certo quanto possuía formada uma consciência de classe, já que votaram em seus companheiros. Assim, o jornal liderava a conscientização daqueles operários, não só de Cascatinha, mas de toda a cidade, em votar nos candidatos ligados aos operários e, principalmente, votar de forma correta.

A conscientização política do operariado era feita de forma incisiva: “O operariado não deve encher a sua frente outra cedula para vereadores que não seja a do seu partido, único meio de poder conseguir os seus ideaes. Esse é muito admissível e ninguém lh’o póde tirar porque está dentro da lei.<sup>195</sup>”

Naquelas eleições de 1929 o Bloco Operário se apresentava como Bloco Operário e Camponês (BOC), tal mudança tinha sido operada naquele mesmo ano de 1929 e tinha como objetivo alcançar maior penetração dentre os trabalhadores rurais. Ao que parece, tal meta não se realizou, conforme afirma Machado: “o partido, embora consiga eleger dois representantes nas eleições municipais do Distrito Federal, não consegue um resultado expressivo no âmbito nacional, nem tampouco, a esperada penetração entre os trabalhadores rurais.”<sup>196</sup> O BOC estava novamente junto ao Centro Político e Proletário de Petrópolis para as eleições daquele tumultuado ano de 1929.

---

<sup>194</sup> QUESTÃO Proletária. **Jornal de Cascatinha**. Ano III, número 110. 01 de setembro de 1929.

<sup>195</sup> QUESTÃO Proletária. **Jornal de Cascatinha**. Ano III, número 110. 01 de setembro de 1929

<sup>196</sup> MACHADO, Paulo Henrique. Op.cit. p.37

O Jornal de Cascatinha mantinha então o seu compromisso justo ao operariado e incentivava abertamente a população a votar nos candidatos Domingos Braz e Sebastião de Oliveira Mello<sup>197</sup>



Propaganda política do Jornal de Cascatinha aos operários petropolitanos<sup>198</sup>.

As candidaturas operárias para as eleições de 1929 foram definidas em uma assembleia geral ocorrida na sede da União dos Operários em Fábricas de Tecido (UOFT), inclusive com a presença de um representante do Bloco Operário e Camponês (BOC)<sup>199</sup>

Mesmo com todo auxílio do jornal de Cascatinha e de outros periódicos<sup>200</sup> politicamente voltados à classe operária na conscientização dos operários e das camadas populares, não houve sucesso por parte dos candidatos operários no pleito popular para a composição da vereança petropolitana.

Na sua dissertação, Paulo Henrique Machado alega que a campanha em prol dos candidatos operários não teria atingido os distritos mais distantes da cidade. Além disso,

<sup>197</sup> Oliveira Mello se tornaria presidente do sindicato dos operários da Companhia Petropolitana e vereador de Petrópolis em 1936 ao fazer uma bem sucedida aliança com Yêdo Fiúza, que obteve amplo sucesso nas eleições daquele ano.

<sup>198</sup> **Jornal de Cascatinha**. Ano III número 112. 15 de setembro de 1929

<sup>199</sup> MACHADO, Paulo Henrique. Op. Cit. p.38

<sup>200</sup> Na edição de 14 de agosto de 1929 o Diário de Petrópolis publica uma reportagem de R. Garcia intitulada "A Questão Política do Município está interessando o nosso operariado" na qual o autor incentiva o voto naqueles que são para ele "dois operários que pelo seu passado de lutas e sacrifícios pela causa operária, mereceram os aplausos unânimes da grande assembléia que os escolheu e por certo de todos os eleitores pobres em geral. Apud. MACHADO, Paulo Henrique. Op. Cit. p.38

aponta como uma explicação indiscutível do insucesso a contradição que se verifica nos números de votos daqueles candidatos apresentados na tabela a seguir:

*TABELA 1; Números contraditórios da eleição de 1929<sup>201</sup>*

Candidato	Número de votos apresentados em 24/09/1929	Número de votos apresentados em 25/09/1929	Número de votos apresentados em 28/09/1929
Sebastião de Mello	2143	2103	1314
Domingos Braz	2109	2103	1360

Por meio da tabela acima, pode-se perceber as fraudes eleitorais que permeavam o sistema e fazia com que a eleição de um operário fosse assaz difícil. Tal quadro de dificuldade se intensifica ao considerar que era reduzido número de operários votantes em virtude de grande parte dos operários ser composta de mulheres, crianças ou analfabetos, excluídos de votar pela legislação vigente. Até aqueles que votavam por vezes não contavam, pois tinham dificuldades em fazê-lo de forma certa e tinham seus votos anulados, tal como se viu acima.

O que se percebe é que no contexto da República Velha, foram raríssimos os casos de sucesso eleitoral por parte de candidatos vinculados ao operariado. Cláudio Batalha define bem o contexto do período:

Todo o processo eleitoral era controlado pelo partido situacionista, propiciando fraudes, e não havia voto secreto, deixando os eleitores à mercê de todo tipo de pressão. Assim, durante a Primeira República, as eleições de candidatos operários foram fenômenos raros, limitados a uns poucos casos: como o do tipógrafo João Ezequiel, eleito deputado estadual, em 1913, em Pernambuco graças à sua inclusão na lista oficial do governador general Dantas Barreto; e em 1928, a eleição dos comunistas Minervino de Oliveira e Octávio Brandão para o conselho Municipal do Distrito Federal pelo Bloco Operário e Camponês. (BATALHA, Cláudio. Op. Cit. pp. 180-181)

Após as eleições de 1929 ocorreu uma acentuada repressão junto ao movimento operário, culminando na prisão de inúmeros integrantes, tal como foi o caso de Francisco Roux e Domingos Braz<sup>202</sup> em Petrópolis.

<sup>201</sup> Adaptada de MACHADO, Paulo Henrique. Op.cit. p.38. Feita originalmente pelo autor com dados extraídos da Tribuna de Petrópolis.

### 3.2.2 O diretor Luiz Mendes Rodrigues e a Cruzada Branca entre os operários de Cascatinha

No ano de 1929 as eleições marcaram um contexto caracterizado também pela tendência grevista que acompanhou a década de 20, conforme se analisou no capítulo anterior. Uma dessas greves durou apenas uma tarde. Como era costume entre os operários da Petropolitana receber entre os dias oito e treze, o não recebimento neste prazo no mês de maio aqueceu os ânimos contestatórios dos operários da “Fábrica Velha”, como era chamada a unidade inaugurada por Caymari em 1873.

O gerente da fábrica Luiz Mendes Rodrigues, na iminência de dissipar a diatribe formada pelos operários revoltados, prestou-se a prometer-lhes que no dia seguinte ao protesto seriam realizados os pagamentos, nem que fosse na forma de abono aos operários mais necessitados. Isso foi suficiente para que a greve se dissipasse logo depois do almoço, ilustrando o vínculo de negociação entre as partes que compartilhavam o mundo do trabalho naquele estabelecimento.<sup>203</sup>



A locomotiva levando operários da Companhia Petropolitana para o trabalho, sem data.<sup>204</sup>

---

<sup>202</sup> Domingos Braz ainda seria candidato a deputado federal pelo BOC no Rio de Janeiro. Passou pela Secretaria de Agitação e Propaganda e pelo PCB foi secretário geral. Em Petrópolis atuaria em 1945 na organização do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT)

<sup>203</sup> PEDIRAM que Abreviasse o Pagamento. **Jornal de Cascatinha**. Ano II número 95. 19 de maio de 1929

<sup>204</sup> MUSEU IMPERIAL/IBRAM/MINISTÉRIO DA CULTURA.

Naquela mesma ocasião, o bairro de Cascatinha vivia mais uma visita da “Cruzada Branca”, noticiada pelo “Jornal de Cascatinha” que informava a presença de Luiz Mendes Rodrigues, o gerente da Companhia Petropolitana, como presidente daquela edição da Cruzada, juntamente com outras pessoas, dentre elas, Leopoldo Nogueira, gerente do Bogary Club. Eram aqueles dois responsáveis por diferentes pontos de sociabilidade dos operários; a fábrica onde se trabalhava e o clube onde se divertiam e se encontravam. O jornal traz quais eram os objetos da Cruzada:

... o ideal da Cruzada Branca, que ora não é sena diffundir pelos meios mais praticos e admissíveis, a propaganda contra os vícios que hoje campeiam a humanidade, depravando-a(...) Seguiu-se depois a mesa de doces finos e uma serie de brinquedos innocentes em que ficou mais uma vez demonstrado o alto valor do ideal da Cruzada Branca que consiste em uma vida util a si e ao proximo.<sup>205</sup>

Pode-se perceber que era um movimento que valorizava os ideais da ordem e do comprometimento social do operário a fim de legar-lhe à disciplina do trabalho. Para tanto, não iria faltar a presença do gerente da fábrica o que indica bem os interesses institucionais naquele tipo de programação para o operariado. Ao que parece, não só os funcionários da Companhia Petropolitana, mas também os demais cascatinhenses compareciam em massa a tal movimento, sendo um reduto de sociabilidade.

A Cruzada Branca naquele contexto de crise em 1929 aparece com um projeto de criação de uma caixa beneficente aos mais afetados e imersos na pobreza e excluídos do mercado de trabalho. Assim a campanha aparecia no Jornal de Cascatinha a fim de fazer pública sua ação:

Consiste o plano da Cruzada Branca, em solicitar dos cascatinhenses generosos, uma contribuição mensal expontanea para custear a compra de viveres, ou de outro modo, um auxilio mesmo em viveres que serão distribuídos da maneira a mais judiciosa entre aquelles que, privados de trabalhar, padeçam atrozes necessidades<sup>206</sup>.

---

<sup>205</sup> CRUZADA Branca. **Jornal de Cascatinha**. Ano II número 95. 19 de maio de 1929

<sup>206</sup> A CRUZADA Branca Funda uma Caixa de Soccorros e Lança um Appello ao Coração Generoso dos Cascatinhenses. **Jornal de Cascatinha**. Ano 3 Número 109. 25 de agosto de 1929

O fundo seria criado por essa iniciativa privada de base religiosa para atender à população que padecia com a crise justamente por meio da contribuição daqueles que pudessem oferecer algo de forma filantrópica aos mais atingidos. A quantidade de trabalhadores desempregados, muitos dos quais em virtude da crise, parece ser associada à pobreza em inúmeras pessoas estavam imersas. Era como se houvesse, pela iniciativa da Cruzada Branca, naquele contexto de 1929, um intermédio de colaboração entre os trabalhadores *dentro* do mercado de trabalho para com aqueles que foram afetados pela conjuntura econômica

### 3.2.3 A vida operária em Cascatinha em meio à crise de 1929

No interior daquela conjuntura econômica em crise, um reduto de sociabilidade de grande frequência entre operários é o Bogary Club. A esse respeito, era um importante local de divertimento entre as pessoas de Cascatinha daquele período. Espetáculos de canto e ilusionismo, musicais, bailes, dentre várias outras atrações eram oferecidas com frequência e anunciadas no “Jornal de Cascatinha”. O clube tinha até mesmo sessões de cinema em pleno ano de 1929 as quais eram, segundo o periódico acima, compostas por “uma linha de filmes superiores, a preços de acordo com o meio”<sup>207</sup>.

Entretanto, as sessões duraram muito pouco tempo e seu fim era anunciado no Jornal de Cascatinha de 21 de julho daquele mesmo ano, informando que as sessões não estavam dando lucro e lamenta: “Vamos assim ficar sem o cinema em Cascatinha, quando não ha razões para tal, visto ser este bairro bastante populoso e dispor de melhores condições financeiras que qualquer outro onde a crise impera com mais intensidade”<sup>208</sup>.

A crise era avassaladora e ameaçava mais do que a sessão de cinema do Bogary. O Jornal de Cascatinha sentia-se extremamente afetado pelas circunstâncias de então, a ponto do operário da Companhia Petropolitana, João Dias Carneiro, que também era o diretor daquele jornal, dedicar um enorme espaço na edição que comemorava o segundo aniversário do periódico para justificar a penúria econômica do “jornalzinho”, tal como era conhecido, e solicitar dos leitores a compreensão pelo aumento do preço que ocorreria dali em diante nos

<sup>207</sup> Ver **Jornal de Cascatinha**. Ano II número 99 16 de junho de 1929 e o número 100 de 23 de junho

<sup>208</sup> **Jornal de Cascatinha**. Ano II número 104. 21 de julho de 1929.

exemplares, caso contrário seria o fim do periódico. A relação com a fábrica é evidente no trecho:

Todos os mezes há diferença contra mim, cada vez estou me individando mais. A Fabrica onde trabalho está “doente” e além do que é muita luta trabalhar-se na fabrica e dirigir, redigir, agenciar reclames, cobrar, reportar notas e atender um sem número de chamados para outras coisas do Jornal<sup>209</sup>

### 3.2.4 Trajetórias familiares ; Dias Carneiro e Essinger

Em meio ao estudo da grande crise mundial de 1929 surgiu a figura de João Dias Carneiro, que tinha 28 anos, trabalhava na Companhia Petropolitana e comandava com inúmeras dificuldades seu *Jornal de Cascatinha* em meio às dificuldades do período. Talvez fosse oportuno nos deter na trajetória familiar deste operário que desde janeiro de 1923 trabalhava na Companhia Petropolitana e conforme a sua ficha cadastral naquela companhia, atuava nos teares número 27 da linha produtiva. Para essa análise familiar nos valem do depoimento da senhora Castorina Essinger, que nos forneceu de forma tão gentil quanto competente importantes informações a respeito da relação entre as duas famílias operárias em questão. Todas as informações deste item são retiradas da citada entrevista.

João Dias Carneiro Recebia como tarefista e morava no bairro de Cascatinha<sup>210</sup>. Descendia de pais mineiros, o que ilustra a presença de agentes oriundos de Minas Gerais na formação demográfica de Petrópolis. Os pais do operário, Francisco e Maria Dias Carneiro, eram de Barbacena e se mudaram para Petrópolis no começo do século XX. João Dias Carneiro era o terceiro de nove irmãos, os primeiros nascidos em Minas Gerais e os últimos nascidos já em Petrópolis.

A família de João Dias Carneiro após abandonar Minas Gerais se estabeleceu no distrito rural de Pedro do Rio, até se mudar novamente e se alojar na vila operária da

---

<sup>209</sup> CARNEIRO, J.D. Não Posso. *Jornal de Cascatinha*. Ano III, número 106. 04 de agosto de 1929. As informações referentes à trajetória familiar de João Dias Carneiro foram obtidas por meio do depoimento de dona Castorina Essinger, cunhada do operário jornalista e que nos forneceu um detalhado depoimento que gerou uma pesquisa a parte acessível nos anais da XXVIII Semana de História da UFJF. Naquele texto procede-se à análise da entrevista de dona Castorina e se analisa também o uso e o contexto da História Oral como metodologia de pesquisa.

<sup>210</sup> Esses e outros dados estão contidos na *ficha de empregados da Companhia Petropolitana* de João Dias Carneiro que está em anexo.

Companhia Petropolitana em Cascatinha. Todos os nove filhos do casal Carneiro foram trabalhar no estabelecimento industrial do bairro, desde João Dias Carneiro, que possuía 22 anos, até seu irmão Otávio, que possuía apenas oito anos. Nesse caso, os mais jovens foram estudar na escola da Companhia.

A família morava em uma das casas operárias, situada na Rua Bernardo Proença, até hoje uma das principais ruas de Cascatinha. Naquela mesma rua e bem em frente à casa de João Dias Carneiro, situava-se então o Clube Bogary, famoso local de encontro e entretenimento dos moradores do bairro operário de Cascatinha.

João Dias Carneiro viria a ter uma atuação destacada em prol dos trabalhadores por meio do jornal que criaria e no qual defenderia a causa operária. Mesmo não possuindo formação jornalística, o operário fundou um jornal em 1927, cuja tipografia funcionava nos fundos de sua casa. O periódico foi assim chamado de Jornal de Cascatinha, em alusão ao bairro em que se situava a fábrica e sua vila operária. A proposta do jornal era justamente dar voz aos operários frente às dificuldades encontradas no cotidiano do trabalho, bem como noticiar os mais diversos fatos ocorridos na vivência social que se praticava no bairro operário de Cascatinha.

Pode-se perceber que a família de João Dias Carneiro manteve relações com demais famílias de operários em Petrópolis. Cita-se, a esse respeito, o caso do irmão mais novo de João Dias Carneiro, Otávio Dias Carneiro, nascido já em terras petropolitanas. Ao contrário do irmão mais velho, Otávio não dedicou sua vida ao trabalho na Companhia Petropolitana; ainda que tenha trabalhado desde criança e estudado no estabelecimento de ensino da dita Companhia, Otávio iria abandonar a sua vida de operário para estudar Contabilidade e se tornar funcionário público da Prefeitura de Petrópolis.

Otávio se casou com Castorina Essinger, a senhora entrevistada.

Dona Castorina além de ser cunhada de João Dias Carneiro, vinha de uma família de operários. Seu pai se chamava Felipe Essinger, era filho da colonização germânica de Petrópolis. Trabalhou inicialmente na Cervejaria Boêmia, primeira do gênero no Brasil e que fora fundada por alemães, até que se empregou como tecelão na Companhia Dona Isabel. Assim, naquela companhia eminentemente petropolitana trabalhava Felipe Essinger.

A mãe de dona Castorina se chamava Maria Paula. Ela teria vindo de Paraíba do Sul para Petrópolis ainda criança juntamente com seus pais, ilustrando como que aquela cidade serrana era um chamariz para pessoas de regiões próximas. Foram todos para Cascatinha. O

pai de Maria Paula era barbeiro e instalou um estabelecimento desse gênero no bairro operário da Companhia Petropolitana.

Ainda que fosse comum o trabalho de crianças nas companhias têxteis durante a Primeira República, Maria Paula não trabalhou na Companhia Petropolitana. A jovem moraria em Cascatinha até que seus pais se mudaram para as proximidades da Companhia São Pedro de Alcântara, atual Rua Washington Luiz, bem próxima do centro da cidade. O barbeiro Manuel manteve-se no mesmo ofício, apenas mudara a clientela; apararia os bigodes dos operários da Companhia São Pedro de Alcântara e de outros estabelecimentos por perto, tal como a Companhia Dona Isabel. Maria Paula foi trabalhar na companhia São Pedro de Alcântara na primeira década do século XX e teria conhecido Felipe Essinger pela frequência que o operário da Dona Isabel tinha na barbearia do pai da operária.

Ambos se casaram em 1911, Maria Paula teria o nome alterado para Maria Essinger e seu marido exigiu que ela abandonasse seu trabalho para que pudesse se dedicar somente ao lar; o que foi aceito por Maria. Mas o afastamento da operária não foi definitivo; em 1920, já tendo nascido sua filha Castorina, a operária voltaria ao seu posto na Companhia São Pedro de Alcântara a fim de ajudar o marido com as despesas necessárias para a construção da casa que o casal pretendia ter.

A filha do casal de operários, Castorina Essinger, iria conhecer o irmão mais novo de João Dias Carneiro, Otávio Dias Carneiro, com quem se casou e constituiu uma grande família em um bairro bem distante da Companhia Petropolitana chamado Valparaíso. Era comum para João Dias Carneiro ir visitar a casa do seu irmão naquele bairro, conforme os relatos de dona Castorina, o operário jornalista constantemente ia com sua mulher e filhos passar finais de semana na casa do irmão. A entrevistada se lembra bem de João Dias Carneiro como uma pessoa calma, educada e sempre à procura de encontrar um assunto para o seu jornal.

Podem-se imaginar as dificuldades de um operário jornalista em manter seu empreendimento, sobretudo em meio às turbulências enfrentadas no contexto da crise econômica de 1929. A crise daquele ano quase levou o periódico à falência, entretanto, o jornal se recuperou da crise daquele ano ao passar a assinatura anual de cinco mil para oito mil réis e manteve sua tiragem. Balançou mas não caiu, manteve-se por anos e até hoje circula no espaço jornalístico da cidade de Petrópolis.

### **3.2.5 O concurso de miss cascatinha de 1929**

Ainda naquele ano de 1929, o Jornal de Cascatinha promoveu o segundo concurso da “Miss Cascatinha.” Este seria realizado por meio de eleições nas quais os moradores iriam eleger a mais bela do bairro de Cascatinha. Em cada edição do jornal vinha um cupom no qual a pessoa escreveria o nome daquela que achava a mais bonita do bairro e a rua em que morava.

Júlia Benvenuti continuava trabalhando na Companhia Petropolitana, já fazendo dois anos do óbito de seu pai. Mas naquele ano de 1929 a figura em destaque entre os Benvenuti não é Júlia e sim Mafalda, eleita a miss cascatinha. Entretanto, a forma com que foi eleita suscita certa dúvida que se apresenta a seguir.

O curso envolveu jovens senhoritas de todo o bairro. Uma delas era da família Benvenuti; Mafalda. A sua mãe chamava-se Maria Benvenuti, era parente do velho operário Giuseppe, mas ao contrário deste não foi trabalhar na Companhia Petropolitana. Ela casou-se com um importante comerciante da região de Cascatinha, Umberto Rovigati, indivíduo de inúmeros recursos, poderoso e conhecido no bairro<sup>211</sup>. Até hoje uma localidade de Cascatinha recebe o nome daquele potentado local.

Eram várias as outras candidatas e o Jornal de Cascatinha apresentava uma série de resultados parciais do montante de votos dispensado a cada uma das candidatas. Na edição de 9 de julho de 1929 o periódico trazia uma dessas parciais às vésperas do encerramento do concurso:

Aproxima-se o dia de encerramento deste concurso, cujo movimento de votos pelos coupons tirados dos jornais tem sido bem grande. E não era de se prever outra coisa, dada a *sympatia* que reina pelas candidatas votadas (...) Breve saberemos qual a formosa joven que será, para todos os efeitos, a gentil Miss Cascatinha<sup>212</sup>.

Logo em seguida, o jornal anuncia como estava a apuração:

1ª Albertina Siqueira com 433 votos, 2ª Gilberta Ciambelli com 167, 3ª Luiza Sardeira com 139 votos, 4ª Irene Romanelli com 127, 5ª Elza Ribeiro com 77 votos e em 6ª Mafalda Rovigatti com 66 votos. Ela se apresentava na sexta colocação entre as dezenove concorrentes constantes na apuração do jornal.

Albertina Siqueira tinha uma expressiva vantagem sobre as demais candidatas. Como ela morava nos “sobrados” da vila operária da Petropolitana, certamente recebia em larga

---

<sup>211</sup> No anexo encontra-se a foto do casal Maria Benvenuti e Umberto Rovigati. Documento 13

<sup>212</sup> Jornal de Cascatinha. Ano II. 09 de junho de 1929

medida o apoio do operariado local, dando-lhe uma larga vantagem como candidata dos trabalhadores.

O que é intrigante é que em apenas duas semanas Mafalda, parenta de um antigo operário por parte de mãe, mas inclusa em uma família rica e poderosa por conta de seu pai, conseguiu angariar uma quantidade enorme de votos, desbancou a candidata do operariado a ponto de ter noticiado no *Jornal de Cascatinha* do dia 23 de junho de 1929:

A Srta. Mafalda Rovigatti, eleita a mais bella de Cascatinha!  
Na apuração final, effectuada quarta-feira ultima, desse grande certamen popular aberto por essa folha, com o fim exclusivo de saber qual a joven mais bella de Cascatinha, verificamos a eleição da mui graciosa e distincta srta. Mafalda Rovigatti, prendada e dilecta filha do Sr. Humberto Rovigatti e de sua exma esposa d. Maria Rovigatti, familia esta que desfruta do melhor conceito no espírito publico de Cascatinha<sup>213</sup>.

Na apuração final a jovem Mafalda Benvenuti Rovigatti ficou com 2118 votos, Albertina Siqueira, a líder na penúltima apuração ficou com 1025 votos e Irene Romanelli com 242 votos.

Nesse sentido, não se sabe como a jovem Mafalda conseguiu angariar uma quantidade tão grande de votos em um período tão curto de tempo. O fato de ser filha de um potentado local de reconhecida influência no bairro de Cascatinha pode ser uma resposta suficiente. A parenta do velho operário Giuseppe tenha conseguido somar uma quantidade de votos suficiente para sair da sexta colocação e ganhar o concurso de miss Cascatinha com grande vantagem sobre a segunda colocada, que até duas semanas antes possuía quase quatro vezes mais voto do que ela.

### 3.3 SOCIABILIDADE OPERÁRIA PÓS 1930

#### 3.3.1 Organização dos trabalhadores na primeira metade dos anos 30

A postura política dentre os operários da Petropolitana pode ser percebida no início dos anos 30 com traços próprios de uma postura menos combativa que a caracterizou no período da República Velha, tal como fica patente na reportagem da *Tribuna de Petrópolis* de autoria de Teresa Guappo, na qual a autora alude ao fato do trabalhador “não ser muito

---

<sup>213</sup> *Jornal de Cascatinha*. Ano II. 23 de junho de 1929.

chegado à assembléia” e que (...) “Numa reunião de gênero, convocada pela união dos operários e empregados em fábricas de tecido em Cascatinha [no início dos anos 30] compareceram apenas vinte gatos pingados”<sup>214</sup>

A autora cita o fato de nos anos 30, 60% dos empregados da Companhia Petropolitana ser mulheres e crianças, cujos salários eram mais baixos e passavam a imagem de serem menos agitadores.

Os anos 30, porém, trazem maior politização e reivindicação por parte do operariado. Ainda que houvesse uma postura que trazia marcas de “submissão”, passou a se organizar sistematicamente os movimentos grevistas dentro da Companhia Petropolitana por meio da atuação do sindicato, criado em 1931.

Note-se que foi justamente a partir da criação do sindicato oficial, em 1931, que houve um gradativo amadurecimento político e de consciência de classe dos operários da Companhia Petropolitana. Mesmo que a criação do sindicato oficial ligado ao governo tenha sido uma estratégia governamental para controlar os trabalhadores, é interessante perceber que tal organização sindical coincide com uma incidência maior de greves e reivindicações operária. Nesse sentido, a criação do sindicato será fator determinante nas negociações entre capital e trabalho que se verifica após 1930.

O sindicato oficial foi criado em 1931, ano em que também foi estipulado seu estatuto intitulado “Estatuto da União dos Operários e Empregados da Companhia Petropolitana.” Na capa do estatuto há a indicação que estava conforme o artigo segundo do decreto 19.770, dando mostras de como a política nacional de Vargas vinha promovendo novas realidades naquele grupo operário de Petrópolis. Tal relação fica patente logo no primeiro artigo do estatuto:

Da Sociedade e seus fins

Art. 1º De acordo com o que preceitua o Decreto nº 19.770 de 19 de Março de 1931, fica organizada e constituída, sob a denominação de “União dos Operarios e Empregados da Companhia Petropolitana” uma sociedade de classe, fundada em 24 de março do anno de 1931, com sede em Cascatinha, segundo districto do Municipio de Petropolis, Estado do Rio de Janeiro<sup>215</sup>.

Entre os sócio-fundadores do sindicato lá estava a tecelã Júlia Benvenuti, filha de Giuseppe. Ela era a única mulher dentre os sócio-fundadores do sindicato, o que de certa

<sup>214</sup> GUAPPO, Teresa. Tribuna de Petrópolis. 1993

<sup>215</sup> O estatuto original de 1931 e completo está no Espaço Cultural da Estação de Cascatinha.

forma mostra que era dentre as operárias, a mais politizada e com maior representatividade no interior do grupo.

O que se tem de fato é a vinculação de Júlia Benvenuti ao sindicato como sócia-fundadora. Júlia era uma das poucas mulheres que ingressaram naquela entidade, dando a ver que a luta sindical e a participação política dos trabalhadores eram quase que exclusivamente relegadas aos homens, conforme afirma Elisabeth Souza-Lobo: “o sindicato é apresentado como um espaço masculino do qual as mulheres são excluídas; a luta é a luta dos homens” (op. Cit. 45). Dessa forma, a filiação de Júlia como sócio-fundadora é exemplo de exceção no comportamento geral das mulheres no interior da classe operária, mostrando que além da submissão que os homens relegavam à participação feminina no interior da classe operária, havia também exemplos de mulheres que não se integravam nesse quadro e se colocavam junto aos homens em papéis reivindicatórios e políticos entre os trabalhadores.

Segundo o Estatuto dos Operários e Empregados da Companhia Petropolitana, era considerado sócio-fundador o funcionário da Companhia que se filiou ao sindicato antes de sua oficialização pelo ministro do trabalho. Por meio da ficha cadastral de Júlia no sindicato, pode-se ver que nessa ocasião ela se casou, de forma que passara a se chamar Júlia Benvenuti Siniscalehi.<sup>216</sup> Após procurar dentre a ficha dos operários, não foi possível encontrar nenhum suposto esposo de Júlia, nem tal informação está contida em qualquer documento. Talvez seu marido não tenha sido um operário, mas provavelmente também não era nenhum potentado local, tal como o que Maria Benvenuti conseguiu se casar

O casamento de Júlia ocorreu após a data de criação do sindicato, pois em sua ficha o sobrenome do marido é colocado à mão, sobre a versão datilografada com seu nome original. Ainda que o espaço referente ao estado civil esteja datilografado como “casada” isso não indica que tal espaço tenha sido preenchido no momento de confecção da ficha, pois na falta de marido e filhos, os espaços do estado civil e da presença de filhos ficavam em branco. Seguindo esse raciocínio, ao verificar a ficha de Júlia, pode-se ver que preencheram o espaço do estado civil quando ela se casou, escreveram “casada”, porém o espaço referente à informação se ela possuía filhos brasileiros está em branco, o que leva a pensar que ela não tenha tido filhos.

---

<sup>216</sup>

Ver a ficha de Júlia referente ao sindicato nos anexos. Documento 12

Os demais elementos iniciadores do *Sindicato dos Operários da Companhia Petropolitana* foram<sup>217</sup>: João Nunes da Costa (fundador), Julio Pissi (iniciador), Letizio Nogueira (iniciador). Todos brasileiros. Segundo o Estatuto dos Operários e Empregados da Companhia Petropolitana, considerava-se iniciador aquele ou aquela que assistiram a primeira reunião da entidade.

Outros operários aparecem como os primeiros sócios, tais como Altivo José da Silva, Angelina Maria Borsato de Sá, Angelo Nunes Daumas, Augusto Botelho de Mello, David Taboada, Dejalma Fernand, Domingos da Veiga Soares Sobrinho, Dorvalina Vieira Moreira. Esses operários não eram sócio-fundadores, mas estão entre os que se filiaram ao sindicato, cujas datas de filiação variam de 1932 a 1937.

O sindicato tinha a função, preceituada em seu estatuto de:

Empregar todos os meios e esforços em defesa de seus associados, quando injustamente punidos pelos dirigentes da fábrica ou pelos poderes constituídos pelo Estado, em abuso de autoridade perante os patrões, Ministro do Trabalho, ou ainda pelo Judiciário<sup>218</sup>.

Conforme o estatuto, só poderiam ingressar no sindicato os maiores de 18 anos que fossem funcionários da Companhia Petropolitana, além de ter boa reputação, ser indicado por alguém já filiado por meio de uma carta de recomendação e informar se possuía cônjuge e filhos brasileiros, no caso dos associados estrangeiros. A esse respeito, havia uma cota para estrangeiros que não deveria ultrapassar um terço dos membros afiliados.

Os afiliados deveriam pagar as cotas mensais ao sindicato e comparecer às reuniões do mesmo para votar nos assuntos de seu interesse. Deveriam, ainda, cumprir com assiduidade e interesse os cargos para os quais fosse eleito ou sorteado, indicar membros para o sindicato e tratar os colegas com esmero no esclarecimento de questões relativas aos assuntos sindicais. O estatuto afirma ainda que o associado não poderia discutir questões políticas dentro ou fora da sede do sindicato em nome da entidade, que não deveria, assim, ser ligada a qualquer tendência política.

O estatuto prevê os direitos dos trabalhadores associados, tais como propor medidas de interesse geral nas deliberações da Assembleia, a qual, todos os associados tinham livre acesso; valer-se de todas as “regalias” criadas pelo sindicato para os trabalhadores, tal como ter acesso à biblioteca; requerer uma convocação extraordinária da Assembleia, desde que em

---

<sup>217</sup> No espaço cultural da estação de Cascatinha tem a ficha de todos os operários citados.

<sup>218</sup> Estatuto dos Operários e Empregados da Companhia Petropolitana., p. 2

comum acordo com pelo menos mais trinta operários associados; fazer reclamações ao presidente da Seção ou aos delegados encarregados de cada um dos setores produtivos por ocorrências praticadas pela diretoria que ferissem o interesse geral; defender-se das acusações que lhes fossem feitas em no máximo quinze dias; se eleger a qualquer cargo do sindicato, desde que não estivesse respondendo por crime na justiça; não fosse ligado a nenhum partido político e nem afiliado a qualquer organização de trabalhadores paralelas ao sindicato; e tinha ainda o direito de recorrer ao ministro do trabalho no caso de alguma das leis do estatuto ser negligenciada pela Assembleia Geral.

O operário sindicalizado poderia ser expulso da associação nos casos de cometer furto, agressão física, crime infamante, faltar com a verdade no momento de sua filiação ou em qualquer outro procedimento tomado pelo sindicato. Mas também poderia ser expulso no caso de se filiar a alguma organização de trabalhadores que se formasse no interior da Companhia para coexistir com o sindicato. Nesse sentido, a tentativa de “despolitização” no interior do sindicato parece evidente no artigo do estatuto que prevê expulsão daqueles que discutirem credos políticos no interior da União.

Além da expulsão, havia uma penalidade mais leve que consistia em ser banido das regalias oferecidas aos associados, sem que, no entanto, o indivíduo que sofresse essa punição se visse livre das mensalidades que deveria pagar ao sindicato. As infrações previstas para esse tipo de punição basicamente eram; tentar ludibriar qualquer um dos poderes da União; difamar algum associado que estivesse praticando ações da união; se portar inadequadamente durante as atividades da União mesmo após ser advertido; adotar práticas que contrariem a União, tal como fazer parte de jogos proibidos, e também recusar-se a fazer os deveres solicitados pela União, desde que tal recusa prejudique os demais operários; não comparecer à convocação que for feita por meio de documento do sindicato ou não obedecer alguma de suas deliberações.

As suspensões não duravam menos de quinze dias nem mais de seis meses.

Os associados poderiam ser suspensos no caso de atrasar a mensalidade do sindicato por mais de três meses sem justificar, com razões adequadas, o porquê do atraso. Perderiam, ainda, o direito de serem sócios aqueles que atrasassem a mensalidade por seis meses sem a devida justificativa.

O estatuto também previa a suspensão dos diretores da União no caso de não cumprirem com zelo o seu dever, faltar à posse do cargo sem avisar, faltarem três sessões seguidas ou seis intercaladas.

Já prevendo uma baixa frequência dos operários no início de suas atividades, o estatuto previa que as reuniões deveriam ter convocação com três dias de antecedência e só ocorreriam havendo no mínimo um terço dos associados presentes. Não havendo esse número, proceder-se-ia a nova reunião, que funcionaria independentemente do número de presentes. A esse respeito, previa-se uma assembleia geral, no dia 24 de março, e quantas assembleias ordinárias fossem necessárias ao longo do ano, sempre com o aviso prévio de três dias de sua realização.

Nessas assembleias gerais deveria ocorrer a eleição, destituição ou julgamento das autoridades competentes da União, tais como a Diretoria e os Delegados Fiscais. Essas autoridades tinham mandato de apenas um ano, iniciando-se sempre após a Assembleia de 24 de março e encerrando-se em ocasião da mesma assembleia do ano seguinte, sem direito à reeleição. Previa-se também que nenhum membro acusado de qualquer tipo de delito poderia participar da votação e tampouco da reunião em que lhe julgavam os atos. Além disso, na Assembleia Geral buscava-se reformar ou revogar os estatutos.

O estatuto se encerra reiterando que sua área de abrangência era restrita às fábricas da Companhia Petropolitana. Concomitantemente a este sindicato da Companhia Petropolitana havia outro, situado no primeiro distrito de Petrópolis e que atendia às demais indústrias têxteis; dentre elas São Pedro de Alcântara, Cometa e Dona Isabel

Essa existência mútua mostra a tendência sindical do período, diferentemente de hoje em dia, onde a legislação prevê que haja uma circunscrição mínima de um sindicato por município. A tendência de associar uma única representação sindical por município é uma herança deixada pelo Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945). Até os dias de hoje, existe tal condição na legislação brasileira, essa limitação sindical a uma representação por município gera a obrigatoriedade de o trabalhador se filiar ao único sindicato. A esse respeito, Adalberto Moreira Cardoso<sup>219</sup> considera tal lei como uma permanência conservadora na Constituição de 1988.

De qualquer forma, o sindicato da Companhia Petropolitana manteve suas atividades até o final dos anos 70, quando foi desligado e incorporado ao sindicato central dos trabalhadores têxteis que se situa no primeiro distrito. A medida pode ser entendida pelo lado em que a Companhia estava em seus últimos anos de existência e também pelo que afirma o

---

<sup>219</sup> CARDOSO, Adalberto Moreira. **Sindicatos, Trabalhadores e a Coqueluche Neoliberal**. A Era Vargas acabou? Rio de Janeiro: FGV. 1999

presidente do sindicato têxtil atualmente, Vanilton Reis, que afirmou ter sido a Constituição de 1988 determinante para que se tornasse inviável a existência de dois sindicatos para a mesma categoria no mesmo município<sup>220</sup>.

O sindicato têxtil do primeiro distrito foi criado em 01 de novembro de 1931, quase oito meses depois do sindicato da Companhia Petropolitana, tendo sido reconhecido pelo governo em 1934<sup>221</sup>. O sindicato funcionava numa sede própria, instalada em um casarão de dois pavimentos situado na Rua Marechal Deodoro que depois deu lugar ao edifício Monte Castelo, no qual o Sindicato continua suas atividades instaladas em algumas de suas salas.

O sindicalismo oficial dos anos 30 partia de uma estratégia do governo em criar uma imagem pacífica e harmônica entre o capital e o trabalho ou entre patrões e empregados. Dessa forma, a criação de uma legislação social e o controle dos sindicatos era tratada pelo Estado como uma benevolência concedida aos trabalhadores, que na mesma imagem passada pela propaganda do Estado eram protegidos e assegurados pelas ações governamentais no campo da justiça do trabalho e nada teriam de benefícios se não fosse a ação regulamentadora do Estado Vargas. Era uma ideologia do Estado que buscava se legitimar<sup>222</sup>.

A plataforma do governo Vargas adotava três pontos que eram base<sup>223</sup>; o primeiro diz respeito ao processo de centralização político-administrativa, conferindo ao Estado uma feição autoritária e poderosa na articulação das decisões políticas e econômicas do Brasil. O segundo é a busca do desenvolvimento da nação ao se privilegiar o setor industrial, antes desconsiderado em nível político, sem que, no entanto, abandonasse a valorização do polo agrário-exportador da economia. E o terceiro ponto volta-se à política sindical direcionada à legislação trabalhista que contemplasse os anseios do mundo do trabalho e dessem ao governo

---

<sup>220</sup> As informações do presidente do sindicato foram concedidas em uma de minhas buscas no citado sindicato em busca de documentos. Vanilton afirmou ainda que boa parte da documentação foi confiscada e queimada no advento do golpe militar de 1964, o que prejudicou muito a pesquisa em tempos mais remotos do sindicato.

<sup>221</sup> SILVA, Rubens. Sindicato dos Têxteis já foi um dos maiores do Estado. **Tribuna de Petrópolis**. 11 de janeiro de 2001 página 4.

<sup>222</sup> MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**. São Paulo: Editora Expressão Popular. 2009. O autor traz na página 72 a transcrição de parte do discurso do ministro do trabalho Macondes Filho no programa radiofônico “A Hora do Brasil” que ilustra o discurso governamental em criar a ideia de desmobilização operária em lutar pelos seus direitos e o conseqüente “pacto social” feito pelos trabalhadores em deixar os sindicatos na mão do Estado para que este o fizesse.

<sup>223</sup> MATOS, Marcelo Badaró. Op. Cit.

os créditos por ter pacificado os conflitos entre capital e trabalho, bem como por ter assegurado o direito dos trabalhadores frente às injustiças e explorações que sofriam no período da República Velha.

Dessa forma, tal legislação social é composta por quatro pilares<sup>224</sup>: o primeiro é a legislação previdenciária que veio desenvolver experiências já praticadas nos anos 20 como as aposentadorias e pensões. Era uma soma de contribuições vindas do Estado, dos patrões e dos empregados que garantiria a seguridade social. O segundo pilar diz respeito às leis trabalhistas que se voltavam a regulamentar questões relativas às jornadas de trabalho, férias, pisos salariais, entre outras medidas relacionadas ao trabalho em si. O terceiro pilar é a legislação sindical que assegurava o controle do Estado sobre os sindicatos, restringindo o número de sindicatos por região e intervindo em suas decisões. O último pilar diz respeito às leis que abrangiam a conduta a ser tomada pelo Estado nos conflitos de natureza trabalhista; exemplo disso está no Estatuto dos Empregados e Operários da Companhia Petropolitana, que prevê a possibilidade de um de seus associados recorrer à Justiça do Trabalho no caso de não cumprimento das normas sindicais.

O que Marcelo Badaró afirma a respeito de o Estado criar uma imagem de vulnerabilidade e inoperância por parte dos trabalhadores, para assim justificar sua ação no sentido de protegê-los contra a exploração do capital, é encarado como uma espécie de ideologia, uma vez que os trabalhadores não estavam de tal forma inoperantes e tinham formas já desenvolvidas durante a República Velha de defender seus interesses. A esse respeito, percebe-se como em Petrópolis no ano de 1918 houve por parte do operariado do primeiro distrito uma forte resistência grevista e luta por melhores condições de trabalho, inclusive com a atuação da União dos Trabalhadores Têxteis, criada pelos próprios trabalhadores, anos antes do sindicalismo oficial.

A partir dos anos 30, formados os sindicatos oficiais, reconhecidos e tutelados pelo Estado, caberia a estes em junção com o Ministério do Trabalho enfrentar a competição com outras organizações trabalhistas formadas ao longo da República Velha e que buscavam lutar pelo direito dos trabalhadores de forma desatrelada do Estado. O Estatuto dos Empregados e Operários da Companhia Petropolitana prevê em mais de uma ocasião o banimento, impossibilidade de filiação, impossibilidade de candidatar-se a qualquer operário que estivesse vinculado a algum grupo congênere ao sindicato.

---

<sup>224</sup> MATOS, Marcelo Badaró. Op. Cit.

A filiação e o reconhecimento não eram obrigatórios pelo Estado. Entretanto, o governo federal restringia o acesso às medidas protetoras somente aos trabalhadores sindicalizados em instituição reconhecida conforme o Decreto nº 19.770 de 19 de Março de 1931, o que significava uma pressão evidente no sentido de ter como filiados os sindicatos de maior perspectiva combativa e contrários à tutela estatal sobre os sindicatos.<sup>225</sup>

Isso faz supor que a filiação sindical correspondia a uma estratégia no campo do direito trabalhista e não uma total entrega dos seus destinos na mão do Estado. Paulo Henrique Machado<sup>226</sup> afirma que no início dos anos 30 ocorre em Petrópolis a busca dos sindicatos, tanto o de Cascatinha quanto o do primeiro distrito, em serem reconhecidos e oficializados pelo Ministério do Trabalho. O enfraquecimento dos comunistas após as perseguições e prisões que seguiram às eleições de 1929 e o contexto de crise econômica do início dos anos 30 são apontadas como causas para que em Petrópolis não houvesse uma resistência acirrada dos sindicatos têxteis em serem filiados pelo Estado.

O que desperta alguma dúvida é o fato de apenas o Sindicato de Cascatinha ter sido reconhecido pelo governo no início dos anos 30. O sindicato do primeiro distrito, conhecido como Sindicato dos Operários de Fábricas de Tecido de Petrópolis (S.O.F.T.P.) só foi reconhecido em 1934, conforme apresentado acima. Certamente esse sindicato teve uma participação maior de comunistas em seu conjunto. O que corrobora essa hipótese pode ser ilustrado na maneira com que o diretor deste sindicato, Henrique Dias de Oliveira, saúda o operário jornalista João Dias Carneiro pela coluna que este lança no Jornal de Cascatinha intitulada “Pelo Proletário”. Eis a fala do diretor:

Petrópolis 15 de Novembro de 1934.  
Ao camarada João Dias Carneiro.  
Saudações proletárias:  
É com grande satisfação que venho trazer as minhas felicitações ao diretor do “Jornal de Cascatinha”, simpático semanário do qual sou assíduo leitor e assinante, pela nova coluna que acaba de ser efetivada, coluna esta que só tratará de assuntos proletários.  
É digno de registro este acontecimento no meio da classe da qual faço parte, por ser isto uma das coisas que já há muito vinha faltando no nosso meio, podendo-se assim acreditar no progresso da classe trabalhadora.  
Sem mais, quero hipotecar minha solidariedade proletária, assinando-me.  
Henrique Dias de Oliveira.  
Diretor do S.O.F.T.P.<sup>227</sup>

<sup>225</sup> GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Relume Dumaré. 1994. PP. 150-151

<sup>226</sup> MACHADO, Paulo Henrique. *Op. Cit.* p.67

<sup>227</sup> Jornal de Cascatinha. 25 de novembro de 1934. Apud. MACHADO, Paulo Henrique. *Op. Cit.* PP. 68-69

Paulo Henrique Machado afirma em relação a este texto que revela:

A presença dos comunistas na cidade, bem como a simpatia de João Dias Carneiro por estes, embora não fizesse parte do partido. Além disso, a julgar pela forma como o autor do texto se dirige a João Dias Carneiro, o seu cargo no sindicato e as posições políticas adotadas pelo S.O.F.T.P. no período, acreditamos que os comunistas estivessem no controle desse sindicato em 1934<sup>228</sup>.

Verifica-se a presença de dois sindicatos têxteis na Petrópolis proletária do início dos anos 30. Conforme apresentado acima, a postura jornalística do operário João Dias Carneiro agradava aos anseios dos agentes que detinham o controle do sindicato do primeiro distrito, indivíduos de claro linguajar comunista. Por outro lado, também há a indicação de Paulo Henrique Machado de haver por parte de João Dias Carneiro “simpatia” pelos comunistas, ainda que reitere a não vinculação do jornalista ao partido. Dessa forma, como se deu a trajetória de João Dias Carneiro no meio proletário de Petrópolis? Como ocorre a vivência deste agente histórico em virtude de seu comprometimento social junto à causa operária em seu jornal? Eis questões que se analisa agora, mantendo a premissa de articular, sempre que possível, a vida cotidiana dos atores históricos ao contexto amplo das dinâmicas políticas e econômicas do período tratado.

A vida de João se voltou à questão operária. Casou-se como Leocádia Dias Carneiro, com quem teve sete filhos. De todos os filhos, dois tinham grande aproximação junto ao jornal; Leide, apelidada de Lola, e Lester. Trabalhavam com o pai na tipografia do jornal situada nos fundos da casa

O operário jornalista em dado momento abandonou suas atividades na Companhia Petropolitana a fim de se dedicar exclusivamente aos afazeres do Jornal e à sua vida política que vinha se delineando. Certamente, a decisão de abandonar a Companhia se deu após João Dias Carneiro perceber que seu periódico já não corria mais os riscos de falência que sofreu em 1929. Em sua atividade como jornalista fica claro o comprometimento que sempre teve com a causa operária, ainda que, lembrando, não fosse filiado a qualquer partido.

Assim mesmo, o operário jornalista era membro do sub-diretório da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em Cascatinha. Nas eleições que se procederam em 1934, João Dias

---

<sup>228</sup>

MACHADO, Paulo Henrique. *Op. Cit.* P. 69

Carneiro entrou ativamente na vida política, deixando de comentá-la em seu jornal para tornar-se candidato a deputado pela Frente Única Operária, sendo derrotado<sup>229</sup>.

Nessa relativa estabilidade constitucional que se alcançou com a Constituinte de 1934 até o segundo semestre de 1935 há um momento de grandes mobilizações dos sindicatos, havendo grande número de greves dos trabalhadores na luta pela democratização do Brasil, com grande atuação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) nesse processo.<sup>230</sup>

Paulo Henrique Machado vai além da relativa estabilidade constitucional e credita à melhoria das condições econômicas e à conscientização crescente dos operários petropolitanos a retomada das ações combativas e a eclosão de inúmeras greves.<sup>231</sup>

As organizações entre os comunistas foram comuns durante a Primeira República em movimentos de conscientização e luta que visavam politizar o operariado por meio da difusão ideológica e de práticas como a criação do Comitê Nacional de Socorro Operário Internacional, que visava ajudar os operários alemães que passavam por diversas privações com o advento da I Guerra Mundial. É dentro dessa tendência organizatória comunista que irá deflagrar-se a Aliança Nacional Libertadora (ANL) em uma frente comum contra o fascismo vigente nos anos 30.

Esse movimento era mais amplo e representava um novo direcionamento das ações comunistas. Ou seja, até então as determinações do VI Congresso da Internacional Comunista (IC) giravam em torno do isolamento dos partidos comunistas na luta contra as demais tendências operárias e contra a burguesia. Foi no VII Congresso, ocorrido em 1935, que houve uma mudança de tática, com a crescente ameaça do fascismo, o isolamento é abandonado e se passa a defender a união entre comunistas com as demais tendências verificadas dentre o operariado e com a burguesia liberal.

Na França, a Frente Popular ilustra essa nova estratégia de ação comunista que recebe enorme apoio popular que resulta na eleição do socialista Leon Blum para presidente da República em 1936. No Brasil, surge a ANL em 1935 que consegue também grande apoio popular e é resultado da estratégia conciliatória da VII Internacional<sup>232</sup>.

---

<sup>229</sup> MACHADO, Paulo Henrique. Op. Cit. P.78

<sup>230</sup> MATOS, Marcelo Badaró. Op. Cit. PP. 67-68

<sup>231</sup> MACHADO, Paulo Henrique. Op. Cit. P. 67

<sup>232</sup> CARONE, Edgar. Op cit p. 23

Os sindicatos tinham grande participação nas manifestações da Aliança Nacional Libertadora (ANL), faziam-se presentes em comícios organizados para protestar contra os fascistas e, por conseguinte contra os integralistas, visto ser um movimento de nítida inspiração fascista.

O operariado brasileiro passou por constantes e violentos protestos contra o Movimento Integralista Brasileiro nos idos de 1934 e 1935. As manifestações eram constantes nas regiões mais industrializadas. Podiam ser movimentos de protesto localizados e que não envolviam confronto direto, tal como era a manifestação dos operários de Três Rios, região centro-sul do Estado do Rio de Janeiro, que se aglutinavam na Praça da Autonomia, situada naquela cidade, para promover manifestações contrárias aos integralistas. Por outro lado, podiam tais movimentos terminar em confronto direto e tiroteio deflagrado tanto do lado operário como do lado integralista. Cita-se, a esse respeito, os tiroteios que dispersaram os camisas-verdes (denominação dos integralistas) que desfilavam em São Paulo em 1934 na Praça da Sé e em 1935, na Avenida Paulista.<sup>233</sup>

A adesão de camadas operárias, de elementos da pequena burguesia liberal e dos tenentes faz com que o crescimento da ANL fosse extensivo a ponto de ameaçar o governo de Vargas, que colocou o movimento na ilegalidade em 05 de junho de 1935.<sup>234</sup> Em virtude disso, os trabalhadores de Petrópolis viveriam uma das mais importantes páginas de sua História no movimento que se travou naquele mês de junho de 1935.

### **3.3.2 Petrópolis em luta: junho de 1935**

O ano de 1935 foi marcado por ondas de protesto por parte do operariado de Petrópolis. Já em fevereiro houve na Companhia Petropolitana uma paralisação decorrente da decisão da diretoria de acrescentar mais uma hora de trabalho por oito dias a fim de compensar a folga de uma quarta-feira de cinzas. O jornal de Cascatinha assim notifica a manifestação:

Os operários da Companhia Petropolitana declaram-se em greve no dia 7!  
Declarando-se contrários a um aviso que foi affixado na parede antes do carnaval, dizendo não trabalhar esse importante estabelecimento fabril na quarta-feira de

<sup>233</sup> CARONE, Edgar Op. cit p. 14

<sup>234</sup> a ANL passa a adotar uma posição golpista que resultará nas frustradas tentativas de golpe em 1935. Com a derrota, a ANL e o PCB são obrigados a recuar, tendo a ANL sumido “lenta e inexoravelmente” dentro da ilegalidade. CARONE, Edgar op. cit p. 23

cinzas, em compensação, porém, deveriam os operários trabalhar uma hora a mais nos primeiros oito dias subsequentes, até desferrar o dia perdido, os trabalhadores de uma secção, em número aproximado de 400, fizeram uma greve de protesto, logo após o almoço, na quinta-feira, estendendo-se a outras secções, tendo às 4 hora (uma hora antes) paralisado outras secções como protesto também.<sup>235</sup>

Resolvido em embate em Cascatinha a favor dos operários, viu-se no mês de junho o momento mais efervescente da luta do operariado em Petrópolis. Assim vinha se configurando o confronto entre aqueles trabalhadores, dos quais muitos eram ligados à Aliança Nacional Libertadora (ANL), contra os Integralistas, que possuíam muitos adeptos dentre proprietários, comerciantes e também entre seguimentos de trabalhadores no comércio e em menor parte nas indústrias. O confronto entre as duas partes era, para não se dizer uma certeza, uma grande possibilidade, havendo um constante clima de instabilidade social.

Quando nos deparamos com dois jornais petropolitanos daquele período, percebemos bem qual era a realidade que se vivia então e o posicionamento daqueles jornais na diátribe política. A Tribuna de Petrópolis vinha como um periódico de maior circulação e só não circulava nas segundas-feiras, saindo em todos os demais dias da semana. O Jornal de Cascatinha, tal como vimos, era um jornal de franca tendência operária, voltado para o lado dos trabalhadores e declaradamente antipatatizado pelo movimento integralista. Ambos refletem bem a tensão e os passos da luta que se verificou em Petrópolis naquele ano.

A Tribuna de Petrópolis fazia questão de se declarar neutra na disputa em questão, mas era o jornal escolhido pelos integralistas para anunciarem suas reuniões e fazerem propaganda das mesmas. No dia 08 de junho via-se na Tribuna Pequena uma nota da Ação Integralista Brasileira convidando seus associados católicos e quem mais se interessar para a reunião do grupo. Exigia o comparecimento de todos portando uniformes. Já no dia seguinte, trazia nota a respeito da reunião dos integralistas ocorrida na quinta-feira anterior. No mesmo, é possível ver a propaganda ao Integralismo como "verdadeira revolução cívica do Brasil" e a descrição de toda a efervescência dos seus seguidores camisas-verdes. Por outro lado, não se fazia qualquer menção ao comício dos aliancistas que dar-se-ia no dia nove.

O Jornal de Cascatinha, ao contrário da Tribuna, dava larga vazão às ações dos membros da ANL e noticiava em sua edição do dia 09 como tinha sido o comício realizado por estes em São José do Rio Preto, até então o sexto distrito de Petrópolis e que hoje em dia é um município autônomo.

---

<sup>235</sup>

Jornal de Cascatinha, número 397, 1935, p.2

É digno de nota a descrição minuciosa que se faz do embate entre integralistas e aliancistas por ocasião desse evento no então sexto distrito de Petrópolis. Os integralistas em São José destruíram uma ponte municipal que dava acesso àquela região para evitar a chegada dos aliancistas, ao que não conseguiram pois os caminhões com os aliancistas passaram pelas estivas da ponte chegando ao destino e fazendo o comício. No comício, falaram figuras de destaque da ANL, tais como Roberto Sisson e Carlos Lacerda, dentre vários trabalhadores. Na volta, os integralistas cerraram até mesmo as estivas, ao que os aliancistas foram obrigados a passar por um pequeno sítio, danificando a lavoura de seu proprietário, que segundo o jornal, foi indenizado. Ainda o redator do Jornal de Cascatinha faz alusão à necessidade dos integralistas indenizarem à municipalidade pela destruição da ponte feita pelos camisas-verdes.

O Jornal de Cascatinha noticia o fato ao mesmo tempo que faz propaganda da ANL em trechos como:

Liberdade, emancipação econômica do povo e do Brasil, sociocracia das massas, pão aos que tem fome e as terras para os que nellas trabalham regada com o seu próprio sangue através gerações e gerações de trabalhadores escravos dos fazendeiros – tudo isso, senhores – constitue um espantinho verdadeiro aos interesses dos prejudicados, elites, os da Acção Integralista Brasileira, combatem a Alliança Nacional Libertadora, verdadeiro movimento patriótico nacional, victorioso em toda a linha, porque de facto é a expressão sincera da camada trabalhista, fonte de todo o progresso de um povo, de uma nação, de toda uma humanidade<sup>236</sup>

O Jornal ainda conclama o povo ao comparecimento no Comício que se realizaria então em Petrópolis, naquele dia 09 às 04 horas da tarde, na Praça Dom Pedro II.

Foi justamente nesse comício que os ânimos entre aliancistas e integralistas chegaria ao cume. A tensão naquele dia começara já de madrugada. A Tribuna de Petrópolis<sup>237</sup> noticiou que nas primeiras horas do dia 09 quando o operário João Becker teria ferido a facadas o integralista Matheus Hang, empregado em um estabelecimento comercial, por conta do encontro desses grupos rivais na avenida 15 de novembro. O clima para o comício na parte da tarde era, portanto, o mais hostil.

Juntaram-se às 16 horas na idílica Praça Dom Pedro II para o protesto dos aliancistas. Naquele momento não havia como negar o proletariado da cidade imperial, tomando a praça

<sup>236</sup> Jornal de Cascatinha. 09 de junho de 1935

<sup>237</sup> Tribuna de Petrópolis. 11 de junho de 1935

do patrono no início de uma manifestação que mostrava o grau de amadurecimento político dos trabalhadores petropolitanos. Na praça falaram ao povo e partiram mais de duas mil pessoas, tal como afirma o Jornal de Cascatinha,<sup>238</sup> pela Avenida 15 de Novembro, atual Rua do Imperador, tendo como destino a Praça da Liberdade, aonde o comício continuaria.

Iniciada a passeata, foram até na junção das Avenidas 15 de Novembro com a Rua João Pessoa<sup>239</sup> passaram em frente à sede do movimento Integralista, justamente pelo reduto do principal inimigo político. Pararam ali por um instante, fizeram-se perceber aos adversários mostrando a grandiosidade do protesto e sua força. O clima era o mais instável, a situação era por demais ousada e não tardou para que se ouvisse o barulho dos tiros.

Os tiros foram seguidos por granadas, várias pessoas se feriram e um operário foi gravemente atingido em sua cabeça pelos estilhaços de uma granada; trata-se de Leonardo Candú, trabalhador têxtil da Companhia Dona Isabel. Candú ainda foi levado com vida para o Hospital Santa Teresa, mas não resistiu.<sup>240</sup>

A Tribuna coloca-se de forma crítica frente ao movimento e às desgraças que se seguiam, informa que o sepultamento do operário foi feito às expensas do Sindicato dos Operários em Fábricas de Tecidos. Em seguida, o jornal noticia o início da grande greve que se prosseguia ao assassinato de Candú, afirmando inclusive que o mesmo fora cometido por "integralistas". Uma junta aliancista ficou encarregada de ir a cada uma das companhias têxteis providenciar junto à gerência a paralisação das atividades e até mesmo o comércio fechou suas portas durante o dia. Houve, ainda, o reforço policial vindo de Niterói para atuar em novas refregas que, no entanto, não chegaram a ocorrer.

À noite, na sede dos Aliancistas, na Rua Marechal Deodoro, houve um grande comício no qual ficou decidida a permanência da greve. A Tribuna noticia ainda que importantes membros da Aliança Nacional estiveram presentes, tais como Evaristo de Moraes, João Mangabeira, Nicanor do Nascimento e Tenente Coronel Cabañas<sup>241</sup>. Discutiu-se naquele comício medidas de auxílio à família de Candú. Nesse momento, há por parte do jornalista da Tribuna de Petrópolis a alegação de que aquele periódico não era partidário de nenhuma das

---

<sup>238</sup> Jornal de Cascatinha. 16 de junho de 1935

<sup>239</sup> Atualmente junção da Rua do Imperador com a Rua Dr. Sá Earp

<sup>240</sup> A causa da morte de Leonardo Candú é apontada no Jornal de Cascatinha como que em decorrência dos estilhaços de granada que feriram sua cabeça. Ver Jornal de Cascatinha de 16 de junho de 1935

<sup>241</sup> Tribuna de Petrópolis. 11 de junho de 1935

duas correntes e que estava à disposição dos leitores que quisessem colaborar com a viúva e as três filhas menores de Leonardo Candú.

A morte de Leonardo Candú é noticiada pelo Jornal de Cascatinha de forma mais passional e revoltada do que o verificado na tradicional Tribuna. O fato de operário ter sido mortalmente ferido na cabeça por estilhaços de uma granada era salientado como marca da força brutal com que os Integralistas se colocavam contra os trabalhadores. O Jornal é enfático em ver o movimento como um atentado à classe operária e conchamar o povo contra os integralistas, ao contrário da Tribuna; que via o desastre com uma fatalidade que criava uma nódoa na *pax-petropolitana* que então o Jornal defendia.

Outras categorias se mobilizaram com o ocorrido. Os ferroviários e o sindicato dos padeiros estiveram diretamente ligado aos têxteis e se colocaram em consonância a estes no sentido de integrar a greve geral. O apoio desses outros trabalhadores seria apenas por três dias, assim como muitas fábricas pequenas que voltaram ao trabalho pouco tempo depois, supostamente em função da maior coerção que os patrões tinham quando o número de empregados era reduzido<sup>242</sup>.

Após a morte do operário e a deflagração da greve geral, houve seguidas reuniões dos aliancistas na sede do sindicato dos têxteis no centro de Petrópolis (não havendo o mesmo no sindicato de Cascatinha). A Tribuna de Petrópolis<sup>243</sup> noticia como tinha sido a reunião dos Aliancistas na noite do dia 11 e a expectativa de se prosseguir na greve que então havia se iniciado. A esposa de Leonardo Candú esteve presente à reunião, salientando a honra de seu marido assassinado como justificção do prosseguimento da greve. Membros da Aliança Liberal de outras cidades, tais como Niterói e Nova Friburgo, enviaram palavras de apoio. Em seguida o periódico descreve objetivos dos operários com a greve: Combater os grupos armados de integralistas, zelar pelo cumprimento integral das leis sociais, zelar pela melhoria das condições de trabalho dos operários da Fábrica Aurora, melhorar da condição de trabalho dos padeiros e fazer com que se respeitasse a jornada de oito horas de trabalho. A Tribuna salienta a ação do prefeito municipal José de Carvalho Jr em encerrar a greve em prol do bem geral. Nessas e noutras passagens, o periódico se mostra contrário à greve como uma ação que traria à desordem pública. Salienta, inclusive, que as fábricas que fossem ter jornada de trabalho regular teriam proteção policial com reforço no policiamento.

---

<sup>242</sup> MACHADO, Paulo. Op. Cit. p. 86

<sup>243</sup> Tribuna de Petrópolis. 12 de junho de 1935

Havia então por parte da Tribuna de Petrópolis a expectativa de retorno ao trabalho que não se concretizava, dada a permanência da greve que já paralizava o trabalho nas fábricas ao longo de toda a semana. Houve movimentação em frente às fábricas paralizadas, nem a garantia policial possibilitou o retorno ao trabalho nas fábricas maiores. A Companhia Petropolitana também mantinha-se em greve.

A solidariedade de membros da ANL de outras cidades persistia com cartas de incentivo vindas do Rio de Janeiro, de Juiz de Fora, Belo Horizonte, entre outros lugares. Em uma nota, a Tribuna de Petrópolis<sup>244</sup> expõe os objetivos da ANL citando o boletim assinado pelo secretário da ANL Roberto Sisson. O documento divide-se em cinco exigências básicas: 1) suspensão do pagamento da dívida externa, 2) nacionalização imediata das empresas estrangeiras, 3) proteção aos pequenos e médios trabalhadores rurais, inclusive com redistribuição de terras, 4) Liberdades populares aos trabalhadores, incluindo brasileiros e estrangeiros, 5) Constituição de um governo popular e democrático. Tais exigências foram publicadas também no Jornal de Cascatinha na edição de 16 de junho.

A Tribuna traz uma nota na qual a repercussão dos acontecimentos ocorridos em Petrópolis vinham sendo alardeados de forma exagerada na cidade do Rio de Janeiro e que tal fato acabou por causar a desistência de investidores cariocas que não se interessaram mais em comprar terrenos em Petrópolis. Ao que tudo indica, aquele diário petropolitano parecia se preocupar acentuadamente com os interesses econômicos de Petrópolis e o choque que os eventos de então vinham causando na sua visão de cidade veraneio, antiga pousada imperial; o Jornal de Cascatinha, por sua vez, se preocupava com o ultraje sofrido pelos trabalhadores e a perspectiva de se melhorar a vida do operariado e aplicar a justiça ao crime dos integralistas.

Na sexta-feira, dia 14 de junho, a greve se encaminhava para a primeira semana de paralização. A Confederação Sindical mantinha o protesto e recebia apoio de outros movimentos têxteis de Magé e do Rio de Janeiro. A reunião da noite anterior no núcleo da ANL é retratada pela Tribuna de Petrópolis de forma a se insinuar o desfecho da greve, uma vez que havia poucos operários presentes. Houve baixo comparecimento e o jornal descreve a ação de um operário presente que acusou os faltosos de traidores e incitou os presentes a manter o propósito. O jornal afirma ainda que havia expressões de desânimo entre os associados, mas que após o discurso de Roberto Sisson houve um aumento de entusiasmo,

---

<sup>244</sup>

Tribuna de Petrópolis. 16 de junho de 1935

acrescido pelas declarações de apoio que continuavam vindo de outros núcleos da ANL de outras cidades. Colocava-se grande expectativa na reunião aliancista que se processaria na noite daquele dia. A expectativa girava em torno da possibilidade de encontrar termos que decidissem pelo fim da greve dos trabalhadores têxteis em função da presença em Petrópolis de representantes do ministério do trabalho.

A greve dos operários persistia e aumentava com a adesão dos trabalhadores da fábrica de seda do Bingen que haviam retomado ao trabalho e agora retomaram à greve. Alguns operários do Meio da Serra e do Bingen foram presos em protesto, mas que tão logo foram soltos. Em Nova Friburgo os trabalhadores vinham se reunindo a fim de discutir o sucesso do operariado petropoliano e se solidarizaram com a sorte de Leonardo Candú, de forma que este teria seu nome dado à escola que funcionava sob o patrocínio da União dos Trabalhadores.

Em Petrópolis, o representante do Ministério do Trabalho, Julio Muller atuou na tentativa de conciliar os interesses e por fim à greve, medida enaltecida pela Tribuna. Esta anuncia, para o dia seguinte, dia 17 de junho, uma importante reunião no sentido de se discutir os termos para o fim da greve. Naquela reunião estariam presente: um representante do ministério do trabalho, um dos operários em greve, um dos patrões, um da polícia do Estado, um da prefeitura e um da ANL. Sisson representaria as classes operárias na reunião e Sylvestre Maia a frente única sindical. O jornal noticia ainda que os operários apresentariam como pressuposto preliminar ao encerramento da greve a exigência de continuarem a trabalhar em seus postos e não terem rebaixamento de salário em razão da greve.

A reunião para por fim à greve, entretanto, não ocorreu em razão de um combate entre policiais e manifestantes no Morin, local aonde se situavam algumas fábricas. O fato foi tratado com enorme pesar por parte da Tribuna de Petrópolis<sup>245</sup>, visto que a greve vinha se encaminhando para o seu desfecho, inviabilizado pelo episódio.

O embate começou na noite de domingo, quando foram distribuídos panfletos conclamando os operários a retornarem às suas funções no dia seguinte, dando a greve por encerrada. Tais folhetos, entretanto, não tinham sido autorizados pela assembleia. Dessa forma, no dia seguinte havia grande quantidade de pessoas próximas aos estabelecimentos industriais, inclusive no Morin, aonde policiais destacados para garantir o retorno ao trabalho daqueles que assim quisessem teriam ido revistar um grupo de cinco pessoas. Estes não aceitaram a revista e travou-se um confronto no qual o policial José Leopoldo Tinoco de

---

<sup>245</sup>

Ver Tribuna de Petrópolis 18 de junho de 1935

Azeredo foi mortalmente ferido a bala.. Ele tinha 22 anos e vinha de Niterói para prestar reforço policial. O assassino foi apontado como o redator do jornal carioca “Avante” José Antunes de Almeida que confessou haver disparado em seu revólver, mas não em direção ao policial. Além dele, outras pessoas foram presas. Tal fato havia ocorrido às 7 horas da manhã. Durante o decorrer do dia a polícia foi à sede da ANL e do sindicato na Rua Marechal Deodoro afim de tomar as medidas cabíveis. Os policiais entenderam o assassinato como um ataque direto à sua instituição, de forma que não só interditaram a sede como também quebraram aparelhos de rádio e quadros contidos em seu interior. O Jornal repudiou a violência e salientou que a polícia deveria ter interditado a sede da ANL, não permitido as reuniões que lá vinham se processando no lugar de somente após ocorrido a tragédia resolver fechá-la. O jornal, entretanto, reitera sua neutralidade no tocante às partes em conflito.

Enquanto a Tribuna afirma ser a vítima um policial das tropas de reforço vindas de Niterói para abrandar a tensão que Petrópolis vivia, o Jornal de Cascatinha diz ser o mesmo um investigador integralista<sup>246</sup>. Além disso, o Jornal de Cascatinha afirma que os policiais invadiram o sindicato dos operários em Petrópolis e destruíram tudo, inclusive a caixa de socorros à viúva de Candú, atirando o dinheiro na rua, contando ainda com furtos e depredações. Enquanto a Tribuna critica a invasão ao sindicato como uma atitude brutal sobretudo pela violência em si, o Jornal de Cascatinha critica pela ofensa aos trabalhadores e traz pontos que não foram abordados pela Tribuna, tal como o assalto à caixa de auxílio à viúva de Candú.

Em um tom mais voltado para a causa dos trabalhadores, o jornal cascatinhense afirma resolutamente que a polícia estava ao lado dos integralistas ao comparar a morte de Candú com a do suposto investigador integralista no Morin; enquanto o primeiro fora assassinado sem que a polícia sequer investigasse a sede dos integralistas (local do disparo), a morte do investigador integralista foi seguida do assalto policial ao sindicato dos têxteis e à ação destruidora que se processou.

No dia 18 de junho os aliancistas conseguiram foro judicial para a reabertura da sede do sindicato. Foi grande o prejuízo causado pela violência policial no fechamento do mesmo, quando aparelhos, quadros e demais objetos foram sumamente destruídos. O aspecto mais importante nesse momento da greve é a postura de operários que vão à procura de Yeddo Fiuzza a fim de colocá-lo como intermediador a favor dos trabalhadores nas negociações da

---

<sup>246</sup>

Jornal de Cascatinha. 23 de junho de 1935

greve. Fiúza era o ex-interventor de Petrópolis e estava então chefe da Comissão de Estradas de Rodagens Federais. Aceitou colaborar e esteve presente na reunião que então se realizou naquela ocasião, ficando ele, Fiúza, encarregado de zelar pelas exigências econômicas do operariado<sup>247</sup>. Dessa forma, realizava-se às 10 horas daquela quarta outra grande reunião na sede do sindicato onde Fiúza iria passar aos operários o resultado de sua negociação junto aos patrões. As principais exigências dos operários eram o aumento de salário e a não demissão dos grevistas. Naquele momento a situação da Fábrica Aurora havia sido resolvida após o aumento de 15 por cento dos salários e a não punição dos grevistas. Em Cascatinha também estaria acertada a volta ao trabalho dos “quase 1400” trabalhadores, antes das demais companhias.

Yeddo Fiúza obtivera êxito nas negociações com os industriais e a greve teria seu fim após o entendimento entre as partes. O jornal Tribuna de Petrópolis exalta sobremaneira a ação de Fiúza para que se alcançasse tal entendimento. Nas reuniões da véspera, ocorridas às 10 e às 15 horas, Fiúza acertou a conciliação e pôs fim à situação de greve. Dessa forma, o jornal noticia que a Aurora já havia retomado as suas atividades, assim como a Companhia Petropolitana, salientando o acordo feito no sindicato local daquela companhia com os empregadores, enquanto Dona Isabel, São Pedro de Alcântara e as duas fábricas da Cometa iriam retomar suas atividades logo após o feriado.

Pode-se perceber caminhos diferentes na solução da greve dentre as grandes companhias têxteis. São Pedro de Alcântara, Cometa e Dona Isabel tiveram o sindicato central como centro de intermediação, com grande atuação de Fiúza entre as partes envolvidas no sentido de se achar um termo para a greve. Enquanto isso, em Cascatinha, o sindicato local pôs-se em negociação e por meio da organização política daqueles trabalhadores pôde encontrar um termo mais rápido ainda para a greve. O que é muito importante é a notificação da conciliação entre trabalhadores e patrões na Petropolitana sob a égide da ação do sindicato dos operários daquela companhia. Prova do amadurecimento político que permitiu uma tomada de posicionamento antes das demais companhias – que tinham outro sindicato – e a imposição de suas exigências aceitas, ocasionando a retomada do trabalho. As exigências se resumiam ao respeito às oito horas diárias de trabalho, criação de uma caixa de pensões e aposentadoria e o cumprimento de todas as leis sociais criadas pelo

---

<sup>247</sup> A respeito de Yêddo Fiúza no conjunto da greve ver ALCÂNTARA, Priscila. **Petrópolis, 1935**. Greve e conflitos na Cidade Imperial. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Juiz de Fora. 2009. Em relação à luta entre aliancistas e integralistas ver MACHADO, Paulo Henrique. Op. Cit. Capítulo 3.

governo federal. Uma vez que tais determinações foram acatadas, combinou-se a volta ao trabalho já para o dia 19, dois dias antes das demais que ainda vinham em negociação intermediada por Yeddo Fiúza.

Encerrada a greve, houve grande mobilização dos trabalhadores em não sofrerem qualquer tipo de retaliação pela realização da mesma e em buscar o respeito do que se foi combinado. Certamente, as ocorrências de junho de 1935 em Petrópolis marcam uma importante página na história do operariado brasileiro, viu-se o confronto entre tendências políticas que mostraram toda a força dos trabalhadores e o poder de protesto dentre aqueles que viviam da venda da sua força de trabalho nas companhias têxteis de então. Tal como afirma Paulo Henrique Machado<sup>248</sup>, em seu livro sobre aquela greve, viu-se um amadurecimento da classe operária petropolitana que resultou no relativo sucesso que a greve trouxe, ou em um movimento “parcialmente vitorioso”, nos termos do autor, uma vez que não houve demissões e foram observadas melhorias nas condições de vida dos operários.

### **3.3.3 A *Debâcle* da luta operária**

Em vista de tanta agitação política, houve por parte do empresariado o apoio da retomada dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho, o que consistia numa ofensiva violenta e devastadora. Nesse contexto, o período de 1935 a 1942 foi marcado pela desmobilização dos sindicatos por meio da indicação de dirigentes totalmente submissos às orientações do Ministério do Trabalho

Na justificativa de reprimir o levante da ANL, que ficaria conhecido como “Intentona Comunista”, o governo decretou a “Lei de Segurança Nacional”, instalando assim o Estado de Excessão. Dessa forma, as lideranças mais combativas seriam perseguidas e afastadas dos sindicatos, fosse por meio de prisões ou até mesmo por meio de “eliminações físicas”, desmobilizando o movimento sindical.<sup>249</sup> Em Petrópolis, o ex-operário e jornalista João Dias Carneiro, membro da ANL foi vítima dessa onda de perseguições e foi preso em novembro

---

<sup>248</sup> MACHADO, Paulo. Op. Cit., p.88

<sup>249</sup> MATOS, Marcelo Badaró. Op. Cit. PP. 72

daquele ano, assim como foram presos Francisco Lorbiescky, professor e membro da ANL, Jacob Scoralicky, operário membro da ANL, entre outros.<sup>250</sup>

A prisão de João Dias Carneiro não se estendeu por muito tempo. O curioso é a memória de dona Castorina. Quando ao lembrar daquele período, João Dias Carneiro é associado ao comunismo por sua cunhada. Mesmo que o operário jornalista não fosse filiado ao Partido, ela se lembra que a razão de ter sido detido era o fato de ser comunista e os mesmos não serem “bem quistos” naquele período, ilustrando bem a caça às bruxas promovida então às vésperas da consolidação do Estado Novo na tentativa de controle do ímpeto reivindicatório dos trabalhadores.

Após a morte de João Dias Carneiro, seu filho Lester assumiu a direção do Jornal de Cascatinha e continuou a missão de seu pai. Com o fim dos trabalhos na Companhia Petropolitana nos anos 70 e o fim da vida operária no bairro de Cascatinha, o jornal foi vendido e outro grupo assumiu a direção do periódico, que funciona atualmente na Rua Washington Luiz, próximo aos resquícios de outra importante companhia têxtil – a Companhia São Pedro de Alcântara.

Faleceu a Companhia, reduziu-se aos poucos a vida proletária de Petrópolis nos anos seguintes até tornar-se um esquecimento. O Jornal de Cascatinha persiste; amorfo, uma partícula esquecida na História, recusa-se morrer e se sustenta no passado lendário que teve em prol dos trabalhadores que um dia bradaram tanto na cidade imperial.

E é assim que procurou-se neste capítulo situar os trabalhadores em contextos sociais que não estavam diretamente ligados à esfera produtiva, mas sim, aos diferentes campos da vida social que compartilharam em distintos momentos da formação industrial de Petrópolis. As vivências e as perspectivas políticas adotadas pelo operariado em diferentes momentos de sua história no processo de formação industrial de Petrópolis e no contexto social e político mais amplo da esfera nacional.

---

<sup>250</sup>

MACHADO, Paulo Henrique. Op. Cit. P. 92

## CONCLUSÃO

Espera-se que esta pesquisa tenha contribuído no sentido de gerar uma imagem menos idealizada de Petrópolis, trazendo à luz uma realidade despida de aristocracia, nobres, figurões da política e europeus germânicos bravios e trabalhadores, tal como são largamente classificados pelo discurso dominante local. Ainda que não tenha-se pretendido desnudar Petrópolis de seu passado como Cidade Vilegiatura e muito menos desqualificar a inegável contribuição que os colonos germânicos levaram para aquela cidade – contribuição também verificada em Juiz de Fora – pretende-se ter mostrado um lado também muito importante, qual seja; o passado histórico de Petrópolis como cidade proletária, arena das relações humanas no ambiente de trabalho, local de greves, associações, agitações políticas e de diatribes...

Essas duas “faces” de Petrópolis se originaram no mesmo momento. Enquanto o imperador veraneava em seu palácio, chegavam investidores vindos da capital para aplicar seus capitais na indústria têxtil que se oferecia como um lucrativo negócio nas últimas décadas do século XIX. A presença do imperador na inauguração das primeiras fábricas de Petrópolis ilustra o encontro de duas realidades distintas em um mesmo lócus; a cidade de Petrópolis.

O primeiro ponto de destaque que deve ficar deste trabalho é a verificação que a formação das indústrias naquela cidade serrana não possui uma relação direta com os colonos germânicos que foram para lá levados na qualidade de construtores e habitantes. Ainda que tenham construído pequenas oficinas no fundo de suas casas, deve-se ter ali uma atividade complementar à insipiente agricultura que se oferecia nas serranias imperiais. O início do trabalho industrial em Petrópolis ocorre, tal como se pretende ter mostrado, a partir das condições econômicas e políticas nacionais e locais de Petrópolis no contexto do II Reinado, fazendo com que investidores cariocas fundassem estabelecimentos têxteis na cidade do imperador.

Vê-se então que foi próspera e acertada a fundação de companhias têxteis naquele momento em Petrópolis. A Companhia São Pedro de Alcântara e a Companhia Petropolitana tiveram rápido crescimento, a ponto desta segunda ter inaugurado treze anos após a sua fundação um gigantesco pavilhão, criando uma vila operária de proporções enormes; a vila operária de Cascatinha, cuja povoação por trabalhadores oriundos dos mais diversos lugares foi responsável por criar ali o distrito mais populoso de Petrópolis.

A partir disso, salienta-se o segundo ponto conclusivo desta pesquisa; uma vez que as companhias têxteis foram criadas, verifica-se diferentes posturas políticas do empresariado na lida com os trabalhadores em meio ao cotidiano de trabalho. A esse respeito, fica clara a diferença entre o que se verifica na Companhia Cometa, São Pedro de Alcântara e Dona Isabel quando comparadas com a Companhia Petropolitana de Tecidos. Aquelas tinham uma relação mais cristalizada entre as classes, ou seja, o contato social dificilmente ia além das relações estabelecidas no trabalho em si, as exigências e as regalias dadas aos trabalhadores eram desproporcionais e verifica-se grandes movimentações grevistas de caráter geral dos trabalhadores têxteis daquelas companhias. A Companhia Petropolitana, por seu turno, possuía uma relação diferenciada entre os detentores dos meios de produção – patrões – e os detentores da força de trabalho – operários. Assim, usou-se naquela companhia uma postura mais assistencialista dos dirigentes frente aos seus operários concedendo mais regalias em troca de uma conciliação no ambiente de trabalho, inibindo greves e demais manifestações. Por certo que na Companhia Petropolitana ocorreram greves, mas foram de caráter local, não tendo necessariamente ligações com movimentos das demais companhias têxteis. Havia, pode-se dizer, um certo isolamento da Petropolitana frente às demais, provavelmente em virtude de sua distância geográfica e de seu vultoso tamanho, fazendo com que verificasse frente às demais companhias têxteis certo isolamento nas relações de trabalho, a ponto de possuir para si um sindicato localizado em Cascatinha, enquanto as demais possuíam outro sindicato localizado no centro da cidade.

A postura da Companhia Petropolitana fica latente nas festas que organizava, no tratamento médico que concedia aos operários, na construção de igreja, campo de futebol e berçário, além de conceder oito horas de trabalho durante a República Velha, estando assim a frente da insipiente legislação trabalhista que havia antes do período de Getúlio Vargas.

O terceiro ponto conclusivo desta dissertação versa justamente a mudança na superestrutura do Estado com o advento do Governo Vargas, o qual nos debruçamos aqui nos períodos do Governo Provisório (1930-1934), Governo Constitucional (1934-1937), encerrando no período do Estado Novo. Durante os dois períodos em questão, pôde-se ver que as relações sociais no ambiente produtivo foram mudadas em um aspecto claro: anteriormente a Vargas as relações trabalhistas eram vivenciadas no interior dos estabelecimentos produtivos, a partir de 1930 e as leis subsequentes que tratavam dos direitos trabalhistas, há a presença do Estado intermediando as relações sociais diretamente no mundo do trabalho.

A partir desse ponto, pôde-se verificar o aumento da incidência de manifestações políticas por parte dos operários da Companhia Petropolitana em busca de melhores condições de trabalho, basicamente respaldados no Sindicato Oficial daquela companhia criado em 1931. Com efeito, a sindicalização estimulou dentre os trabalhadores da Petropolitana a mobilização, ao contrário do que naquele mesmo período da política nacional houve em grandes centros como Rio de Janeiro e São Paulo.

A partir dessa dinâmica, verifica-se na Companhia Petropolitana um aspecto de fundamental importância; enquanto essa presença do Estado em muitos casos criou certa barreira à postura associacionista dos trabalhadores, uma vez que os sindicatos a partir de 1931 eram regularizados pelo governo, na Petropolitana há, inversamente, uma intensificação na postura política dos operários a partir daquele momento, mesmo tendo o sindicato de Cascatinha sido reconhecido como sindicato oficial do governo. Talvez resida aí o principal aspecto da mudança; antes de Vargas os diretores tinham total comando sobre o operariado, concedendo-lhes aquilo que preservasse a paz no interior do estabelecimento produtivo sem prejudicar o lucro da empresa. A partir de Vargas, provavelmente, os trabalhadores se embasaram na presença oficial do Estado como meio de buscarem reivindicar seus direitos e se associarem.

Reside aí outro aspecto de vital importância; enquanto há na historiografia que trata sobre o advento do governo Vargas opiniões que legitimamente afirmam que a legislação era constantemente desrespeitada, figurando mais no campo teórico do que no prático, viu-se que o mesmo não ocorreu na Petropolitana, havendo a diretoria cedido em todos os aspectos dos direito trabalhista, procurando, no máximo, pedir ao governo certas liberalidades haja vista já conceder benevolências antes mesmo de 1930, que, ao que indica, não foi possível relaxar-lhe as determinações legais.

Finalmente, como um dos aspectos mais valiosos desta dissertação, procurou-se mostrar que os trabalhadores possuíam uma rotina que ia para além do mundo do trabalho e que é possível o estudo de trajetórias familiares dentre os proletários, seguindo uma perspectiva democrática da História, não alicerçada apenas em indivíduos da elite.

No tocante à rotina além do trabalho, pode-se ver que os bailes, as festas, as campanhas de ajuda mútua (tal como a Cruzada Branca de Cascatinha), misturavam-se a concursos de beleza, grandes greves e à busca de associação dos trabalhadores durante a República Velha e no advento do governo Vargas. A greve de 1918 e a grande greve de 1935 ilustram a perspectiva combativa do operariado petropolitano, uma perspectiva que os

apresenta mais do que como proletários, mas como cidadãos que lutaram em prol de melhores condições de trabalho e em prol de suas opiniões políticas, tal como se viu no movimento de 1935 a luta do operariado frente à fidelidade política à Aliança Nacional Libertadora e contra os membros da Ação Integralista Brasileira.

Em relação às trajetórias familiares, espera-se ter mostrado nesta dissertação a possibilidade de remontar à vida de personagens que não compunham a elite. O uso básico que fizemos aqui da História Oral foi fundamental para que pudéssemos remontar a trajetória familiar do operário João Dias Carneiro – fundador do Jornal de Cascatinha – e de operários da família Essinger, cujas vivências ilustram a vida social na cidade que se industrializava, envolvendo valores familiares, rotinas de trabalho, mudanças de um ponto a outro da cidade em busca da melhor condição de emprego e moradia, a perspectiva política de João Dias Carneiro no Jornal de Cascatinha e a vida sentida na carne durante a realidade histórica que se buscou estudar aqui nesta dissertação.

Certamente que o tema não está esgotado. Muito ao contrário, penso que é o momento de pesquisadores de História descobrirem Petrópolis como um manancial riquíssimo de estudos envolvendo o mundo do trabalho. Lembrando lá o professor Paulo Henrique Machado, que nos deixou como legado seu trabalho *Pão, Terra e Liberdade na Cidade Imperial*, no qual buscava inspirar novas pesquisas sobre o lado proletário de Petrópolis, tenho muito em mim da inspiração dada por aquele livro, que esta dissertação seja também um estudo que instigue, provoque novas pesquisas voltadas ao mundo do trabalho nas companhias têxteis, da Petrópolis Proletária ou de onde quer que haja omissão do passado daqueles que não tinham poder suficiente para entrar na escrita da História.

## ANEXOS

1 - Ficha de João Dias Carneiro nos anos 20, operário jornalista diretor do Jornal de Cascatinha. (original disponível do Espaço Cultural da Estação de Cascatinha em Petrópolis)

Nome *João Dias Carneiro*

Data da admissão *4 de Janeiro* de *1923*

Nascido a *24 de Junho* de *1901*

Logar do nascimento *Brasil*

Filho de *Françiso Dias Carneiro*  
e de *Maria da Silva Carneiro*

Estado civil *Casado*

Natureza do cargo ou serviço *Leitor 27*

Ordenado mensal

Diária *10000*

Vencimento ou gratificações

Percentagens

Residência *Cascatinha*

Assinatura do empregado  
*João Carneiro*

OBSERVAÇÕES




2 – Recibo de pagamento de premio de seguro no valor de 50 mil réis, para um valor segurado de 20 contos de réis, ou seja, 0,25% do valor segurado. Documento de 1886. (Acervo pessoal de Eduardo Runte)

No. 2279 ESTAB. 1803.

Imperial Fire Insurance Company.  
AGENCIA EM RIO DE JANEIRO.

RECEBEMOS da *Comp<sup>a</sup> Petropolitana*  
a quantia de *Cincoenta Mil Reis* sendo

opremio de reforma da Apolice N<sup>o</sup> *1.734.192*  
no valor de *Vinte contos de Reis (R\$ 20.000,00)*  
de *24 de Julho 1886* a *24 de Julho de 1887*

Sob o Recibo

Premio *R\$ 50.000*

*Sobocq. Oliveira*  
Agentes.





4 – Recibo semelhante ao anterior; mas o valor segurado dobrou, mantendo-se o mesmo premio, que assim passou para 0,125%. Documento de 1890. (Acervo pessoal de Eduardo Runte.)



5 – Recibo de pagamento de seguro para os empregados. É provável que seja relativo à acidentes. Documento de 1925. (Acervo pessoal de Eduardo Runte.)





8 - Relação de juros de debêntures de títulos pertencentes à Companhia Petropolitana. Documento de 1912. (Arquivo pessoal de Eduardo Runte)

**Companhia Petropolitana**  
 JUROS DE DEBÊNTURES  
 comente vencido em 30 de *Julho* 1912  
 Corporação N. 27

O portador abaixo assignado apresenta os coupons constantes d'esta lista cujos numeros são os seguintes:

3	Coupons de N. 10561 a 10573
2	10574 a 10581
1	10582 a 10584
1	10585
2	10586 a 10589
5	10590 a 10595
11	10596 a 10606
12	10607 a 10618
4	10619 a 10622
1	10623
3	10624 a 10626
4	10627 a 10630
2	10631 a 10632
11	10633 a 10643
1	10644
4	10645 a 10648
1	10649
5	10650 a 10654
1	10655
6	10656 a 10661
2	10662 a 10664

51

Compania a Receber	R\$ 6.482.200.-
Deduzido 20% pelo do imposto em cada um	R\$ 1.296.400.-
Liquido	R\$ 5.185.800.-

Rua de Janeiro, 117 a *Julho* 1912  
*Dir. Eduardo Runte*

9 – Convite dos republicanos à Companhia Petropolitana à festa de inauguração do novo regime. (Arquivo pessoal de Eduardo Runte)

*Cidadãos*

O Município de Petrópolis festeja  
 no dia 14 corrente a bandeira da  
 República Federativa Brasileira.  
 A Comissão, abaixo assignada tem  
 a honra de convidar-vos para tomar  
 parte nos festejos, acompanhando com  
 os seus empregados e operários, no dia,  
 bem a lugar designado no programma  
 junto, após da tenção para o mesmo  
 dia.

Saude e Gratidão.

Petrópolis, 2 de Junho de 1919  
 Direção da Companhia Siderica  
 de Minas Petrópolitanas

Acommodado  
 João Paulo de Aguiar  
 Secretário

10 – Ficha de Giuseppe Benvenuti (original disponível do Espaço Cultural da Estação de Cascatinha em Petrópolis)

Nome *Jose Benvenuti*

Data da admissão *2 de Julho de 1912*

Nascido a *20* de *Maio* de *1859*

Lugar do nascimento *Italia*

Filho de *Agostino Benvenuti*

e de *Julia Marguecchi*

Estado civil *viuvo*

Natureza do cargo ou serviço *Teaus 224*

Ordenado mensal

Diaria *Saupista*

Vencimento ou gratificação

Porcentagem

Residencia *Cascatinha*

Assignatura do empregado  
*Giuseppe Benvenuti*

Observações  
*Fallecido em 25-7-1927*



11 – Ficha de Julia Benvenuti. (original disponível do Espaço Cultural da Estação de Cascatinha em Petrópolis)

Nome *Julia Benvenuti*

Data da admissão *4* de *Outubro*

Nascido a *29* de *Outubro* de *1906*

Logar do nascimento *Brasil (C. Rio)*

Filho de *José Benvenuti*

e de *Libera Benvenuti*

Estado civil *solteira*

Natureza do cargo ou serviço *Tecares 267*

Ordenado mensal *Tarefeta*

Diária *Tarefeta*

Vencimento ou gratificações \_\_\_\_\_

Percentagens \_\_\_\_\_

Residência *Cascatina*

Assinatura do empregado *Julia Benvenuti*

OBSERVAÇÕES \_\_\_\_\_

12 Ficha de Júlia no Sindicato dos Operários e Empregados da Companhia Petropolitana. (Original disponível no Espaço Cultural da Estação de Cascatina em Petrópolis)

**Sindicato dos Operários e Empregados da Companhia Petropolitana**

N.º Socio *Fundadora* Matrícula N.º *709*

Carteira profissional N.º *26143* Série *Pa* Inst. *Tris.*

NOME *JULIA BENEVENUTI Simozalati*

Nacionalidade *Bra-leir* Naturalizado? \_\_\_\_\_ Logar do nascimento *Cascatina*

Data do nascimento *29-4-1906*

Estado civil *Casada* Mulher brasileira? \_\_\_\_\_ Filhos brasileiros? \_\_\_\_\_

Anos de Brasil *421776*

Filiação *paterna José Benevenuti*

*materna Libera Benevenuti*

Data da entrada para a fábrica *4-10-1917* Sala onde trabalha *Tecares*

Natureza do officio *Tecari* Residência particular \_\_\_\_\_

Estr. *Cascatina* N.º *47* Localidade *Cascatina*

Aceito como socio do Sindicato em reunião de \_\_\_\_\_

Socio proponente, *Armando Mesubus*

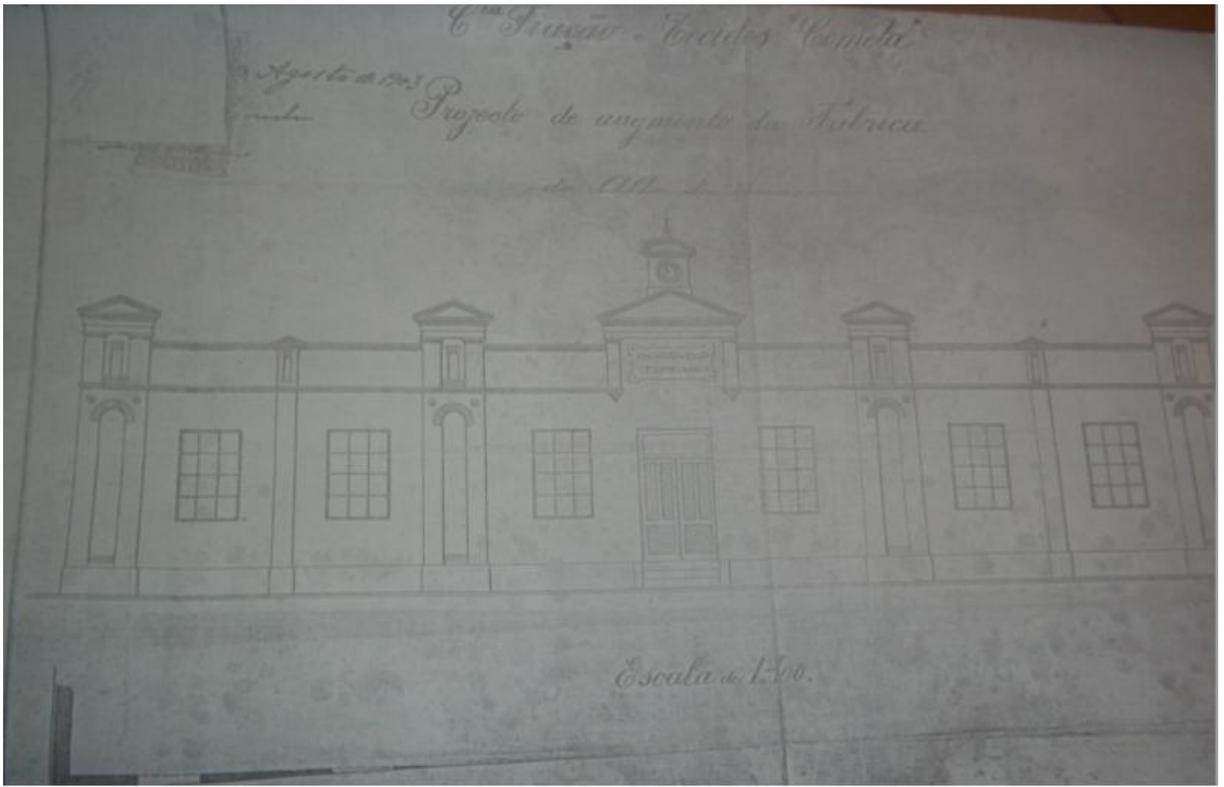
*A. Vanzan*  
Secretario

13 – Foto do casal Maria Benvenuti e Umberto Rovigati. (Foto original disponível no Espaço Cultural da Estação de Cascatina)



*Umberto Rovigati  
e  
Maria Benvenuti Rovigati*

14 – Planta do Edifício da Cometa do Alto da Serra (cópia do documento oficial contido na Câmara Municipal de Petrópolis)



## BIBLIOGRAFIA

- ALCÂNTARA, Priscila. **Petrópolis, 1935**. Greve e conflitos na Cidade Imperial. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Juiz de Fora. 2009
- ALVES, Ivan. **1930-1931 100 dias de revolução**. In: Os Grandes Enigmas de Nossa História. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores: 1981
- AMBROZIO, J. C. G. **O Presente e o Passado no Processo Urbano da Cidade de Petrópolis (uma história territorial)** Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo: 2008
- . **Geografia Petropolitana**. 2.ed. São João Del Rey. Ponte da Cadeia. 2005-
- ARBOS, P. **Petrópolis. Esboço de Geografia Urbana**. Trabalhos de Comissão. Volume VI. Petrópolis. Prefeitura Municipal de Petrópolis: 1943
- ARIAS NETO, José Miguel. Primeira República, economia cafeeira, urbanização e industrialização. In : **O Brasil Republicano**. São Paulo: Difel, 2002
- AVE L'ALLEMENT. Três Fases de Petrópolis: em 1844, 1851 e 1858. Tribuna de Petrópolis. In: CEZAR de MAGALHÃES J. A Função Industrial de Petrópolis. **Revista Brasileira de Geografia**. IBGE, ano XXVII, janeiro-março, 1966
- BATALHA, Cláudio. A Formação da Classe Operária: um fenômeno econômico. In: **O Brasil Republicano**. São Paulo: Difel, 2002
- CAMPINHO, Inês. **Bairro que nasceu em torno da fábrica vive das lembranças da Companhia Petropolitana**. Folha de Petrópolis. 1995
- . **Cascatinha Perde o Bonde e a Esperança**. In Tribuna de Petrópolis.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. **Sindicatos, Trabalhadores e a Coqueluche Neoliberal**. A Era Vargas acabou? Rio de Janeiro: FGV. 1999
- CARVALHO, Áurea. M. de Freitas. Petrópolis: Novo Ano, Novo Século, Novo Milênio e Novas Perspectivas. In: Site de Instituto Histórico de Petrópolis.  
<http://www.ihp.org.br/ihp/site/> Acessado em 01 de outubro de 2010
- CARONE, Edgard. **O Movimento Operário no Brasil**. (1877-1944). 2 ed. São Paulo: Difel. 1984
- CASADEI, Thalita. **A Fábrica de Tecidos São Pedro de Alcântara**. Tribuna de Petrópolis. 06 de fevereiro de 1994
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Uma crônica do salário. Petrópolis: vozes, 1998
- CEZAR DE MAGALHÃES. **A Função Industrial de Petrópolis**. Revista Brasileira de Geografia. IBGE. Ano XVIII. Janeiro-março. 1966
- COMPANHIA PETROPOLITANA. **História da Companhia Petropolitana** Relatórios da Diretoria.
- CUSATIS, José. **Os Italianos em Petrópolis**. Petrópolis. Edição da Câmara Municipal. 1993
- DAMCK, Frederico. O Mercantil. 1857. In: RAFFARD, H. Jubileu de Petrópolis. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro: volume 58. Nº 2 1896
- DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **Imigração, Urbanização e Industrialização**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas e Educação. 1964
- FRENCH, John. **Afogados em Lei**. A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. São Paulo: Editora Perseu Abramo. 2001
- GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Relume Dumaré. 1994

- LAMEGO, A. R. **O Homem e a Serra**. IBGE, setores da evolução fluminense. Rio de Janeiro. 1950
- LEVI, Giovanni A Herança Imaterial. A trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000
- LOBO, Elisabeth-Souza. **A Classe Operária Tem Dois Sexos**. Trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2011
- MACHADO, Paulo. **Pão, Terra e Liberdade na Cidade Imperial**. A Luta antifascista em Petrópolis em 1935. Rio de Janeiro UFRJ 2005
- MARTINS, Ismênia de Lima. **Subsídios para a História da Industrialização em Petrópolis**. Petrópolis: Universidade Católica de Petrópolis: 1978
- MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**. São Paulo: Editora Expressão Popular. 2009.
- OLIVEIRA, Luis Eduardo de. **Os Trabalhadores e a Cidade: a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877-1920)**. Juiz de Fora: Funalfa; Rio de Janeiro FGV. 2010
- OLIVEIRA, Paulo Roberto Martins. **Primórdios da Companhia Petropolitana no Quarteirão Westifália**. In. Instituto Histórico de Petrópolis. <http://www.ihp.org.br/ihp/site/>. Acesso em 01 de outubro de 2010
- RABAÇO, J. H. **História de Petrópolis**. IHP. Petrópolis; 1965
- REVEL, Jacques. A História ao rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial**. A trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000
- SOUZA, Samuel F. **A Questão Social é, principalmente e antes de tudo, uma questão jurídica: o CNT e a judicialização das relações de trabalho no Brasil (1923-1932)**. São Paulo: Cad. AEL. 2009
- SANTOS, Joaquim Elóy Duarte. **Uma História para Teresa**. In. Site do Instituto Histórico de Petrópolis. Acesso em 22 de janeiro de 2011
- SILVA, Rubens Sindicato dos Têxteis já foi um dos maiores do Estado. **Tribuna de Petrópolis**. 11 de janeiro de 2001
- .. **São Pedro de Alcântara foi Construída Para Receber Imigrantes**. Tribuna de Petrópolis. 06 de abril de 1997
- TINOCO, J. Guia de Viagem. Rio de Janeiro: Typographia Winter. 1885. In: **Anuário do Museu Imperial**. Ministério da Cultura, IPHAN. 1995
- VASCONCELOS, Francisco de. **Petrópolis do Embrião ao Aborto** Petrópolis: ParkGraf editora. 2007

#### *Fontes Primárias*

- A CARESTIA de Vida; Trabalhadores em Tecido: Corre perigo às 8 horas e às porcentagens conquistadas. **A Alvorada**. Ano I Número 5. 15 de junho de 1921.
- A CRUZADA Branca Funda uma Caixa de Socorros e Lança um Appello ao Coração Generoso dos Cascatinhenses. **Jornal de Cascatinha**. Ano 3 Número 109. 25 de agosto de 1929
- ALVES, Ada. Postaes. **A Alvorada**. Ano I Número 5. 15 de junho de 1921
- AS FÁBRICAS da Companhia Petropolitana Melhoram. **Jornal de Cascatinha**. Numero 84, Ano II. 3 de Marco de 1929.
- BRAZ, Domingos. Centralização de Forças. **A Alvorada**. Ano I Número 5. 15 de junho de 1921

CARNEIRO, J.D. A Crise das Fábricas de Tecidos. **Jornal de Cascatinha**. Número 104, Ano II. 21 de julho de 1929

CARNEIRO, J.D. Não Posso. **Jornal de Cascatinha**. Ano III, número 106. 04 de agosto de 1929

COSTA, João da. Aos Tecelões. **A Alvorada**. Ano I número I, 31 de março de 1921

CRUZADA Branca. **Jornal de Cascatinha**. Ano II número 95. 19 de maio de 1929

ESTATUTO dos Operários e Empregados da Companhia Petropolitana

JÚNIOR, Santos. A Greve. **Tribuna de Petrópolis**. 04 de julho de 1918. Ano XVII Número 182.

DOMINGOS Pelauro. **Jornal de Cascatinha**. Número 86. Ano II. 17 de março de 1929  
**Gazeta de Petrópolis** 09 de janeiro de 1902

**Gazeta de Petrópolis**. 11 de junho de 1892

**Gazeta de Petrópolis**. 20 de janeiro de 1894

**Gazeta de Petrópolis**. 06 de janeiro de 1894

**Gazeta de Petrópolis**. 27 de janeiro de 1894

**Gazeta de Petrópolis**. 25 de junho de 1892.

**Gazeta de Petrópolis**. 13 de janeiro de 1900

**Gazeta de Petrópolis** 24 de janeiro de 1894

**Gazeta de Petrópolis** 24 de fevereiro de 1894

**Gazeta de Petrópolis 10 de março de 1894**

**Jornal de Cascatinha**. Ano II Número 103,. 14 de julho de 1929

**Jornal de Cascatinha**. Ano II número 99 16 de junho de 1929 e o número 100 de 23 de junho

**Jornal de Cascatinha**. Ano II número 104. 21 de julho de 1929.

**Jornal de Cascatinha**. Ano II. 23 de junho de 1929

**Jornal de Cascatinha**. Ano XVI 24 de dezembro de 1944

FALLEIRO, Américo. Pela Instrução dos Proletários. **A Alvorada**. Ano I número I, 31 de março de 1921.

**Jornal de Cascatinha**. Ano III número 112. 15 de setembro de 1929

**Jornal de Cascatinha**. 09 de junho de 1935

**Jornal de Cascatinha**. 16 de junho de 1935

**Jornal de Cascatinha**. 23 de junho de 1935

**Jornal de Cascatinha**, número 397, 1935

KOELER, J. Petrópolis. In: **Jornal do Comércio**. 31 de janeiro de 1845

O Commercio. N.I. ano I 1898. Fundação Nacional Pró-Memória. Biblioteca Nacional. Plano Nacional de Microfilmagem de periódicos brasileiros. **Petrópolis – Rio de Janeiro**: jornais diversos – 1880 – 1898. Microfilmado em setembro de 1988

PEDIRAM que Abreviasse o Pagamento. **Jornal de Cascatinha**. Ano II número 95. 19 de maio de 1929

QUESTÃO Proletária. **Jornal de Cascatinha**. Ano III, número 110. 01 de setembro de 1929

RABELLO, Sylvia. Sobre a Greve de Cascatinha. In: **Jornal de Cascatinha**. Numero 84, Ano II. 3 de Março de 1929

**Tribuna de Petrópolis**. 03 de julho de 1918. Ano XVII. Número 181.

**Tribuna de Petrópolis**.. 02 de agosto de 1918.. Ano XVII Número 211.

**Tribuna de Petrópolis**. 11 de junho de 1935

**Tribuna de Petrópolis**. 11 de junho de 1935

**Tribuna de Petrópolis**. 12 de junho de 1935

**Tribuna de Petrópolis**. 16 de junho de 1935

**Tribuna de Petrópolis** 18 de junho de 1935